UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

BRENO WILSON LEITE MEDEIROS

**As “ondas” do discurso: um estudo crítico da representação da Ordem Social pelo
Supremo Tribunal Federal**

São Paulo

2015

BRENO WILSON LEITE MEDEIROS

As “ondas” do discurso: um estudo crítico da representação da Ordem Social pelo
Supremo Tribunal Federal

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre em
Filologia e Língua Portuguesa.

Área de concentração: Linguística textual e Teorias
do Discurso no Português.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucia da Cunha
Victorio de Oliveira Andrade

São Paulo

2015

MEDEIROS, B. W. L. **As “ondas” do discurso: um estudo crítico da representação da Ordem Social pelo Supremo Tribunal Federal**. 2015. 247 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filologia e Língua Portuguesa.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico esta dissertação para as minhas avós Julia Fernandes Lima Leite e Maria Medeiros (Iolene). As tecelãs dos fios da minha e de muitas outras vidas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro concedido através de bolsa de estudo.

Agradeço à orientadora desta dissertação, a Profa. Dra. Maria Lucia da Cunha Victorio de Oliveira Andrade, a nossa Malu, pela confiança, carinho, respeito, seriedade e competência constantes e, além de tudo isso, por ter me ensinado o verdadeiro sentido da palavra “amiga”.

Agradeço à professora Dra. Vanda Maria da Silva Elias e ao professor Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo pelo apoio, atenção, críticas e pelas valiosas questões levantadas na ocasião do exame de qualificação. Além disso, os agradeço também por terem aceitado participar da defesa pública desta dissertação.

Agradeço às minhas três amigas, a Dra. Mavilda Climeck de Oliveira, Dra. Rosangela Santoro de Souza Amato e a Professora Cintia Phiebig, pelo apoio financeiro, emocional e espiritual antes, durante e depois que tomei a decisão de escrever esta dissertação.

Agradeço ao apoio de todos os funcionários da Universidade de São Paulo, sem o qual esta dissertação existiria.

Um agradecimento especial ao querido Phillipe Pessoa pela paciência e pelo apoio ilimitado.

Por fim, agradeço a minha família por ter sempre alimentado a minha curiosidade.

[...] a compreensão ativa, somando-se àquilo que é compreendido no novo círculo do que se compreende, determina uma série de inter-relações complexas, de consonâncias e multissonâncias com o compreendido, enriquece-o de novos elementos. É justamente com esta compreensão que o falante conta. Por isso, sua orientação para o ouvinte é a orientação para um círculo particular, para o mundo particular do ouvinte, introduzindo elementos completamente novos no seu discurso: pois para isto concorre a interação dos diversos contextos, diversos pontos de vista, diversos horizontes, diversos sistemas de expressão e de acentuação, diversas “falas” sociais. O falante tende a orientar o seu discurso, com o seu círculo determinante, para o círculo alheio de quem compreende, entrando em relação dialógica com os aspectos deste âmbito. O locutor penetra no horizonte alheio de seu ouvinte, constrói a sua enunciação no território de outrem, sobre o fundo aperceptivo do seu ouvinte.

RESUMO

MEDEIROS, B. W. L. **As “ondas” do discurso: um estudo crítico da representação da Ordem Social pelo Supremo Tribunal Federal**. 2015. 247 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A presente dissertação tem por objetivo geral amparar filosoficamente a Análise Crítica do Discurso de linha sociocognitiva proposta por van Dijk. Neste contexto, busca-se identificar a articulação do *lógos* através de metáforas geométricas do discurso, presentes na Teoria Multidisciplinar da Ideologia e na Teoria do Contexto desse autor, com a tradição filosófica da linguagem representada pela metáfora das ondas do discurso, presentes na obra *a Vertente Grega da Gramática Tradicional*, de Maria Helena de Moura Neves, e nas reflexões do Círculo de Bakhtin. Os objetivos específicos são a depreensão da representação da Ordem Social brasileira pelo Supremo Tribunal Federal e do *éthos* do STF através da análise do discurso de notícias publicadas por este ator social a respeito da ADPF 54. Entre os achados mais significativos, identificamos a articulação feita por van Dijk do triângulo para a instância social do discurso, o quadrado como a referência da instância do texto, e um movimento em círculos concêntricos para referir-se ao objeto do discurso. O STF refere-se ao movimento social como “correntes” e projetou um *éthos* conciliador no sentido de permitir que correntes contrárias entre si pudessem propagar as ondas do seu discurso dentro e fora do Supremo.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso, Ideologia, Contexto, Movimento Social, STF,

ABSTRACT

Medeiros, Breno Wilson L. The waves of discourse: a study of Brazilian social order by its Federal Supreme Court. Master's dissertation. (Master degree in Philology and Portuguese Language. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015).

The present dissertation has the primary goal to philosophically support the socio-cognitive line of the Critical Discourse Analysis proposed by van Dijk. In this context, we seek to identify the *lógos* articulation through the discourse's geometric metaphors, introduced on *The Multidisciplinary approach of Ideology and Theory of Context* by this author, and the philosophic tradition of language represented by the waves of discourse metaphor presented on the work *Vertente Grega da Gramática Tradicional* by Maria Helena de Moura Neves and the *Bakhtin Circle's thoughts*. The specific goals are to apprehend the Brazilian Social Order representation by its Federal Supreme Court (STF, from the portuguese) and the STF's *éthos* through the discourse analysis of news published by this social actor with respect to ADPF 54 process. Among the most significant findings, we identified the articulation done by van Dijk of the triangle by the social discourse instance, the square as the reference of the text instance, and a movement in concentric circles to refer to the object of discourse. The STF refers to the social movement as "chains" and projected a conciliatory *éthos* in the sense of allowing that chains opposed to each other could propagate their waves of discourse inside and outside the Brazilian Supreme Court.

Key-words: Critical Discourse Analysis, Ideology, Context, Social Movement, Brazilian Supreme Court

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dinâmica da transferência do “vazio”	64
Figura 2 – A estrutura do discurso da notícia.....	74
Figura 3 – Referência textual	78
Figura 4 – Quatro categorias da topicalidade.....	95
Figura 5 – Análise em árvore proposta para a notícia 1 do corpus	96
Figura 6 – O STF e a caixa de ressonância. Atores constitucionais, ouvidos nas audiências públicas e aqueles ecoados nas notícias.	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: “A CAIXA DE RESSONÂNCIA”	16
1.1 Da Monarquia à República: da vacuidade do Poder Moderador à emergência do STF	17
1.2 O STF e a segunda e terceira repúblicas: a era Vargas	23
1.3 O STF e a quarta república	25
1.4 O STF e a quinta e sexta repúblicas	29
1.5 A sétima república e a construção da cidadania: 1988 até 2004	31
1.6 Os remédios constitucionais da sétima república e a ADPF	33
1.7 A ADPF 54	36
1.8 Emissão da liminar e pedido de participação no julgamento pela CNBB	38
1.9 A ascensão e a queda da liminar: “questão de ordem”	40
1.10 O julgamento da liminar: exemplo de polifonia	42
CAPÍTULO 2 – AS “ONDAS” DO DISCURSO	46
2.1 Filosofia e Gramática	47
2.1.1 O <i>Lógos</i> e as suas metáforas geométricas	49
2.1.1.1 O triângulo aristotélico	50
2.2 O Discurso e a filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin	55
2.3 Os gêneros do discurso como uma forma da ação humana: o tom	57
2.4 Contexto e ideologia	62
2.5 O discurso do gênero notícia	72
CAPÍTULO 3 – A REFERENCIAÇÃO: O MOVIMENTO EM “CÍRCULOS CONCÊNTRICOS”	75
3.1 Categorias do movimento do discurso	76
3.2 Discurso e conhecimento	81
3.3 A referência	86

3.4 A referenciação.....	88
3.5 O objeto do discurso	94
CAPÍTULO 4 – RESULTADO DA ANÁLISE.....	97
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS	107
ANEXOS	116
<i>A - CORPUS.....</i>	<i>116</i>
<i>B - ÁRVORES.....</i>	<i>213</i>

INTRODUÇÃO

A ideia original desta dissertação emergiu da observação de alguns discursos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) em seu Plenário. Esses discursos ocorreram em um julgamento no ano de 2012 e foram transmitidos pela *TV Justiça* e demais canais de comunicação do STF. Tais discursos eram os votos dos ministros do STF com relação à questão proposta pelo Pedido de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 54 (ADPF 54).

Um único fato empírico e intuitivamente observado nesses discursos é a justificativa de toda esta dissertação. Esse fato está previsto na Estética Sistemático-filosófica Intuitiva de Mikhail Bakhtin. Assim, apenas como telespectadores e depois de já termos assistido a alguns votos, passamos a ser capazes de prever a palavra final do voto a partir do primeiro movimento, ou seja, observando a seleção do item lexical usado para fazer referência ao objeto do discurso, bem como de todas as muitas e complexas estruturas e processos envolvidos pelo discurso. Chamamos esse movimento de as *ondas do discurso*.

Nesse contexto, o objetivo geral desta dissertação é o de recolher das diferentes versões teóricas sobre o movimento das ondas do discurso no campo bibliográfico da Filosofia da Linguagem e da Análise Crítica do Discurso de linha sociocognitiva.

Os objetivos específicos são o *éthos* do STF através da referência utilizada por ele a fim de se referir ao movimento social; articular as diferentes interpretações da passagem do *lógos* ao discurso propostos por van Dijk; apontar as ideologias responsáveis pelas diferentes versões do objeto do discurso da ADPF 54 propagadas nas notícias publicadas pelo STF e contribuir para o projeto temático História do Português Paulista II ou “Projeto Caipira II”, subgrupo Gêneros Jornalísticos Impressos: historicidade, constituição e mudança em uma perspectiva crítico-discursiva, que é financiado pela FAPESP.

Para poder cumprir tais objetivos, este trabalho está organizado em quatro capítulos, assim distribuídos:

O primeiro trata do *éthos* do STF pela perspectiva historiográfica. Nela descobrimos que o STF é uma “caixa-de-ressonância” do processo histórico brasileiro. Além disso, apresentamos um resumo da ADPF 54 e das duas correntes que se formaram ao redor dela dentro do STF. Uma delas era a contrária à cognoscibilidade pelo STF da própria ADPF 54 em si. Esse desconhecimento era o produto do contexto de que a questão proposta era a de decidir se uma “mãe” poderia “abortar” o seu “filho” pelo fato dele ser anencéfalo, ou seja, incapaz de vida extrauterina.

Nessa situação, a Justiça e todos os outros membros da Sociedade, incluindo-se aqui a comunidade médica, nada podem fazer para evitar o sofrimento humano. Porque a

interpretação do Código Penal brasileiro ao pé da letra jamais permitiria outra interpretação, a não ser a de que a anencefalia não consta no rol das exceções previstas com relação ao aborto no diploma penal. Além disso, à luz da Constituição em vigor, tal interpretação também não se sustenta porque o direito à vida era absolutamente relevante.

A corrente favorável à cognoscibilidade da ADPF 54 referia-se ao objeto do discurso através do contexto de uma “mulher” ou “gestante” que poderia sim promover a “antecipação terapêutica do parto” do seu “feto”. Tal interpretação sustentava-se na visão de que a vida não é um direito absoluto, já que outros direitos, tais como o da saúde, o da dignidade da pessoa humana e o da vontade deveriam ser considerados no estabelecimento da interpretação do texto constitucional e, conseqüentemente, de todos os outros textos infraconstitucionais. Portanto, no primeiro capítulo discutimos detalhadamente a história do STF através da metáfora da “caixa-de-ressonância” e apresentamos um resumo da ADPF 54.

No segundo capítulo buscamos estabelecer como houve a passagem do “*lógos*” do campo filosófico para o termo Discurso. Nesse sentido, retomamos o dilema multimilenar da relação entre Língua e Discurso, ou seja, o grau de vacuidade das palavras. Ainda neste capítulo, localizamos e apresentamos os pressupostos filosóficos que de fato encontramos na bibliografia da área, evidenciando os seguintes temas: as metáforas do círculo, do triângulo, do quadrado e do hexágono. Todas essas metáforas buscam representar geometricamente as marcas e traços das ondas do discurso.

No terceiro capítulo, apresentamos as várias categorias de análise do objeto do discurso que localizamos no campo bibliográfico da Linguística Textual. O objetivo deste capítulo é o de compartilhar com o leitor, na medida do possível, todos os passos que demos na análise do discurso das notícias. Por se tratar de um assunto extremamente complexo e com poucos consensos, buscamos apresentar às especificidades do tratamento da análise da notícia como discurso conforme a proposta elaborada por Van Dijk.

No capítulo quatro apresentamos uma síntese dos resultados das análises ao mesmo tempo em que continuamos a conduzir o leitor para as diferentes possibilidades de uso das árvores, insistindo no fato de como elas podem ser utilizadas para se observar não apenas o que foi dito em cada contexto, mas, também, o que foi “martelado na cabeça” do leitor nos trinta e seis contextos analisados através de três categorias diferentes de análise: a referência, a referenciação e o objeto do discurso. Porque a repetição é uma das estratégias cognitivamente mais eficazes na propagação das ondas do discurso.

Por fim apresentamos, de modo bastante sucinto, as considerações finais a que chegamos a partir de todo esse percurso que, voluntariamente, decidimos percorrer. Ao cabo,

conseguimos chegar ao recorte teórico que buscávamos e à luz da teoria da ideologia e do contexto de van Dijk, chegamos a significativas conclusões referentes às estruturas cognitivas que envolvem o uso de uma palavra no lugar de outra e os seus efeitos que se espalham como ondas desde a interface mente-cérebro de cada ser humano até a realidade.

CAPÍTULO 1

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: “A CAIXA DE RESSONÂNCIA”

1.1 Da Monarquia à República: da vacuidade do Poder Moderador à emergência do STF

O primeiro recorte bibliográfico efetuado para o desenvolvimento desta dissertação sobre o *éthos* do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL foi executado no domínio historiográfico. Entrou-se neste campo e dele recolhemos as obras de Emília Viotti da Costa (DA COSTA, 2010 [1998], 2006 [2001]). Estaremos, do início ao fim deste capítulo, em contato com o contexto historiográfico brasileiro e, em particular, do STF, de acordo com a descrição e análise desta autora. Embora o período histórico seja muito extenso, o que poderia produzir um recorte superficial, a pergunta que nos guia é objetiva: Qual tem sido a atitude do STF desde a sua fundação em relação aos demais poderes e à imprensa?

De acordo com a narrativa da professora emérita de História da América Latina de *Yale University* e de História Social da *Universidade de São Paulo*, tomamos conhecimento de muitos outros julgamentos relevantes conduzidos pelo STF desde a sua fundação até o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 54 e que a atitude do STF tem sido, na medida do possível, o de se apresentar como o guardião da constituição e, nesse sentido, como legislador pela via negativa. Essa atitude visa a preservar o modelo republicano brasileiro, que se estrutura em uma divisão tridimensional dos poderes.

O poder originário é o poder Legislativo cuja soberania emana diretamente do Povo e a sua função é o de ser o legítimo representante dos valores culturais do Povo. O poder Executivo é o responsável pela execução das leis, sendo a Constituição o diploma máximo. O poder Judiciário tem o dever de julgar as ações do Executivo e zelar pela interpretação das leis. Essa é uma forma bastante esquemática e simplificada do modelo. Na prática, porém, a interação entre esses poderes tem se mostrado muito mais complexa e uma vasta bibliografia já se acumula dentro dos campos historiográficos, sociológicos, políticos e discursivos sobre a dinâmica desses atores na História do Brasil.

Vejamos quais são os princípios básicos que organizam o Judiciário brasileiro, além de uma breve descrição de sua arquitetura.

O sistema judiciário brasileiro organiza-se a partir de dois princípios: o princípio da dualidade do Direito Processual e o princípio do Direito Subjetivo. Na instância federal, o topo do sistema é o STF. Um pouco abaixo dele, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e os demais tribunais superiores, tais como o do trabalho e eleitoral. A diferença entre o STF e os demais tribunais superiores é a Competência. O STF tem como objeto principal Competência

assuntos de natureza constitucional. Os demais tribunais superiores devem julgar em última instância os processos de natureza penal, tributária, trabalhista, etc. Na prática, porém, um processo penal ou trabalhista que for conduzido depois de transitado e julgado na última instância de sua competência pode ser encaminhado para o STF, caso algum Princípio, Direito, Garantia, Poder, Ordem de natureza constitucional seja questionado. O STF é a “caixa-de-ressonância” do Judiciário brasileiro.

Na instância municipal e estadual, temos, respectivamente, as Comarcas, Fóruns e Juizados Especiais (dentre outros, dependendo do sistema estadual) e os Tribunais de Justiça. O Distrito Federal e os territórios têm a sua primeira instância sob a jurisdição do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e a segunda instância no STF ou demais tribunais superiores.

Como dissemos, dois princípios básicos organizam o complexo sistema. Não importa se o processo foi impetrado no STF devido ao foro privilegiado do paciente do processo ou se a ação foi julgada na primeira instância em uma cidade do interior do Brasil. Todo e qualquer réu tem o direito de ter, no mínimo, dois julgamentos.

Além disso, a ação jurídica incorpora-se literalmente na pessoa do juiz ou da juíza, incluindo-se nisso a sua materialidade humana, bem como os seus valores pessoais e a sua formação. Nesse sentido, o direito brasileiro assume que o ponto de vista do juiz está contido no julgamento. Este não é uma interpretação puramente formalista da lei, como se o ato de julgar excluísse o sujeito que julga; mas, ao contrário, inclui a visão de mundo daquele ou daquela, o corpo e a alma presentes na interpretação da letra da lei.

É exatamente por causa disso que os conflitos emergem também dentro da esfera jurídica, embora de uma forma diferenciada com relação às outras esferas. O juiz atua à luz dos seus valores pessoais, mas também deve estar em consonância com um universo comum de diplomas, de tal forma que o juiz jamais parte do vazio no exercício da sua função. Voltaremos a tratar desse tema posteriormente. Neste momento, cumpre falar mais sobre o STF, a sua criação e as suas funções ao longo das sete repúblicas brasileiras.

A ideia inicial de se criar uma suprema corte como o STF surgiu ainda no período monárquico. Dentro daquele sistema, cabia ao imperador julgar as lides tanto de ordem pública como privada em última instância. Para tal, ele contava com o auxílio de Conselheiros e Ministros de estado. Portanto, ainda naquele período surgiu a ideia de se criar uma corte suprema no Brasil a fim de liberar o Imperador dessa função e o modelo a ser copiado era o da Suprema Corte norte-americana. Com o fim da monarquia, houve um vácuo do poder moderador que foi imediatamente preenchido pelo Supremo Tribunal Federal.

A história da institucionalização do STF dentro do cenário republicano brasileiro é um reflexo da institucionalização do próprio modelo republicano em si dada a sua relevância na cena. A historiadora de que nos servimos neste capítulo foi capaz de resumir em uma metáfora, a qual, aliás, não poderia ser mais congruente com o restante do corpo teórico desta dissertação, o *éthos* do STF; tal metáfora é de que o STF é uma “caixa-de-ressonância”.

Sinteticamente, desde antes da instauração da república até o presente momento, o STF foi pensado como um espaço para a expansão dos conflitos sociais brasileiros através do discurso. Isso por si só já é muito. Desde a antiguidade a persuasão tem sido uma forma racional de negociação da diferença, em oposição ao uso da violência. Quando o regime monárquico “desmoronou” devido aos efeitos da Revolução Industrial na esfera internacional, e, internamente, devido à emergência de novos grupos de interesse concorrentes com os que sustentavam o regime monárquico, o STF permaneceu em silêncio nos primeiros anos. A voz do STF foi inscrita na Memória Social brasileira de fato apenas a partir da última república.

Como a implementação do modelo republicano de estado e do regime democrático de governo brasileiros não foram frutos de uma Revolução, ou seja, de uma mudança de padrão comportamental; tampouco de uma Evolução do próprio sistema monárquico, a atuação do STF no sentido de preencher o vazio do poder moderador fez ecoar a falta de respaldo popular do novo regime. Dentre as muitas dificuldades relacionadas à institucionalização da república, uma delas foi a ausência de uma cultura democrática na sociedade brasileira no momento imediatamente anterior à sua instauração. Talvez por esse motivo a sua proclamação tenha sido realizada por militares, sempre com o apoio da pequena e média burguesia que ascendera economicamente e buscava espaço na cena política, e os representantes dos interesses do capital internacional. O ideal de que todo o poder emana do Povo no contexto do STF precipitou-se de fato na Realidade social brasileira apenas recentemente.

De todo modo, com a vinda da família imperial portuguesa para o Brasil, a estrutura econômica mudara. A estrutura política não acompanhou o processo. Havia naquele momento no Brasil nove mil quilômetros de estradas de ferro interligando os principais centros urbanos de quase todas as regiões com as principais zonas produtoras brasileiras entre si (basicamente a monocultura e produtos primários). As trocas entre os centros urbanos não alcançados pelas malhas ferroviárias aceleraram-se pela comutação dos barcos à vela por barcos à vapor. No Nordeste brasileiro, as zonas de produção de açúcar que sobreviveram à decadência decorrente da concorrência internacional modernizaram-se e a sua produtividade aumentara.

A altamente lucrativa cafeicultura do Oeste paulista também se modernizara, aumentando a sua produtividade. O início da industrialização de certas regiões transferiu o

centro de gravidade do poder do campo para as cidades. Os organismos de crédito multiplicaram-se. O aumento da produtividade associada à pressão inglesa alterou o sistema de trabalho. O trabalho escravo não se “coadunava” com o novo contexto socioeconômico. O número de trabalhadores livres e os centros urbanos aumentaram de número e de tamanho, da mesma forma as indústrias. O resultado disso foi a diversificação da estrutura econômica brasileira, que ecoou na superestrutura com a presença de novos grupos na cena política dissonantes com o sistema da Patronagem e do Patriarcado em vigor. Nas Assembleias, os deputados e senadores representavam os interesses da monocultura e dos setores agrários. A pequena e média burguesia, os industriais e os ingleses estavam insatisfeitos. Neste contexto, a monarquia ruiu. Curiosamente, o resultado dessas e de outras tensões existentes na sociedade brasileira tem encontrado eco primeiramente nas forças armadas e não apenas no período inicial da república, mas quase que ao longo de toda a história republicana.

A elite militar imperial havia recebido uma formação dentro do espírito das Luzes nas suas Academias. Conheciam o modelo republicano por ouvir falar e, ao assumirem o poder, o aplicaram a partir de uma interpretação descontextualizada da realidade social brasileira. Esta é a proposta principal da historiografia de nossa referência. A sociedade brasileira era e é uma sociedade diferente da norte-americana. Reproduzir modelos e estruturas sem uma contextualização simplesmente não funciona.

A associação entre as forças armadas com a burguesia nacional e internacional foi responsável não apenas pela fundação da primeira república brasileira, mas, também, por longos e difíceis períodos ditatoriais, cujo discurso era único e a “caixa-de-ressonância” não podia se manifestar. Assim, a transição da monarquia para a república no Brasil não foi o resultado de um conjunto de transformações culturais resultantes da propagação de ondas republicanas de e para a população em geral, muito menos fruto de uma consciência histórica das classes não hegemônicas. Na verdade, a primeira república brasileira foi o resultado da incapacidade de adaptação da monarquia às contradições históricas do seu tempo: a revolução industrial na esfera internacional e a diversificação da estrutura socioeconômica na nacional.

Nesse contexto, o STF surgiu para preencher o vazio do Poder Moderador, como já dissemos. Porém, os seus primeiros passos foram no sentido de estabelecer-se na nova cena política. Como o governo não encontrava eco na realidade da população, inicialmente as instituições republicanas, em geral, tinham pouco capital político e em seus dois primeiros anos o STF sequer publicou as suas decisões. Para completar o cenário dissonante entre teoria de estado e prática de governo, os estados de sítio eram constantes e o governo lutava para desarticular diversas rebeliões que iam, literalmente, de nordeste à sul do Brasil.

Isolado na capital da república, o Marechal Deodoro da Fonseca marcou o seu governo pelo conflito com o Legislativo. Tal conflito culminou com a dissolução do congresso, agitações populares, levantes militares e movimentações na Marinha. Os resultados dessas fricções foram a sua renúncia e a posse de Floriano Peixoto. Mesmo assim, muitas “nuvens de revolta” ainda marcariam a primeira república dentro e fora do contexto da capital. Tivemos, dentre outras, a Revolução Federalista, a Revolta da Armada, intervenções federais, levantes militares, conflitos entre as oligarquias estaduais, entre as oligarquias e o governo federal, republicanos e monarquistas, militares e civis, Igreja e Estado e o contexto maior de todos estes conflitos na Memória Social brasileira: Canudos.

A guerra de Canudos era vista por muitos como uma ameaça de restauração monarquista devido à representação daquele conflito pela imprensa. Esta o enxergou majoritariamente como uma disputa entre os valores republicanos e de “civilização” de um lado, e o “fanatismo” ideológico e religioso do outro. Uma visão menos maniqueísta é impossível. Na primeira república, a luta pelo poder era intensa e a imprensa entrara na “liça”. Jornais monarquistas, como o *Tribuna Liberal*, foram empastelados pelas “turbas”. Jornalistas eram perseguidos. A população urbana e alunos das escolas militares saíam às ruas. A resposta do governo era a repressão física, a declaração de estado de sítio, prisões arbitrárias, o desterro e até o exílio.

Diante dessa cena, o STF manifestava-se inicialmente através do julgamento de *habeas corpus*. A imprensa e a Câmara examinavam e debatiam as decisões. Os ministros tornavam-se alvo de críticas, defesas e ataques de todos os lados. As sessões do tribunal eram concorridas e este se transformava, às vezes, em uma espécie de teatro para o gozo do público que lotava as galerias. O auditório manifestava-se ruidosamente a favor ou contra argumentos e decisões, “vaiaava, assobiava, aplaudia os discursos e os acórdãos, apesar das advertências do presidente, que ameaçava os manifestantes de expulsão.” (DA COSTA, 2006[2001], p. 28)

As opiniões dos ministros ecoavam no Congresso e na imprensa; opiniões que representavam as várias linhas políticas e os grupos de interesse da sociedade brasileira, tais como os monarquistas e os jacobinos.

Mesmo assim, ao final do governo de Prudente de Moraes, o STF havia se firmado como terceiro poder apesar das agitações populares e dos desmandos do poder Executivo. Deixara de ser um poder subordinado para ser um ator relevante na cena política nacional.

Na verdade, chega a ser admirável que o STF tenha conseguido assumir uma posição na cena política brasileira da primeira república. Desde o seu início, ou seja, desde a execução

do decreto número 510 de 22 de Junho de 1890 que o instituiu e o organizou, as suas funções eram ambiciosas à luz do contexto de emergência do modelo republicano brasileiro.

Porque sem uma mudança de fundo cultural na população precedendo a mudança de sistema político, além dos conflitos armados dos primeiros anos da república, acreditamos que o fato da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 ter confirmado as mesmas e ambiciosas funções previstas no decreto-lei, tais como as de rever as decisões da primeira instância sempre que houvesse violação de direito, resolver os conflitos entre as autoridades judiciais e a administração federal, os conflitos entre a União e os Estados e entre os Estados entre si, acreditamos, como dizíamos, que só foi possível devido à experiência política dos primeiros ministros. De fato, a primeira geração de Ministros era bastante conservadora. Todos pertenceram ao quadro da administração imperial. Vários eram barões. Mesmo assim, saíram em defesa das primeiras medidas de institucionalização do modelo republicano.

Essas medidas foram basicamente a separação entre a Igreja e o Estado, uma grande naturalização devido aos muitos imigrantes e portugueses que viviam no Brasil, o registro civil obrigatório, o casamento civil obrigatório prévio ao religioso, a secularização dos cemitérios, a mudança do sistema eleitoral (o qual estava configurado de forma a manter no poder os mesmos grupos de interesse) e a alfabetização do eleitor.

De ponto de vista da Análise Crítica do Discurso, o gênero do discurso jurídico previsto na primeira constituição republicana era o *habeas corpus*. Este gênero foi tão usado por pessoas como o advogado Ruy Barbosa que se chegou ao ponto de falar em uma teoria brasileira deste instrumento jurídico. O fato é que as primeiras decisões do STF foram sequer publicadas, embora, depois, à medida que a república e a democracia brasileira se fortaleceram, elas tenham passado a ser publicadas em diferentes gêneros do discurso, iluminando o sentido da metáfora da “caixa-de-ressonância” para fazer-se referência ao STF. Assim, as primeiras decisões passaram a ser publicadas a partir de 1897 na *Revista de Jurisprudência*, que se tornou uma referência para julgamentos posteriores.

Nos primeiros anos, o tribunal sofreu muito com a falta de quórum além do partidarismo explícito e o caráter classista dos ministros. Nesse sentido, pode-se dizer que a atuação dos mesmos era apenas relativamente isenta, apesar do fato de que diante deles havia um Ruy Barbosa expandindo brilhantemente o conceito de *habeas corpus* sempre em defesa do ideal republicano. Além disso, em seus discursos ele frequentemente instruía os ministros sobre o funcionamento da Suprema Corte norte-americana, o modelo de criação do próprio STF.

1.2 O STF e a segunda e terceira repúblicas: a era Vargas

Com a crise econômica de 1929, as oligarquias controladoras da nação entraram em crise. Nesse momento, outros grupos de interesse (contraditórios entre si) assumiram o poder com o centro de gravitação das forças em Getúlio Vargas. Três textos constitucionais foram editados entre 1934 e 1946. Ao rol do *habeas corpus* foi adicionado o *mandado de segurança*. Entretanto, tais instrumentos foram de pouca utilidade, uma vez que os estados de sítio ou de emergência perduraram por anos, suspendendo o estado democrático de direito. No lugar das disputas entre monarquistas e anarquistas, o cenário político tornou-se mais complexo. Tínhamos agora a disputa entre comunistas e seus aliados, os liberais que faziam oposição à Vargas e os integralistas. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os integralistas foram deixados à vontade por Vargas, ao mesmo tempo em que se iniciou a perseguição aos comunistas.

Deve-se a Vargas a máxima que serve como índice do raio de atuação do STF nesse período: “A lei, ora, a lei”.

O mandado de segurança fora instaurado através do decreto-lei 181 de 1936. Ele tinha a função de defender direito certo e incontestável de qualquer indivíduo que tivesse sido ameaçado ou violado por autoridade. A competência de julgamento era originária da Corte Suprema apenas se a violação de direito tivesse como agente o Presidente da República, Ministros de Estado, sentenças ou acórdãos emitidos por juízes ou tribunais de 1ª instância contra autoridades (inclusive legislativas). Além desses agentes, também competia ao STF julgar originariamente mandados de segurança se a ação tivesse sido realizada contra ato de juiz ou tribunal federal.

No caso da Justiça Eleitoral ou de 1ª instância, o STF era o destino de mandados de segurança em primeira instância referentes às leis de organização interna dos mesmos. Em todos os outros casos, a corte originária era a primeira instância.

Pelo exposto apenas sobre o mandado de segurança, já se pode imaginar a magnitude do aumento do número de processos que deram entrada no STF durante a era Vargas em comparação com o período anterior. As arbitrariedades do governo provisório de Vargas, ou seja, de 1930 até 1934, foram todas consideradas pelo STF excluídos de qualquer apreciação judiciária. A carta constitucional de 1937, por sua vez, diminuiu o número de agentes credenciados a impetrar mandatos de segurança no STF porque esta vedava o STF de tomar conhecimento de “questões exclusivamente políticas” (DA COSTA, 2006[2001], p. 76).

Ainda no ano de 1937, Vargas dissolveu o congresso. Em seguida, o STF sofreu outras restrições em suas atribuições. Perdeu o poder de julgar questões de limite territoriais entre estados, bem como de julgar pedidos de intervenção federal nos estados.

Sem o congresso, Vargas publicou decisão anunciando o poder de anular qualquer decisão do STF. Outra decisão foi a de aposentar ou reformar qualquer funcionário público que representasse risco à ordem pública. Foi declarado ainda estado de emergência nacional, com a consequente suspensão do estado democrático de direito, de 30 de novembro desse ano até 30 de novembro de 1945. Recolhemos uma reflexão interessante de nossa referência histórica sobre esse período tão contraditório da história nacional.

As contradições desse governo iniciaram-se evidentemente com uma crise econômica, no caso, a de 1929. As tensões políticas resultantes da desilusão com o modelo republicano era apenas mais um elemento dissonante na percepção da cena social pelo Povo. As outras eram as fraudes eleitorais, a falta de representatividade do congresso, o domínio das oligarquias ao longo de toda a primeira república, a marginalização dos interesses do povo, a sua exploração e o abandono do Povo que simplesmente vegetava nas zonas periféricas brasileira, ou seja, fora das zonas costeiras e o Sudeste.

O desrespeito generalizado às leis, as renovações constantes dos estados de sítio desde a proclamação da república, os desmandos policiais, as perseguições políticas. Esse conjunto de contradições preparou a revolução de 1930 e explicam o apoio popular de Vargas.

Os paulistas tentaram uma contrarrevolução no sentido de restabelecer o modelo liberal em 1932, mas no último momento não receberam o apoio prometido de outros estados e fracassaram. Foi neste contexto que Vargas perpetuou-se no poder. Um contexto muito complexo de se administrar, mas que contou com a ajuda de um ator social conhecido das ditaduras latino-americanas: os militares.

Vargas e os militares articularam as estratégias a fim de impedir o avanço da nova forma de organização estatal apresentada ao mundo pela Revolução Russa de 1917. Os desiludidos com a república, que já sabemos serem muitos, abraçaram o Estado Novo e o seu autoritarismo.

Dentre as estratégias implementadas, tivemos a introdução no Brasil do *welfare state*, bem como o direito à greve, a instauração da Justiça do Trabalho, o fomento da economia popular através do desenvolvimento do crédito, a nacionalização do capital financeiro e a reserva da exploração dos recursos naturais. Tudo isso foi oferecido ao Povo em troca do Estado Democrático de Direito.

A constituição de 1934 de Vargas tinha por objetivo estabelecer um estado de compromisso entre vários grupos de interesse. Em 1937, porém, “irradiou-se” pelo país boatos de que um golpe comunista estava sendo articulado. Em 30 de outubro do mesmo ano, Vargas e o Cardeal Sebastião Leme uniram-se e criaram a Defesa Social Brasileira. Ela tinha por responsabilidade combater o Comunismo. Em 7 de novembro, a Comissão Executiva do Estado de Guerra definiu as normas de ação dessa instituição. Em 10 de novembro, tropas fiéis ao governo cercaram a Câmara e o Senado. No mesmo dia Vargas publicou a constituição polaca, cujo perfil autoritário ecoava a ideologia das ditaduras europeias tais como a de Hitler, Mussolini, Salazar e Weimar.

Qual a atitude do STF nesse contexto? Com exceção do juiz Guimarães Natal, todos os demais abandonaram o ideal liberal da primeira república. O executivo hipertrofiou-se e foi instaurado o Tribunal de Segurança Nacional, seguido da publicação da Lei de Segurança Nacional. Extinguiu-se a Justiça Federal. Aprovou-se por decreto a Consolidação das Leis do Trabalho. O resultado da promulgação de duas cartas constitucionais e de tantos outros decretos leis foi a emergência de situações completamente esdrúxulas para o STF julgar; isso quando o processo era “conhecido”. Todas as vezes que o STF desatava o “nó” de uma forma que contrariava o interesse de Vargas, ele simplesmente anulava a decisão.

A situação piorou com a eclosão da Segunda Guerra mundial e a postura ambígua de Vargas na esfera internacional, o agravamento da situação econômica mundial devido à guerra, a inflação, a pressão dos norte-americanos e das oligarquias anunciavam uma onda liberal. Vargas a reconheceu e iniciou os preparativos para a sua sucessão. Convocou uma “Constituinte com Getúlio”. Esta campanha, chamada de queremista, recebeu apoio dos comunistas e de seus aliados. Com medo, as elites novamente buscaram apoio nas forças armadas e em 29 de outubro de 1945 depuseram Getúlio.

Em seu lugar assumiu o presidente do STF, o cearense José Linhares, cujo desafio de interregno era apoiar o retorno do liberalismo. A “caixa-de-ressonância” voltava a ecoar as “ondas” do discurso.

1.3 O STF e a quarta república

A primeira república baseou-se no modelo liberal. A revolução de 30 havia instalado a ditadura, a qual foi aprofundada pela constituição de 1937. As medidas populistas e nacionalistas da era Vargas, porém, haviam mudado a sociedade brasileira. A economia industrializou-se ao mesmo tempo em que se tornara mais dependente do capital estrangeiro. O proletariado e os empresários haviam se organizado de acordo com as políticas estatais para cada grupo: sindicatos e associações. O retorno ao modelo liberal projetado pela constituinte de 1946 encontrava-se diante de outro contexto social.

A constituição de 1946 buscou incorporar as várias instituições sociais introduzidas estrategicamente pelo Estado Novo a fim de impedir o avanço do Comunismo. As contradições, todavia, persistiam. Formas corporativistas de organização existiam ao lado de formas liberais. O regime anunciado como liberal, revelou-se, ao final, elitista, oligárquico, clientelista, autoritário e corporativista.

De todo modo, José Linhares agiu em favor do retorno do estado de direito. Nesse sentido, extinguiu o Tribunal de Segurança Nacional. Revogou o estado de emergência em vigor desde 1937, o artigo que permitia ao Executivo aposentar ou reformar qualquer funcionário público de acordo com o interesse exclusivo do regime. Entretanto, seu liberalismo não se estendeu aos operários, tampouco ao Partido Comunista. O liberalismo era apenas para os amigos.

Em seguida, Linhares tentou aliviar o volume de ações impetradas no STF recolocando-o na posição de Corte Constitucional incorporando ao Poder Judiciário as Justiças do Trabalho, Eleitoral e Militar. Manteve a extinção da Justiça Federal de primeira instância, mas criou o Tribunal Federal de Recursos para julgar-se as apelações. Ao STF reservou as funções de árbitro dos conflitos políticos no nível federal e o de “guardião da constituição”. Com a Guerra Fria anunciando-se no plano internacional, tal posição privilegiada durou muito pouco.

A carta magna de 1946 estabelecia competências originárias e privativas para o STF. Por exemplo, competências originariamente ao STF tomar conhecimento, conduzir e julgar processos cujo réu era o Presidente da República. Na instância dos recursos ordinários foram arrolados os crimes de natureza política. No nível extraordinário, as causas decididas em julgamento único ou em última instância também iam parar no STF. Do ponto de vista interinstitucional, foi restabelecida pelo texto constitucional a harmonia e separação entre os três poderes. Cabia à Suprema Corte julgar a inconstitucionalidade de lei emanada do Legislativo ou decreto do Executivo. O Legislativo, porém, poderia anular a declaração de inconstitucionalidade do STF através de dupla votação por maioria absoluta dos votos.

Extinguiu-se completamente a cláusula que permitia ao Executivo anular por decisão emanada do STF. Quando a Guerra Fria finalmente se instalou, a perseguição ao Partido Comunista iniciou-se e a dinâmica idealizada pelo modelo republicano foi posta à prova. Podemos adiantar que ela jamais existiu de fato até o ano de 1993.

Em 7 de maio de 1947 o registro do partido comunista foi cassado por conta da lei 211 de 7 de janeiro de 1948, seus espaços foram invadidos, desmontados e fechados. Vereadores, deputados e senadores comunistas tiveram seus mandatos cassados pelo Tribunal Superior Eleitoral. O argumento era que a quarta república permitia ao povo eleger representantes organizados *em partidos políticos*.

Já que o partido comunista não existia mais, os seus parlamentares não tinham mais mandatos. Sem demora, os pedidos de *habeas corpus* e mandados de segurança começaram a chegar ao STF.¹

O senador cassado Luís Carlos Prestes, por exemplo, impetrou um mandado de segurança, o qual foi negado pelo STF unanimemente. O argumento utilizado pela Suprema Corte foi o de que a “democracia adotada era a de um estado de partidos” (DA COSTA, 2006[2001], p. 118). Em 1949, o mesmo impetrou novo mandato de segurança alegando o conteúdo contraditório da lei 211 à luz do artigo 44 da Carta Magna de 1946. Este artigo declarava expressamente que a todos era garantido o direito à inviolabilidade das opiniões, das palavras e dos votos. A sorte do segundo mandato de segurança foi idêntica à do primeiro.

Por qual motivo um argumento tautológico como esse foi capaz de persuadir os membros da mais alta corte brasileira? O motivo é simples: todos os ministros nesse momento haviam sido nomeados por Vargas.

No cenário político, a Igreja Católica, os militares, a elite econômica aliada aos interesses internacionais, os latifundiários e uma elite intelectual positivista concentravam o poder em suas mãos praticando um modelo republicano conservador, paternalista e elitista. Uma versão do modelo liberal que é uma verdadeira *contradictio ad absurdum*. Para completar, em

¹ “Art. 1º Extingue-se o mandato dos membros dos Corpos Legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, eleitos ou não sob legendas partidárias:

- a) pelo decurso de seu prazo;
- b) pela morte;
- c) pela renúncia expressa;
- d) pela sua perda nos casos dos §§ 1º e 2º do artigo 48, da Constituição Federal;
- e) pela cassação do registro do respectivo partido, quando incidir no § 13 do artigo 141, da Constituição Federal;
- f) pela perda dos direitos políticos.”

1951 Vargas foi reconduzido ao poder pela via democrática com o apoio dos comunistas, o que levou a oposição ao “desespero” e a instauração da ditadura militar alguns anos depois. Emília nomeia esse comportamento com relação à ideologia comunista como uma espécie de fobia.

Como sempre, muitos grupos contraditórios gravitavam ao redor de Vargas. Acusações de corrupção e comunismo eram constantemente lançadas contra ele pela oposição. Havia, parece, um desejo verdadeiro de Vargas em construir-se uma nação autônoma, ou seja, cuja política econômica fosse capaz de distribuir a renda de forma menos desigual e controlasse a entrada do capital estrangeiro. Porém, uma parte da elite brasileira desejava o contrário. O seu desejo era a entrada incondicional do capital estrangeiro, o atendimento de suas exigências à custa da pobreza do Povo, o acúmulo do capital nas mãos de poucos e o endividamento do país. Cercado de todos os lados e sob enorme pressão, Vargas suicidou-se. No período imediatamente posterior, iniciou-se uma luta intensa entre esses grupos até a posse de Juscelino Kubitschek. Novamente, o STF participaria da cena política nacional.

Um exemplo veio do Estado de São Paulo. Daqui chegou um pedido de *habeas corpus* em favor do Ademar de Barros. Ele havia sido acusado de crime de peculato. Depois de idas e vindas, o pedido foi acatado por unanimidade. Em seguida, o presidente que deveria estar em exercício, mas havia se afastado devido a um ataque do coração, Café Filho, buscou o STF através de um mandado de segurança a fim de reassumir o poder 10 dias após ter dado entrada no hospital.

O presidente da república que assumira o poder diante do adoecimento daquele era o presidente da Câmara dos deputados, Carlos Luz. Imediatamente, irradiou-se, novamente, um boato de golpe militar devido à eleição de Juscelino Kubitschek concomitantemente. Carlos Luz e seus apoiadores refugiaram-se em um navio militar partindo em seguida para São Paulo. O Vice-presidente Nereu Ramos assumiria então a Presidência e declararia 30 dias de Estado de Sítio. Este mesmo político participaria ativamente do governo instalado a partir de 1964. Nesse contexto, Café Filho impetra seu mandado de segurança junto ao STF a fim de reassumir o poder.

Esse julgamento pode ser considerado, sem dúvida, a origem do modelo atitudinal do STF até a redemocratização de 1988. Um ministro disse que a situação atual havia sido “criada e mantida pela força das armas, contra a qual seria inexecutável qualquer decisão do Supremo Tribunal. (DA COSTA, 2006[2001], p. 133). Porque “a insurreição é um crime político” (...) “mas quando vitoriosa passa a ser um título de glória, e os insurretos estarão a

cavaleiro do regime legal que infringiram; sua vontade é a que conta, e mais nada”. (DA COSTA, 2010 [1998], p. 133).

Logo depois, um advogado entrava com um mandado de segurança cujo objeto era o próprio Estado de Sítio, o qual havia sido prorrogado por Nereu Ramos. A imprensa e o congresso acusavam o STF de deserção da sua função de guardião da constituição, seja na modalidade negativa (a normal), seja na positiva. O ministro do STF Nelson Hungria fez uso da palavra naquele momento e declarou em Sessão Plenária a sua interpretação do contexto social brasileiro, dizendo que:

o que ocorre é que o Brasil, com a implantação da República, entrou no ciclo político da América Latina, em que as mudanças de regime e a queda dos governos se operam, frequentemente, mediante pronunciamentos militares, contra os quais não há de opor-se a força do direito.

Finalmente, com a posse de Juscelino e Goulart a tensão dissipa-se momentaneamente. Em 21 de abril de 1960, a sede do STF é transferida para Brasília. Inicia-se uma troca de ministros com aposentadorias. Juscelino nomearia quatro novos ministros; Jânio Quadros, um; e João Goulart, dois. Chegava-se ao fim da era Vargas dentro do STF e o perfil dos novos ministros era e continua sendo o de homens de notável saber jurídico e cultural, além de, em geral, experiência na magistratura.

Com a deposição de Jango em 1964 pelos militares com o apoio da Igreja Católica e da elite econômica devido à fantasmagórica ameaça comunista, inicia-se um novo período de hipertrofia do executivo. O STF silencia-se novamente excluindo-se do movimento social. Ressurge o conceito de Segurança Nacional, de censura e a suspensão do Estado de Direito.

Autoproclamada como “revolução”, o novo governo, o Comando Revolucionário, manteve a constituição de 1946, mas iniciaria a edição e outorga dos conhecidos atos institucionais e de duas novas constituições.

O número um desses atos, por exemplo, declarou que a “revolução vitoriosa destitui o poder anterior e tem a capacidade de constituir novo governo” (...) editar “normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória” (DA COSTA, 2006[2001], p. 160).

1.4 O STF e a quinta e sexta repúblicas

O Comando Revolucionário manteve a constituição de 1946 até a edição das constituições de 1967 e 1969. Neste contexto, o poder originário ainda emanava diretamente do Comando Revolucionário. Portanto, a representatividade dos valores do Povo nesses textos é zero. De todo modo, ambas as constituições mantiveram na forma da lei a dinâmica republicana entre os três poderes. Porém, a fim de drenar o “bolsão comunista” e a sua “purulência” do governo, o governo não poupou esforços.

Primeiro, suspenderam as eleições diretas. O presidente da República era eleito por um colégio eleitoral selecionado pelo mesmo grupo que estava no poder. O primeiro presidente eleito pela via indireta foi Castelo Branco. Logo após tomar posse, visitou o STF e afirmou seu entendimento de que a democracia sobreviveria no Brasil apenas se os direitos e garantias constitucionais fossem sacrificados. Em seguida, o mesmo padrão já visto na segunda e terceira república reapareceu: adversários políticos foram presos, mandatos foram cassados, funcionários públicos removidos ou aposentados compulsoriamente. Os pedidos de *habeas corpus* novamente afluíram para o STF.

Inicialmente, o STF reagiu contrariando os interesses do Comando Revolucionário. O ato institucional número 2 resolveu esse problema: partidos políticos foram extintos e o STF foi declarado oficialmente sob intervenção militar.

A reação da imprensa? Esta foi ambígua. A do jornal *O Globo*, de propriedade de Roberto Marinho, foi coerente com o seu histórico desde a quarta república: apoiou as medidas repressivas a fim de apoiar a revolução contra a “peste” do comunismo no Brasil.

A constituição de 1967 incluiu o mecanismo de controle constitucional pelo qual o STF poderia julgar lei ou ato emanado do legislativo e executivo, respectivamente. A pena de morte era formalmente aplicável apenas aos militares. Todos os direitos e garantias individuais que haviam sido implementados sucessivamente ao longo das outras cartas constitucionais foram preservados. Na prática, porém, tudo isso não passou de letra morta.

Como na era Vargas, os militares ampliaram o número de ministros de 11 para 16 a fim de nomear pessoas ideologicamente consonantes com o Comando Revolucionário. O ato institucional número 5 foi baixado. O Executivo tinha agora poderes extraordinários.

Em seguida, três ministros do STF foram aposentados compulsoriamente. Outros dois saíram por conta própria. Por fim, foi decidido que o STF teria novamente 11 ministros em vez de 16 (Vargas havia ampliado o número apenas para poder nomear pessoas consonantes com os seus interesses). Naquele momento, todos os ministros eram de confiança do governo revolucionário. O restante dos acontecimentos da cena política nacional é relativamente

recente na Memória Social brasileira, e não seria conveniente tocarmos nesse assunto sem tratá-lo com a devida atenção e seriedade.

1.5 A sétima república e a construção da cidadania: 1988 até 2004

À luz da Constituição Cidadã, as principais funções do STF são as de decidir sobre a constitucionalidade dos atos dos demais poderes. Julgar os litígios entre os Estados entre si e entre esses e a União e defender em última instância os direitos dos cidadãos.

Desde as primeiras constituições, o sistema jurídico brasileiro sustenta-se nos Princípios da Dualidade do Direito Processual e do Direito Subjetivo, como já dissemos. A forma de governo, por sua vez, sustenta-se na autonomia e harmonia entre as instâncias Estadual e Federal. A primeira instância da justiça foi delegada para o governo Estadual, o nível federal é o local ideal para as cortes de apelação.

A respeito da dualidade do direito processual, por exemplo, ela é a causa de se ter sido efetuado um novo julgamento da ação penal 170 no STF, tornada público pela mídia como “Mensalão”. Uma vez que os condenados nesse processo haviam sido julgados originariamente pelo STF, eles não tinham para quem recorrer a fim de exercer o seu direito de ter, no mínimo, dois julgamentos. Por este motivo, houve um novo julgamento através dos chamados “agravos regimentais” previstos no Regimento Interno do STF.²

A eleição indireta de José Sarney é uma prova da dificuldade e da lentidão do processo de redemocratização brasileiro e da inclusão da voz do STF na Memória Social brasileira.

A dívida externa resultante do longo período ditatorial e a inflação era enorme. A situação econômica dividiu o Brasil. O confisco bancário lançado mão por Fernando Collor de Melo provocou enorme reação nas classes média e alta e o eco dessa onda de insatisfação generalizada foi o seu *impeachment*.

Os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso estabilizaram a inflação através do Plano Real. Ao mesmo tempo em que aprofundaram parte das propostas do governo Collor. Na posição de presidente, Fernando Henrique promoveu a abertura do mercado para o capital internacional e uma onda de privatizações “jamais visto no país.”

² Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=legislacaoRegimentoInterno>. Acesso em: 11 jul. 2015.

Nesse contexto, o STF foi, novamente, só que de uma forma diferente, chamado a intervir a fim de determinar sobre a constitucionalidade de atos do Legislativo e do Executivo. Por esse e outros motivos, a imprensa passou a dispensar maior atenção ao STF. Além disso, o texto constitucional tornou-se o centro do debate político, em especial as emendas constitucionais iniciadas apenas a partir da revisão constitucional 1993 conforme mecanismo da Disposição Transitória do texto constitucional. Desde esse momento, o STF assumiu “abertamente sua posição de ator político imprescindível” (DA COSTA, 2006[2001], p. 12).³

A atual Carta Magna garantiu e expandiu os mecanismos de “controle constitucional” pelo STF com relação aos demais poderes e o número de agentes credenciados para promover ações desta natureza. Ao mesmo tempo, aumentou a relevância do Supremo na cena política brasileira com o resultado direto de exposição e desgaste de seu *éthos*. As discussões a respeito da reforma da constituição, iniciadas em 1993, têm refletido o profundo e antigo conflito de interesses com relação aos limites do Estado brasileiro.

Os nomes “*Consenso de Washington*” e “*Welfare state*” identificam as duas ideologias que concorrem na cena política brasileiro desde a era Vargas. De um lado, há grupos decididos a ampliar a participação do capital estrangeiro e da iniciativa privada, reduzir o poder do Estado na economia e na sociedade, emancipar o capital financeiro da fiscalização estatal, alterar a Justiça do Trabalho e diminuir as garantias concedidas aos trabalhadores e funcionários públicos. De outro, há grupos que se identificam com o estado de bem-estar social de Getúlio Vargas. O conflito entre essas duas tendências acentuou-se de forma especial durante do governo de Fernando Henrique Cardoso e ecoaram no STF.

Todas as vezes que o Supremo tem sido chamado a intervir, os seus Ministros têm sofrido ataques de deputados e senadores, bem como de outros atores sociais através da mídia. Os legisladores afirmam que o Supremo extrapola as suas atribuições constitucionais e demonstram sua insatisfação por (pela):

- Críticas à atuação dos Ministros do STF;
- Acusação de que o STF defende interesses corporativistas, quando, na verdade, ele tem reiterado diversos direitos sociais presentes em sucessivas constituições;
- Acusação de que o Supremo invade as esferas do executivo ou do legislativo;
- Discussão a respeito do sistema de nomeação dos Ministros;

³ Neste ponto, a historiadora serve-se da excelente pesquisa desenvolvida por Fabiana Luci de Oliveira. Esta socióloga e cientista política desenvolveu uma análise de conteúdo em um *corpus* recolhido dos jornais *Folha de S. Paulo* e o *O Estado de S. Paulo* sobre o STF durante o período de 1988-1995.

- Rotulação dos Ministros ora como populistas/demagogos, ora como reacionários;
- Denúncia da judicialização da política e da politização do judiciário.

Desde a proclamação da atual república, novos grupos adentraram na cena política brasileira. Um deles é o grupo dos evangélicos. Este grupo representa hoje milhões de eleitores e ocupam diariamente muito espaço na mídia. De minoria político-social na década de sessenta, tornaram-se aliados indispensáveis para qualquer ator político com ambições presidenciais. Excluí-los da cena política como fizeram com os comunistas não resolverá os conflitos. A única solução é manter-se uma instância onde as diferentes ideologias possam “ecoar” através das “ondas” do Discurso. A transferência da metáfora do STF como uma “caixa-de-ressonância” do discurso historiográfico para o discurso político é uma boa saída para o problema dos conflitos ideológicos no Brasil.

Porque os fatos mapeados por nós, na medida do possível, no discurso historiográfico é o de que todas as vezes que a democracia brasileira está viva, o STF tem sido um espaço para as dissonâncias sociais através do discurso. O contrário disso são a violência, a morte, a perseguição, a violação dos direitos e garantias individuais, o desterro, o exílio e, principalmente, o desrespeito aos direitos humanos fundamentais. Em 2004, um conjunto desses direitos foi violado por ações de membros do próprio judiciário. Este é o último capítulo da história do STF que iremos narrar à luz dos autos do processo.⁴

A reparação do erro ecoou através de um *Pedido de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental* impetrado junto ao STF. É sobre esse mecanismo de controle constitucional, o qual foi adicionado pela presente república ao rol de mecanismos de controle constitucional, bem como aos detalhes do quinquagésimo quarto pedido dessa natureza impetrados no STF, que abordaremos no próximo e último bloco deste capítulo.

1.6 Os remédios constitucionais da sétima república e a ADPF

⁴ O acesso ao referido curso pode ser efetuado através deste endereço eletrônico: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.stf.jus.br%2Fprepositorio%2Fcms%2FportalTvJustica%2FportalTvJusticaNoticia%2Fanexo%2FCurso_de_Remedios_Constitucionais__Luciano_Avila.doc&ei=oqeaVYayEsOwggSAkIGoDg&usq=AFQjCNHQGdgsQcOY4I8g_5x_q8ta4q1heA&sig2=6dyhLjQwNbogLRWzBaj8Sg&bvm=bv.96952980,d.cWw. Acesso em: 06 jul. 2015.

No bloco anterior, tomamos conhecimento dos instrumentos jurídicos paulatinamente disponibilizados pelo Poder Originário ao Povo para se acessar à “caixa-de-ressonância”. Naquele contexto, a primeira república disponibilizou o *habeas corpus*. Tal instrumento tornou-se nas “mãos” de um orador brilhante como Ruy Barbosa um instrumento altamente complexo cuja discussão está fora do escopo teórico deste trabalho. Em um curso disponível no site do STF sobre “Remédios Constitucionais” lê-se a distinção feita por aquele advogado entre “Direito”, “Garantia” e “Remédio constitucional”.

O direito à vida, por exemplo, é instituído unicamente pela declaração impressa na Constituição. A garantia do direito à vida é decorrente da limitação da violência de todos, a fim de se assegurar o direito à vida de todos. Tal limitação pode ser ativa ou passiva. Passivamente, a garantia é dada ao lado da expressão do direito. A garantia é ativa quando algum cidadão tem esse direito lesionado. Esta é feita através dos remédios constitucionais, os quais são espécies de garantias constitucionais. A diferença entre a garantia e remédio é que a primeira pode estar lado a lado com o direito no texto constitucional. Os remédios constitucionais, contudo, não estão previstos ao lado de cada direito. Ao contrário, os remédios constitucionais são usados a fim de reagir à violação de um direito.

Essa breve digressão tem por objetivo deixar patente que o foco desta dissertação não é entrar no raio da ação teórica jurídica. Não temos os meios para executar essa tarefa adequadamente. O nosso foco é de natureza linguístico-discursiva.

Sabemos que durante a segunda república criou-se o *mandado de segurança*. A quinta república assegurou ao STF a função de declarar constitucional lei ou ato dos demais poderes, porém o cenário político não lhe permitiu exercer tal função de fato. A Constituição de 1988 acrescentou ao lado desses três remédios constitucionais o *habeas data* e o *mandado de injunção*.

Esses instrumentos são, teoricamente, conhecidos como medidas difusas de controle de constitucionalidade (ou seja, de interpretação do texto constitucional) porque são aplicáveis por qualquer juiz ou corte em qualquer das instâncias do Judiciário brasileiro. Por outro lado, a mesma carta magna garantiu de forma exclusiva ao STF três instrumentos de controle abstrato de constitucionalidade. Esses são a *ação direta de inconstitucionalidade (ADI)*, a *ação declaratória de constitucionalidade (ADC)*, a *ação direta de*

*inconstitucionalidade por omissão (ADO) e a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).*⁵

Alguns desses instrumentos têm eficácia *Ex tunc*, ou seja, de forma retroativa no tempo; outros agem temporaneamente de forma *Ex nunc*, ou seja, daquele momento em diante. Além disso, o seu efeito pode ser *erga omnes*, válido para todos, bem como vinculante, ou seja, estendendo-se para todos os membros do poder judiciário e da administração pública direta e indireta. A única exceção do efeito vinculante da decisão é o Poder Legislativo.

Para o contexto desta obra, devemos saber que o pedido de arguição de descumprimento de preceito fundamental encontra-se no artigo 102 da Constituição de 88. No parágrafo primeiro desse artigo, lê-se que uma lei viria a descrever a maneira que o STF apreciaria tal instrumento. Esta lei é a de número 9.882, que foi promulgada em 3 de dezembro de 1999. Nela lemos que o objetivo de uma ADPF será o de evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do poder público.

Os “agentes credenciados”, seguindo-se os termos do texto constitucional, ou os **atores sociais**, segundo a Análise Crítica do Discurso, credenciados para impetrar essa ação são o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Diante da lista, podemos concluir que esse instrumento é de uso bastante restrito a órgãos de representação de classe da instância federal e a atores da esfera política. Se um Ministro do STF tomar conhecimento de uma causa desse tipo, o ministro ou ministra pode expedir decisão liminar monocrática *ad referendum* pelo Plenário (se o caso for considerado urgente).

Uma liminar emitida a partir de uma ADPF pode, por exemplo, suspender processos judiciais não-transitados em julgado, bem como todos os efeitos de decisões judiciais ou de qualquer outra medida relacionada com a questão, com exceção daquilo que já tiver sido coberto pelo “manto” da coisa julgada.

⁵ Segundo o STF, o sistema de controle constitucional brasileiro é do tipo misto. Apesar da existência de uma Corte Constitucional, qualquer juiz pode estabelecer uma interpretação do texto constitucional a fim de resolver o caso concreto. Entretanto, o estabelecimento de uma interpretação concentrada, de caráter abstrato, e válida para todos (*erga omnes*) é competência exclusiva do STF. Informação disponível no endereço eletrônico: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/portalStfAgenda_pt_br/anexo/Controle_de_Constitucionalidade_v__Portl.pdf. Acesso em: 06 jul. 2015.

O julgamento do mérito de uma ADPF é de alçada exclusiva do Plenário. Apesar de o Ministro-relator ser o responsável pelo gesto inicial de tomar conhecimento da causa, o Plenário pode desconhecer a ação, cassar a liminar do Ministro-relator ou julgá-la improcedente. O requisito para o Plenário julgar uma ADPF é a presença de dois terços dos seus membros e a decisão deve ser respaldada pela sua maioria absoluta (seis votos). Os seus Ministros, o seu Presidente, que geralmente é o decano, e o Plenário são os órgãos do STF e têm a obrigação de aparelhar os processos de acordo com a sua competência. Por fim, cabem ao Ministro-relator do processo e ao Presidente do STF as responsabilidades da condução do julgamento pelo Plenário.

Tendo sido admitida a ADPF, com ou sem liminar, o Ministro-relator deve “abrir vista” dos autos para o Procurador Geral da República. Este deve emitir a sua opinião sobre a cognoscibilidade da ação.

O aparelhamento da ação poderá, sob critério exclusivo do relator, pode ser feito com oitiva das partes do processo, solicitação de informações adicionais, designação de comissão (ões) de peritos a fim de emitirem pareceres técnicos, fixação de datas, marcação de audiências públicas. Também sob o critério do Ministro-relator, o aparelhamento do processo pode contar com informações de terceiros interessados no processo.⁶

Encerrada a etapa de aparelhamento do processo, o Ministro-relator produzirá relatório e o enviará para todos os ministros. Em seguida, o relator pedirá dia para julgamento pelo Plenário junto à Presidência.

Esta é uma descrição esquemática, porém adequada ao nosso propósito com relação à condução de uma ADPF. Vejamos, a seguir, como foi feita a condução do ADPF de número 54.

Ao término desta exposição, iniciaremos o segundo capítulo desta dissertação. Nela introduziremos os elementos teóricos linguístico-discursivos utilizados para a análise das notícias publicadas pelo STF sobre essa mesma ADPF.

1.7 A ADPF 54

⁶ **Descrição do Verbetes:** "Amigo da Corte". Intervenção assistencial em processos de controle de constitucionalidade por parte de entidades que tenham representatividade adequada para se manifestar nos autos sobre questão de direito pertinente à controvérsia constitucional. Não são partes dos processos; atuam apenas como interessados na causa. Plural: *Amici curiae* (amigos da Corte). Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbetes.asp?letra=A&id=533>. Acesso em: 26 nov. 2013.

Em 17 de Junho de 2004, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Área da Saúde (CNTS) protocolou a ADPF de número 54. Os preceitos fundamentais violados pelos agentes públicos envolvidos eram o princípio da dignidade da pessoa humana, da legalidade, da liberdade, da autonomia da vontade e do direito à saúde.

O ato violador era a interpretação dos artigos 124, 126, cabeça, e 128 (incisos I e II) do Código Penal por Promotores de Justiça categorizando a antecipação terapêutica do parto de fetos anencéfalos como crime de aborto sujeito à punição.⁷

O ator social ou agente credenciado responsável pela ação era adequado, uma representante sindical federal. A ação foi distribuída em nome de “Luís Roberto Barroso e Outros”, que é atualmente Ministro do STF.

A prova da lesão era o *Habeas-corpus* nº 84.025-6/RJ, referente ao caso de Gabriela Cordeiro de Oliveira.

A CNTS pedia o estabelecimento de única interpretação do Código Penal à luz do texto constitucional para o contexto do aborto de fetos anencefálicos, bem como a suspensão de ações não transitadas em julgado contra mulheres e profissionais da área da saúde que efetuaram tal procedimento. Pois, nesse contexto, não se poderia falar em crime de aborto, uma vez que o anencéfalo não tem potencial de vida extrauterina. O direito à vida do feto só existe se este tiver possibilidade de viver. Obrigar uma gestante a conduzir uma gestação dessa natureza contra a sua vontade, de acordo com a interpretação de alguns membros do Judiciário, era tortura. Nesses termos, o Ministro-relator da ADPF 54, ministro Marco Aurélio Mello, tomou conhecimento do processo. Para ele, o feto é um ser vivo em seu sentido próprio quando houver a presunção da continuidade da vida extrauterina do mesmo. Portanto, a interpretação do Código Penal a fim de processar os profissionais da área da saúde e a gestante de que a interrupção terapêutica de feto anencéfalo era crime de aborto era equivocada e expunha o Judiciário como um todo.

No dia 23 de Junho, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pediu para participar como parte interessada na ação. No dia 24, o Plenário acordou que o tema era polêmico. Acatou a liminar do relator, sob condição de que a questão deveria ser discutida

⁷ De acordo com o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro, na Parte Especial, Título I, Capítulo I, lê-se no artigo 124 que a gestante que induzir seu organismo ao aborto ou que lhe permita que outrem o efetue receberá pena de **detenção de 1 a 3 anos** e o artigo 126 pune o terceiro que com consentimento da gestante efetuar o aborto com pena de **reclusão de 1 a 4 anos** de prisão. O artigo 128 afirma que não se pode punir o aborto efetuado por médico nos casos I – risco de vida da gestante e II – se a gestação é resultado de um estupro e a gestante consentiu com a sua interrupção (aborto sentimental).

novamente pelo Plenário o mais breve possível, a fim de se estabelecer a decisão final. No dia 25, o relator indeferiu o pedido da CNBB. Iniciara-se a luta política entre o STF e a Igreja Católica.

1.8 Emissão da liminar e pedido de participação no julgamento pela CNBB

Em 1 de Julho de 2004, o relator emitiu liminar com dois itens conforme solicitado pela CNTS. O Plenário havia acordado com o relator em não permitir a interferência de nenhuma outra voz a não ser a do próprio STF na questão. Porém, a realização do ideal republicano da separação entre Estado e Igreja no Brasil iniciava-se apenas, de fato, a partir desse momento.

O primeiro item da liminar suspendeu o julgamento de todas as ações que se encaixavam no contexto da petição inicial, suspendendo inclusive os seus efeitos. O segundo item estabelecia a interpretação de que a interrupção terapêutica de fetos anencefálicos não era crime de aborto *ad referendum* do Plenário.

Em seguida, a CNBB e outros atores sociais impetraram pedidos junto ao relator para participarem como *Amicus Curae*. Todos os pedidos foram indeferidos. Os argumentos utilizados pelo relator para negar o pedido de *Amicus Curae* da CNBB merecem a citação pelo seu valor histórico com relação à institucionalização do modelo republicano brasileiro como um todo e o direito fundamental de se poder dispor do próprio corpo, bem como pelo lugar especial destes argumentos em relação ao *éthos* feminino no Brasil.

Segundo Marco Aurélio, o *Habeas-corpus* de número 84.025-6/RJ, referente ao caso de Gabriela Cordeiro de Oliveira, era a prova de que não existia na época do acolhimento da ADPF 54 qualquer outro meio de resolver o conflito ideológico dentro do sistema judiciário brasileiro com relação ao feto anencefálico e seu estatuto à luz do Código Penal e, evidentemente, do texto constitucional. Esse conflito estava expondo a imagem do Judiciário como um todo e havia criado uma situação “esdrúxula”.

O pedido da CNBB era inoportuno porque a *via-crúcis* de Gabriela de Oliveira Cordeiro se ocorrera devido às disputas jurídicas diretas dela e de seu marido com membros da Igreja Católica no STJ.

Gabriela e seu marido haviam pedido ao Juiz da Comarca de Petrópolis o alvará autorizando-a e à equipe médica a realizar a interrupção terapêutica de sua gestação. Tal alvará era uma segurança jurídica preventiva, caso posteriormente ela e a equipe médica viessem a ser processados por membros do Ministério Público. A resposta do juiz de Petrópolis foi negativa para Gabriela.

Ela encaminhou novo pedido ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. A Desembargadora Giselda Leitão Teixeira emitiu decisão em favor da gestante, justificando sua decisão nos seguintes termos: “A vida é um bem a ser preservado a qualquer custo, mas, quando a vida se torna inviável, não é justo condenar a mãe a meses de sofrimento, de angústia, de desespero” (BRASIL (STF), 2012, p. 33).

Gabriela chegou a ser internada no hospital para efetuar o procedimento. Porém, a decisão da Desembargadora foi cassada pelo Presidente do TJ-RJ, Desembargador José Murta Ribeiro. Em seguida, o julgamento em colegiado do TJ-RJ restabeleceu a decisão da Desembargadora. Em contrapartida, membros da Igreja Católica ajuizaram o tal pedido de *Habeas-corpus* junto ao Superior Tribunal de Justiça em favor “da vida do feto de Gabriela.”

Enquanto a disputa ideológica desenrolava-se nos tribunais, a gestação de Gabriela, obviamente, evoluía.

A Ministra do STJ Laurita Vaz suspendeu, novamente, a autorização dada para Gabriela dada pelo colegiado do TJ-RJ, justificando-se através do argumento de que a prática de aborto fora das condições previstas *ipsis litteris* no Código Penal acarretava, necessariamente, a aplicação de pena corpórea máxima.

Porque a vida é sabida e consabida por todo um bem maior a ser preservado. O magistrado não poderia inferir da lei qualquer interpretação diversa ao texto. Como a condição da anencefalia não estava elencada como um dos critérios considerados terapêuticos pelo legislador do Código Penal, o máximo que o advogado de Gabriela poderia fazer era se lamentar pela omissão do legislador do Código Penal brasileiro.

Esse *habeas corpus* ecoou no STF originariamente nas mãos do Ministro Joaquim Barbosa. Enquanto ele emitia a decisão liminar em favor de Gabriela, o tempo físico superou o tempo jurídico. Gabriela entrou em trabalho de parto, e deu luz à Maria Vida. Esta morreu sete minutos depois.

Nesse momento, a ineficiência do Judiciário brasileiro em tomar uma decisão razoável e eficaz espalhou-se como uma onda por todos os seus círculos, do mais atualizado ao menos atualizado de todos. Somente diante de uma situação tão dramática, o STF teve a força necessária de mover a esfera jurídica brasileira de cima abaixo, em um movimento semiótico

tão profundo quanto o necessário, para se deslocar qualquer palavra do campo semântico onde encontramos as palavras tais como mãe, gestante e mulher.

Se procurarmos na historiografia como era a situação feminina no período *imperial*, chega a causar espanto o tratamento dispensado pela República Brasileira à cidadã Gabriela de Oliveira Cordeiro no ano de 2004. Basicamente, a infantilização da mulher pelo patriarcado e patronagem buscava impedi-las de participar da construção da Ordem Social brasileira e, de forma especial para o caso concreto de Gabriela, da disposição dos seus corpos. O *éthos* feminino proposto pela Igreja Católica no século XX é sabido e consabido por todos. Segundo a Da Costa, uma aluna de um colégio de freiras francesas do Estado de São Paulo declarou em entrevista que “as alunas tinham de usar camisolas quando se banhavam e mudar suas roupas no escuro para que não expusessem seus corpos sequer para si mesmas.” (DA COSTA, 2010 [1998], p. 506). Mesmos “aos 90 anos, ainda se lembrava das terríveis imagens de pecadores queimando nos fogos do inferno que ilustravam os sermões” (idem).

Portanto, em face dos contextos histórico, social e humano descritos, o Ministro Marco Aurélio entendeu que as decisões contraditórias dos membros do corpo jurídico brasileiro criaram uma situação de perplexidade e que membros da Igreja Católica tinham concorrido na construção dessa situação esdrúxula. O STF deveria, poderia e iria decidir sozinho o assunto, em definitivo, por causa da relevância dos princípios constitucionais em jogo, já que a condição humana obstaculiza qualquer possibilidade de coisificação de uma pessoa.

O caso havia criado insegurança jurídica, com risco de descrédito do Judiciário pela população, e, “pior”, a angústia e o sofrimento ímpares vivenciados por aqueles que esperavam pela prestação de serviços jurídicos céleres e eficazes. A retaliação veio em seguida.

No dia seguinte, o Presidente do STF, na época Ministro Nelson Jobim, propôs que o relator desse ao Procurador geral da República vistas aos autos, conforme a lei. Em seguida, o Plenário julgaria o mérito da liminar.

1.9 A ascensão e a queda da liminar: “questão de ordem”

O Procurador-geral da República considerou o mérito da ADPF 54 incognoscível. Em seguida, pediu o julgamento da ação como um todo alegando “questão de ordem”.

Ele argumentou que a ação não deveria nem ter sido conhecida pelo Supremo, já que esta era inepta. O direito à vida era uma primazia jurídica, logo estava fora de questão.

O desdobramento desta pressão foi a convocação de audiências públicas pelo relator. Elas permitiriam a expressão da opinião de alguns dos atores sociais que solicitaram a sua participação como *Amicus curiae*, tais como os atores sociais CNBB, Católicas pelo Direito de Decidir, Associação Nacional Pró-vida e Pró-família e Associação do Desenvolvimento da Família. Bem como de outros selecionados pelo Ministro-relator: Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, Sociedade Brasileira de Genética Clínica, Sociedade Brasileira de Medicina Fetal, Conselho Federal de Medicina, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sociais e Direitos Representativos, Escola de Gente, Igreja Universal, Instituto de Biotécnica, Direitos Humanos e Gênero, os deputados federais José Aristodemo Pinotti e Luiz Bassuma e a Profa. Dra. Lenise Aparecida Martins Garcia.

Nesse ponto, já começamos a compreender o sentido atualizado da metáfora do STF como uma “caixa-de-ressonância”. Nos próximos capítulos entraremos nessa questão à luz da Análise Crítica do Discurso de linha sócio-cognitiva, da Teoria Multidisciplinar da Ideologia, ambas fundadas por Van Dijk e do estudo linguístico da Referência. Basta lembrar que a origem desta dissertação foi a participação como telespectador do julgamento da ADPF 54 em 2012 através da *TV Justiça*.

Como telespectadores, observamos que a construção do discurso de cada ministro começava pela seleção do item lexical mais adequado para referir-se ao objeto do discurso. Essa palavra era o ponto-de-estofa do fio condutor que se desdobrava como um solenoide. Para que o leitor possa entender tal metáfora, o ideal seria que ele também assistisse aos vídeos disponíveis no site *youtube*.⁸

Acreditamos que ele participará dessa mesma experiência: se acompanhar todos os discursos com certa atenção, perceberá pela seleção das palavras usadas por cada ministro para fazer referência ao processo, aos agentes envolvidos na acenefalia, etc. Com o tempo, será possível antecipar o voto de cada ministro, tendo-se percebido que os que se referiam à gestante como mulher ou mãe votarão contra o mérito da APDF 54, e os que a nomearam como gestante, a favor do mérito. Voltaremos a falar em detalhes sobre o estudo linguístico-discursivo da Referência.

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IqSRM-dR10A>. Acesso em: 08 jul. 2015.

A fim de concluirmos este capítulo, apresentaremos um resumo do debate em torno da cognoscibilidade da ação e da manutenção da liminar à luz do conceito de polifonia de Mikhail Bakhtin. Os detalhes deste conceito e de toda a teoria do discurso deste filósofo da linguagem serão apresentados no próximo capítulo.

Do ponto de vista histórico, a ADPF 54 tem quatro momentos fundamentais. O primeiro foi o fato do Ministro-relator ter tomado conhecimento da ação. O segundo foi o julgamento da liminar e a sua queda parcial, pois permaneceu em vigor o item que suspendia o julgamento dos processos não transitados em julgado. O terceiro foram as audiências públicas. Por fim, o julgamento do mérito pelo Plenário. Os dois primeiros momentos ocorrem em 2004, o terceiro em 2008 e o último em 2012.

1.10 O julgamento da liminar: exemplo de polifonia

Devido ao regimento interno do STF e à lei da ADPF, o pedido do Procurador Geral da República trouxe novamente ao crivo do Plenário a decisão liminar em 10 de Outubro de 2004. Para o relator, o resultado dessa votação da foi “surpreendente”.

O fato é que a liminar caiu, mas a “questão de ordem” proposta pelo Procurador-da-república a fim de considerar o processo desconhecido não frutificou, porque em 27 de abril de 2005, a admissibilidade do processo foi julgada à parte da liminar e acolhida pelo Plenário. O desdobramento disso foi o julgamento do mérito do processo em 2012.

A primeira observação de cunho linguístico-discursivo que se deve fazer a respeito do julgamento da liminar foi a dificuldade de se estabelecer *o objeto do discurso* desse julgamento de acordo com os autos do processo.

Assim que o julgamento da liminar teve início, o Ministro Eros Grau encarnou a voz de uma “*corrente*” contrária não apenas à liminar, mas até mesmo em relação à cognoscibilidade do mérito do processo e propôs que o Plenário desconhecesse a ADPF 54 por inépcia. Votaram a favor do cancelamento da ADPF 54 por inépcia os Ministros Eros Grau, Cezar Peluso, Ellen Gracie e Carlos Velloso. Se não fosse pelo pedido de vistas do processo efetuada pelo Ministro Aires Brito, a ação poderia ter sido julgada desconhecida pela corte e a situação vivida por Gabriela, já apresentada nos blocos anteriores, teria sido considerada irrelevante.

A questão da relação entre Discurso e Relevância é para alguns autores e autoras, tais como Van Dijk e Maria Lucia C. V. O. Andrade, a interface entre o discurso e a representação da realidade social, ou seja, o problema da relação entre Texto e Contexto.

Desde a fundação da Linguística Textual (doravante LT), na República Federal Alemã, o problema do contexto tem sido pacientemente discutido. A paciência deve-se à complexidade do problema e a necessidade de se ir-se às arenas discursivas para se observar, na medida do possível, a relação entre texto e contexto.

Tal questão jamais admitiria uma resposta solitária. O marco teórico inicial desta dissertação com relação à questão do texto/contexto é a definição dada por Andrade a respeito dos dois fatores de textualidade, a coesão e a coerência, tendo-se como princípio que este é função daquele. Portanto, para a autora de *Relevância e contexto: o uso de digressões na língua falada*:

A coerência pode ser definida, em linhas gerais, como um princípio de interpretabilidade do texto, envolvendo fatores de ordem cognitiva, linguística e interacional. Está relacionado à boa formação do texto e se estabelece a partir de uma unidade de sentido (atualização seletiva dos significados virtuais das expressões linguísticas, o que a caracteriza como algo global, isto é, referente ao texto como um todo (ANDRADE, 2001, p. 59)

O que a esfera jurídica chama de “questão de ordem” é o que Andrade chama de Coerência. A adequação do texto (em sentido amplo) ao seu contexto. Existiria uma ordem natural do discurso? Ou a ordem do discurso é fruto das paixões humanas?⁹

Esta é uma das questões fundamentais da Filosofia, constituindo ramo inteiro da árvore do conhecimento humano. A Filosofia da Linguagem é tão antiga quanto o próprio filosofar em si. Porque a inquietude do discurso, temos certeza, já havia sido alvo da reflexão dos primeiros homens e recebeu interpretações que vão desde o fluir das águas de um rio até o *ápeiron*.

Em todas as culturas conhecidas, ágrafas ou não, encontramos discursos considerados como o primeiro movimento, a palavra criadora, a onda na e pela qual as vozes de todos os outros criadores encontram seu sentido.

Entre esse discurso fundador, o *lógos* e o uso ordinário da linguagem tem-se um espaço difícil de definir que costumamos preencher como Discurso. Este é fruto da memória e

⁹ O leitor interessado pela diferença entre texto *stricto sensu* e o texto em sentido amplo pode servir-se das obras introdutórias à Linguística Textual a seguir: (KOCH e FÁVERO, 1983) e (KOCH, 2004). Delas temos nos servido da primeira à última página desta dissertação.

dos significados das palavras. O movimento das “ondas” dos discursos ao longo dos milênios chamamos, à luz da filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin, de Polifonia.

À luz desse conceito, observamos claramente a proposta de Andrade ao falar sobre a figura da *digressão* e a sua função lubrificante na interação discursiva, ou, nas palavras dos retores, no contato dos espíritos.

O objeto do discurso jamais é a obra de uma única voz. Aos nossos olhos, a autora representa o gerenciamento do processo discursivo através da imagem do *quiasma*. Os sujeitos do discurso têm sempre algo de comum e algo de diferente entre si. Cabe ao discurso negociar sem o uso da violência as diferenças no espaço intersubjetivo comum a todos: o texto.

De acordo, então, com a proposta de Andrade para a questão do contexto, entendemos como perfeitamente natural, em face da variedade de formações técnicas e humanísticas dos membros do Judiciário brasileiro, o jogo estabelecido entre as duas correntes presentes no Plenário no momento do julgamento da liminar e a disputa pelo estabelecimento do próprio objeto do discurso ou tópico. Trata-se apenas de um reflexo do altíssimo nível intelectual dos membros do STF.

De um ponto de vista cognitivo, a corrente a favor da liminar argumentou no sentido de que a sua cassação faria multiplicar o número de ações relacionadas ao assunto, dispersando, caso a caso, a solução de um problema que poderia ser resolvido em definitivo e de uma vez só pelo Plenário.

A solicitação do Procurador-Geral da República de novo julgamento da liminar era algo “incidental”, pois as constituições brasileiras tinham alargado desde o seu surgimento sucessivamente os mecanismos de controle da interpretação da Constituição pelo STF.

A respeito da adequação do pedido movido pela CNTS, a corrente defensora da ADPF entendeu-a presente. Já que, de um lado, encontravam-se argumentos em torno de valores básicos do Estado Democrático de Direito, a dignidade da pessoa humana, a legalidade, a liberdade, a autonomia da vontade e o direito à saúde. De outro, interpretações esdrúxulas do Código Penal a respeito da antecipação terapêutica do parto de anencéfalo, cujo foco era a penalização dos profissionais da área da saúde e das gestantes. Estas, por sua vez, oriundas de diferentes realidades socioeconômicas.

De fato, com ou sem julgamento do mérito da ADPF 54 pelo STF, algumas gestantes fariam abortos seguros de forma ilegal, enquanto as gestantes pobres seriam as únicas penalizadas.

Além disso, todas as questões relacionadas à vida (aborto, eutanásia, pena capital, etc.) eram reveladoras das diferentes opiniões e das concepções que as sustentavam de forma circular, o STF tinha a obrigação de atribuir um sentido, de uma forma ou de outra, para o início da vida dentro da esfera jurídica, a fim de afastar a insegurança jurídica e o impiedoso julgamento histórico, caso o Plenário escolhesse se omitir.

A outra corrente, por sua vez, propôs inicialmente uma alteração na segunda parte da liminar. Em seguida, questionou a própria admissibilidade da ação. Pois, “Se há preliminar quanto a à admissibilidade da ADPF, a mim me parece que não se justifica mais a manutenção da liminar. A dúvida sobre a admissibilidade da ADPF exclui a concessão da liminar”. (p. 48). Isto é: se há um questionamento por parte do Procurador-geral da República pela admissibilidade da ação, esse questionamento em si e por si só é o suficiente para encerrá-la. A interpretação de que o feto não é pessoa estava errada. O Código Civil garantia o direito subjetivo, uma personalidade jurídica ao nascituro. Por ser sujeito de direito, não era possível negar-lhe o direito à vida mesmo durante o intervalo entre a concepção e o nascimento.¹⁰

No nível linguístico, ambas as correntes atualizaram seletivamente palavras em consonância com os seus objetivos. Assim, a favor da ADPF 54 encontramos as referências “antecipação terapêutica do parto”, “feto” e “gestante” como objeto do discurso.

Do lado contrário, “aborto”, “filho” e “mãe”. Tais elementos linguísticos são as marcas linguísticas das duas “ondas” do discurso presentes no STF no momento em que a liminar foi derrubada.

Posteriormente, a “caixa-de-ressonância”, guardiã da Constituição, permitiu o acesso de outras correntes presentes não apenas no seu espaço privilegiado, mas em muitas outras esferas brasileiras.

A maneira pela qual a ação do homem de discursar reflete a sua experiência corporal, social e histórica através da criação e do uso de palavras é o objeto do nosso próximo capítulo.

¹⁰ Não estamos repetindo algo já dito no exórdio deste bloco. De fato, esse julgamento foi extremamente complexo e marcado por uma disputa em todos os níveis do Discurso através da tomada e retomada de referentes pelos oradores. Tal processo é evidentemente circular.

CAPÍTULO 2
AS “ONDAS” DO DISCURSO

2.1 Filosofia e Gramática

Quase dissemos no capítulo primeiro que a linguagem é um jogo. Adicionaremos a isso o fato desse jogo mudar ao longo dos séculos de acordo com a quantidade de partes da questão.

Tal número ou quantidade das partes do “jogo da linguagem” correlaciona-se diretamente com a relação entre o Corpo e a Alma. Há quem não aceite uma cisão entre essas duas instâncias simplesmente anulando a tensão da questão, ora transferindo-a para uma dimensão totalmente material, ora para uma dimensão totalmente abstrata.

Há os platônicos que acreditam na cisão do corpo e alma em duas instâncias separadas, conforme podemos ver claramente na cena do julgamento das almas lá no Mito de Er. E há, por fim, os que dividem o problema em três partes como Aristóteles, quatro partes, seis partes, etc. Gostaríamos de poder tecer longos e interessantes comentários a respeito deste problema, mas não é adequado porque sabemos que, no final, o círculo de Bakhtin não leva a metafísica a sério e o nosso foco aqui é a representação da ordem social brasileira pelo STF.

Diante da impossibilidade de abordar tal problema com a devida profundidade, apresentaremos ao leitor alguns dos comentários sobre a relação entre Filosofia e Gramática no contexto grego à luz da interessantíssima obra *A vertente grega da gramática tradicional* de Maria Helena de Moura Neves (NEVES, 1987[1983]).

A princípio, o problema da linguagem andava lado a lado com a reflexão filosófica sobre o Princípio das coisas. A Língua e o Discurso eram vistos como uma coisa só. Deve-se a Platão o estabelecimento da dicotomia *nómos x phýsis* e, por conseguinte, o estabelecimento das “margens” do problema do jogo da linguagem até o presente momento.

Muitas foram as correlações entre o problema do “movimento” primeiro de criação da realidade. Uma dessas metáforas é a da água. Ela era o princípio e o todo das coisas. Em seguida, encontramos uma expansão dessa associação entre o princípio com outros elementos da *phýsis* tais como o fogo, o ar e a terra. Entretanto, para outra corrente pré-socrática, nenhum elemento natural poderia ser o princípio de tudo, uma vez que o Universo é ilimitado. Assim, somente um elemento abstrato e infinito como o *ápeiron* poderia ser o *arché*. Desde o início podemos observar uma oscilação entre as diferentes correntes em favor da dimensão material ou abstrata. O brilho de Platão deve-se ao fato dele simplesmente ter contido o problema dentro de uma dicotomia.

Mesmo assim, deve-se à Heráclito de Éfeso a emergência desse problema através de um termo específico para a relação entre o que entendemos hoje como a relação da Língua e do Discurso. Para ele, o *lógos* era o responsável pela articulação das coisas, o *tà ontá*; e não da coisa, o *tó on*.

Para Neves, o *lógos* heraclítico trata-se de um problema filológico antes de tudo, porque não há verdadeiramente escólios de Heráclito de Éfeso, apenas aforismos como o de que jamais tomamos banho no mesmo rio. Entretanto, os efeitos dessa ideia reverberaram até nós.

Assim, de um ponto de vista unilateral, o *lógos* tem muitos valores. Como valor ontológico, ele tem as noções de “razão”, “inteligência universal”, “norma universal do espírito”; de um ponto de vista cosmológico, ele mostra-se como a “lei cósmica”, “fórmula do devir”; de um ponto de vista lógico, ele é a “lei do pensamento”, “lei lógica”; de um ponto de vista gramatical, ele é o “discurso” ou a “palavra”.

De um ponto de vista em que há a superação da unilateralidade através da conexão de todos esses aspectos, o *ho lógos* é a doutrina que exprime as leis do universo, bem como as leis do universo expressas pela palavra da doutrina, é o “pousar: o puro fato do deixar-estendido-diante-em-seu-conjunto”. A “rede” onde Língua e Discurso se encontram. No contexto de Neves:

se há um *lógos* que pode ser maior que a ação, é possível que haja uma palavra que não corresponda à ação, uma palavra vazia, sem sentido, um dizer que não é nada. Já não importa simplesmente o dizer ou o fazer, mas importa o sentido desse dizer e desse fazer. Outro elemento interfere sobrepondo-se mesmo: é o **noûs**, a interioridade, a inteligência do que se diz e do que se faz: ‘não se deve agir nem falar como os que dormem’ (Heráclito, frag. 73). Há uma profundidade que caracteriza o *lógos* (frag. 45). Evolui, assim, o esquema dizer/fazer que vem desde Homero.

Com Heráclito, o *lógos* passa a ser estudado a partir de sua função prática pelos sofistas e, ao mesmo tempo, começa a ser teorizado pelos filósofos. A experiência da vida na cidade transformara a percepção dos homens sobre si mesmos e a linguagem.

Assim, de uma vivência com o canto e os debates surgiu a teoria, mas ainda não havia uma separação entre os fatos verdadeiramente linguísticos dos filosóficos. Nas mãos dos filósofos, o problema é tratado à luz de outras metáforas: as metáforas geométricas do discurso.

2.1.1 O *Lógos* e as suas metáforas geométricas

Platão foi o primeiro filósofo a falar sobre a relação entre as palavras e as coisas e, pelo que sabemos, ninguém conseguiu superá-lo. Todos os outros filósofos dividem o problema da relação entre corpo e alma em mais partes do que ele. Além disso, a sua figura é a-linear.

Ao lermos trechos alguns dos diálogos platônicos sobre a linguagem, tais como *Crátilo*, *Teeto*, *Sofista*, *Fédon*, entendemos o porquê de Neves apontar a diferença de visão da relação entre as palavras e as coisas de Platão com relação aos sofistas. Para estes, a verdade do discurso estava nele mesmo. As palavras não precisavam ser usadas adequadamente para serem verdadeiras. O discurso ou era verdadeiro ou era falso. A percepção sofística da linguagem refletia, evidentemente, os seus interesses pragmáticos e pedagógicos, os quais eram de grande valor para a vida urbana. E a autora frisa que eles recebiam altos pagamentos pelas suas aulas.

Enxergando a linguagem apenas como um instrumento, os sofistas voltaram as suas preocupações pedagógicas e pragmáticas para vários temas importantes, tais como a *euépeia*, ou seja, para as formas de embelezamento da expressão através do estudo de tropos, metáforas, alegorias, hipálages, antíteses (contrastes de sentido); o estudo das correspondências entre a estrutura de membros da frase, a *parísisis*, e as correspondências entre os sons, *paramóiseses*. Além disso, preocupavam-se com o uso correto dos nomes, do ritmo, da harmonia, das letras. Alguns sofistas como Górgias e Pródico chegaram ao ponto de esboçar teorias a respeito do uso correto dos nomes e dos tipos de frases (perguntas, declarações, etc.), mas o fato deles não distinguirem o nome da coisa, o *ónoma* do *lógos*, o texto do contexto, impedia-os de observar a articulação interna do *lógos*, as classes de palavras, e as suas relações externas.

Platão enxerga o instrumento dos sofistas e usa uma dicotomia para conter o problema. Porém, para ele, “a linguagem conduz a alguma coisa que não ela mesma e, portanto, o discurso pode dizer ou não dizer a verdade”. Como consequência disso, ele separa a dialética ou o discurso sobre a verdade do diálogo ou os discursos sobre as verdades de cada um. Porque, para ele, a relação entre as palavras e as coisas quando eram verdadeiras ocorriam de forma circular. Apenas um mito platônico poderia fazer jus à defesa platônica da relação dual do corpo e da alma e, ao mesmo tempo, a-linear, através da metáfora do círculo.

Se o leitor nos acompanhar e for diretamente para o décimo livro da *República*, perceberá logo no exórdio quão moralista Platão era ao ponto de rejeitar a artes imitativas. Localizando-se o mito de “Er”, veremos lá que ele era “filho dos armênios” e foi encontrado vivo em um campo de batalha repleto de mortos. Toda a simbologia necessária para longas e interessantes considerações sobre o problema da unidade do corpo e da alma está presente neste mito: a Luz, os planetas em revolução, os anéis de Saturno, o movimento retrógrado de Marte, etc.

Obviamente, Neves conclui que as reflexões platônicas sobre a questão dos nomes são o marco inicial da questão da linguagem para todos os estudiosos no mundo ocidental. Até mesmo para aqueles que resistiram às “sutilezas psicológicas” de Platão, ou, dizendo claramente, aos que resistiram às suas técnicas hipnóticas.

Estes exigirão da filosofia da linguagem um *lógos* que não seja dicotômico: ou o discurso único sobre a verdade, ou um discurso completamente vazio apenas porque está em função de outros interesses além do interesse filosófico. Um desses foi Aristóteles. Ele foi o responsável pelo estabelecimento do paradigma tridimensional da relação entre Corpo e Alma, ou seja, a base da Trindade dos cristãos.

2.1.1.1 O triângulo aristotélico

Para resumirmos em uma frase a contribuição Aristotélica para o estudo da linguagem segundo Neves, basta dizer que ele foi o primeiro a “tatear” a língua em todas as suas dimensões. As suas obras sobre a linguagem apresentam uma oscilação entre a Língua e o Discurso, um reflexo da tradição platônica e também um avanço.

Nesse contexto, ele lançou as bases da distinção entre o plano da expressão e o plano do conteúdo através da separação entre significado e essência, algo que Platão não fizera. No plano da expressão, o seu foco era a elocução; no plano do conteúdo, a interpretação. Da sua análise da forma da expressão, concluiu que todos os discursos têm no *phoné* a sua base ou gênero comum. O *phoné* é o som característico da linguagem humana, ou seja, o traço espiritual que distinguiria os homens de todos os outros animais.

Os animais teriam corpo e alma como os homens, por isso são capazes de expressar seu estado-de-alma, uma emoção, como a alegria ao brincar, bem como um estado-de-coisa, como a fome.

O ser humano, porém, teria tudo isso mais o espírito. O Discurso seria um dos frutos da atividade espiritual. Portanto, o Discurso é o traço distintivo dos homens em relação a todos os outros seres.

Além disso tudo, ele estabeleceu as sete primeiras categorias da gramática grega: Gênero, Número, Caso, Tempo, Modo, Voz e Pessoa através de um procedimento analítico de definição e classificação. Transferindo seu paradigma tridimensional para todos as questões, ele estabeleceu um método tridimensional para o *lógos*: o significante ou *phoné*, o significado ou *semaion* e o referente ou *ser*.

São dele também as primeiras reflexões a respeito dos gêneros retóricos, dos gêneros poéticos, das formas significativas e não-significativas da linguagem, e, especialmente, dos limites da significação. Estabeleceu que a definição é a afirmação da natureza da coisa. A natureza da coisa dá o significado do nome.

Fazendo-se uma pequena digressão à Neves, podemos dizer que a visão tridimensional de (ARISTÓTELES, 1978) sobre a linguagem comunga com a sua metafísica. Essa enxerga o Ser a partir da articulação da relação ato-potência de tal forma que a realidade de um Ser é, ao mesmo tempo, a sua causa material, formal e final. Ao longo do processo da passagem do ser ao ato, o intelecto separaria cada uma das três dimensões do Ser. Este é sempre múltiplo, está em eterno movimento e, ao mesmo tempo, é a atualização da potência do Ser em Ato.

Ao observarmos o silogismo, podemos observar claramente a função do terceiro elemento ou função intermediária da Forma como a responsável pela passagem da extensão à compreensão, seja pela dedução, seja seu contrário, a indução.

Com relação ao problema dos nomes (que Neves declarou não ter entrado nele), Aristóteles estabelece o problema em cinco categorias. As duas primeiras, compreensão e extensão, estão em oposição entre si por marcarem as dimensões finais e causais, respectivamente, do Ser. Trata-se de uma questão muito complexa. Por exemplo, se encontramos uma folha em decomposição no chão, qual é o nome mais adequado para se fazer referência? Pode-se chamá-la de folha, mas, também, de natureza morta.

As outras categorias dos nomes são “gênero”, “espécie” e “indivíduo”. O nome “Sócrates” é do “gênero” animal, “espécie” homem, “indivíduo” Sócrates. Podemos observar claramente que, no nível individual, o processo de significação é de fato circular. Porém, Aristóteles tece uma observação importante que Neves recorta e atualiza em seu trabalho.

Os focos diversos presentes nas definições das partes do discurso presentes no *Órganon* e *Da interpretação* (de olho no conteúdo) e nos livros *Retórica* e *Poética* (com o olhar voltado para a forma) sustentam-se na crença de que a *voz* é a associação de um pensamento a uma forma sendo este o traço característico da fala humana. Assim, o homem fala enquanto os animais se comunicam. A fala é um traço da natureza humana. O modelo de descrição da materialidade da fala ou *phoné* tem três níveis de análise: os elementos formais, a proposição e o enunciado. Os nomes e os verbos não são significativos porque são apenas sílabas. No nível da proposição, o verbo distingue-se do nome porque ele tem a marca do tempo. Os elementos formais são de dois tipos: significativos e não-significativos. Assim, chega-se a essência da língua partindo-se do enunciado, passando pelas partes da proposição, dentro dela distinguindo-se as formas significativas das não-significativas, a sílaba e, por fim, o som indivisível significativo.

Neves observa que ele não deixou espaço para uma classe de palavras como as conjunções, por exemplo. A função gramatical das conjunções é a de ligação de enunciados. Aristóteles a considerou como um *elemento autônomo externo à proposição não significativo*.

Ainda segunda Neves, a significação é de fato um processo circular onde o primeiro nível, pressupondo-se uma **base comum**, é o suporte dos demais. Entretanto, os limites da Lógica de Aristóteles são formalmente aplicáveis na linguagem apenas até o nível da proposição, ou seja, na articulação das essências, por exemplo, a proposição “Sócrates é mortal”.

Aristóteles reservou para o terceiro e último nível o Discurso. Neste nível, não se trata de analisar a materialidade da língua. Para ele, o *lógos* é *apofântico*, ou seja, luz. Para ele, a declaração “Sócrates é mortal”, por exemplo, encontraria ou não seu sentido verdadeiro se esse enunciado for capaz de “iluminar” a realidade.

De qualquer forma, a reflexão aristotélica a respeito da linguagem lançou as bases da Poética, da Retórica, da Argumentação, da Gramática, etc. E, neste contexto, não é possível chegar nem perto de se exaurir o tema.

O que chama a atenção no período helênico é a percepção do significado como um fluxo, ou seja, como uma significação em relação a um contexto, aparentemente, estático.

Com o desaparecimento da polis, os gregos da diáspora, os estoicos, herdaram e tentam preservar seu patrimônio intelectual. Neste novo contexto, revela-se mais importante a preservação dos valores culturais a fim de manter a identidade cultural dos gregos do que uma reflexão sobre os fatos linguísticos em si e por si só de um lado, e as estratégias discursivas,

do outro. Portanto, a tarefa dos gramáticos era o de preservar a tradição. Para isso, tentaram conter o fluxo da significação em categorias recolhidas da reflexão filosófica.

Nesse afã, a gramática tinha a função de preservar a unidade social que já não existia mais. Os estoicos ergueram uma semiótica que, segundo Neves, tinha a pretensão de atender até mesmo as exigências da dialética. A metáfora dessa teoria é o quadrado.

Assim, a articulação do significado pelos estoicos em quatro dimensões marcou-se filosoficamente pelo retorno a Platão. Retomaram e ampliaram a ideia de *oísia* ou função da linguagem. Diante da necessidade de explicitar a articulação das essências da antiga realidade da sociedade grega, a dialética estoica dividiu as “partes do discurso” através de categorias lógicas. Porém, o estudo da significação incluía outros domínios como o canto e a música, ao lado da voz.

A lógica dos estoicos via todas as partes do enunciado como significativas. Esta é uma diferença entre a Lógica de Aristóteles e a deles. O centro do problema era a vacuidade da palavra. Para os estoicos não havia palavra vazia de significação.

O estudo da totalidade da significação do enunciado, que Aristóteles chamara de *hórus* e associara à Luz, está contido dentro do *lógos* e dos seus eventos para os estoicos. Ele está tanto na composição da frase através da associação entre um nome e o predicado, quanto fora da frase, ou seja, projetando além do enunciado.

O *gênero comum* ou *phoné* não tem um valor concreto em si mesmo, mas a partir das relações estabelecidas dentro do enunciado porque o significado de cada parte do enunciado é depreendido a partir de uma análise e de uma síntese operadas no *lógos*, que já sabemos ter um amplo escopo dentro da tradição filosófica.

Além disso, eles efetuaram uma síntese da tradição filosófica anterior, acrescentando-se a ela uma metodologia analógica na explicação dos fatos linguísticos. Um exemplo de definição das categorias gramaticais da escola estoica é o caso.

Nesse paradigma, o significado do caso não é depreendido a partir da presença ou ausência de um significante. Ele é depreendido pela função de cada uma das partes do enunciado em relação ao seu todo.

O enunciado é composto de cinco categorias. Três formam a proposição e duas compõem o enunciado. As três partes da proposição são o nome, o nome apelativo (vocativo) e o verbo. As do enunciado se alternam na indicação da qualidade do sujeito. A qualidade do sujeito é o evento que predica o sujeito, ou seja, os artigos e as conjunções que compõem o enunciado. Elas têm a função de distinguir e ligar as proposições entre si articulando-as em um enunciado.

Basta pensar, por exemplo, na diferença de relação entre discurso e conhecimento sobre o sujeito do enunciado ao se dizer que “um livro caiu” ou “o livro caiu”. No primeiro caso, o sujeito é indeterminado ou desconhecido. No segundo, ele é determinado ou conhecido.

Entretanto, o tratamento filosófico dos estoicos refletia preocupações relacionadas com a relação entre significação e natureza, ou seja, a identificação do uso “verdadeiro” do nome. Essas preocupações, por sua vez, eram expandidas em estudos dos fenômenos gramaticais através da classificação de analogias e anomalias gramaticais à luz de um *corpus* de textos dos campos filosóficos e literário. Assim, eles buscavam descrever os paradigmas, ou seja, as formas regulares, e normalizar as anomalias emergentes dos enunciados concretos e únicos. Ao mesmo tempo, tem-se a prática do ensino da língua grega e sua descrição gramatical. Posteriormente, a Lógica dos filósofos e a sua Dialética foram abandonadas em favor de uma descrição da lógica interna da linguagem, ou seja, da *Língua*.¹¹

Encerramos este bloco acreditando que a questão multimilenar dos limites entre Corpo e Alma, Língua e Discurso, Palavra e Voz tem encontrado as suas primeiras respostas através na esfera filosófica. Esta tem servido de base para as teorias gramaticais. Apesar de não ter entrado na questão dos Nomes, Neves apresenta a definição gramatical deles. Os Nomes carregam a imagem dos Corpos.

A pretensa separação entre Língua e Discurso apenas na modernidade revela-se uma falácia. Porque desde a antiguidade encontramos a percepção da multiplicidade das faces do *lógos*.

A emergência da Gramática como disciplina apareceu apenas na presença do vazio, ou seja, com o fim da cidade ideal e o início da diáspora grega. Apagando a presença do vazio, a teoria estoica deixou de lado os fatos “anômalos” do enunciado, que é sempre concreto e único, em direção de uma pretensa homogeneidade total. Nesse sentido, os estudos aristotélicos têm disso a base para todos os estudos dos gêneros do discurso. E, segundo Neves,

É assim que se encontra para ser examinado e admirado todo um processo que o espírito grego viveu e registrou – vê-se inaugurar uma separação entre linguagem e o ser; vê-se seguir uma separação entre o que significa e o que é significado na linguagem; vê-se formarem as disciplinas e isolar a língua como objeto de estudo de uma disciplina específica. Vê-se a gramática distinguir-se da filosofia em razão do

¹¹ Neves adverte repetidamente ao seu leitor que o assunto como um todo era controverso e que os comentadores dos textos estoicos, como Sexto Empírico, eram especialmente controversos entre si. Em uma conferência realizada pela Academia Brasileira de Letras, a autora retoma esse assunto. A mesma encontra-se disponível no link a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=6w3UWaOEjHo>. Acesso em: 12 jul. 2015.

próprio rigor da filosofia, que delimita seu campo e nele se move. (NEVES, 1987[1983], p. 245)

2.2 O Discurso e a filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin

Retomando a última palavra dita por Neves no bloco anterior, encontramos a referência de que o Discurso é como algo que se “move”. Tal metáfora é revista pela mesma autora em outra obra, (NEVES, 2011[2006]), dessa vez através de uma imagem mais amadurecida: as “ondas do discurso”.

O contexto filosófico dessa metáfora é o mesmo contexto de emergência do conceito de Ideologia. Evidentemente, é impossível entrar nesse assunto de forma profunda neste trabalho também. Não há a menor possibilidade de se fazer um trabalho sério a respeito de tal conceito neste momento.

Longos e importantes capítulos da história da filosofia, como o apontado e esmiuçado brilhantemente por Noam Chomsky na obra *“Linguística Cartesiana: um capítulo na história do pensamento racionalista”*, foram necessários para que o movimento consonante realizado pelos homens a fim de preencherem os seus vazios fosse rotulado pela palavra Ideologia por Marx e Engels na obra *“A ideologia alemã”*.

Entretanto, para aqueles ou aquelas suficientemente informados sobre a diferença entre as instâncias da Língua e do Discurso, especialmente à luz da Linguística moderna, não chega nem a ser tão interessante exaltar a tradição marxista como se essa fosse o “grito edênico”.

Sinceramente, as relações entre o Social e o Individual não se dão de forma direta e uma das provas disso é a multiplicidade de línguas existentes no mundo, sem entrar na questão do estilo e da variação linguística pelo viés da sociolinguística.

Cumpramos exaltar o fato de o Marxismo ter dado o nome para o problema. Isso, por si só, já é muito. Por causa disso, podemos reconhecer que outros autores trabalharam com o mesmo tema. Assim, por exemplo, podemos, sem medo, afirmar que entre os elementos da trilogia retórica aristotélica *éthos*, *lógos* e *pathos*; a paixão é, de fato, o movimento que une os outros dois elementos em um *todo* significativo. Entretanto, tal *todo* ou *universo semântico* ou *unidade semântica* é o problema posto para quem quiser trabalhar com a questão da relação entre a ideologia e a linguagem. E essa é uma questão de alta “voltagem”.

Onde encontramos esse todo semântico demonstrado positivamente? Aliás, onde encontramos materialmente o objeto da semântica? Na língua ou no discurso? Ou será que essa dicotomia é um falso problema?

A tradição filosófica e retórica aristotélica, por exemplo, difere da moderna, aos nossos olhos, pelo fato de na relação entre as palavras e as coisas não se incluir o vazio como um elemento sempre presente no conjunto Universo. Basicamente, essa é a grande diferença. Chomsky observa isso ao falar em algum momento que o problema do texto, ou seja, a multimilenar questão do “fio” condutor do sentido é o “fio dos nossos corpos”. Não em primeira ou em última instância: o corpo é o fiador dos sentidos.

Trata-se de um dos poucos consensos entre os analistas do discurso brasileiros que a obra do círculo de Mikhail Bakhtin foi a única capaz de alcançar o problema relação entre ideologia e linguagem. Colocando o corpo como o centro da questão do dilema entre as palavras e as coisas, tal círculo ergueu uma engenhosa resposta para tal dilema.

Encontramos nessa resposta todas as metáforas geométricas já apresentadas na seção anterior, incluindo o quadrado. O discurso é um objeto tridimensional. O conhecimento tem quatro dimensões: três empíricas e uma abstrata. Nos vértices do triângulo encontramos os conceitos de matéria, forma e conteúdo. A forma é a interface entre as duas outras dimensões, ou seja, a forma é o *quiasma*, retomando-se a imagem de Andrade. É nessa instância que emerge o valor. A forma é a arena das revoluções, ou seja, das mudanças de padrões de comportamento.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, o círculo retoma a metáfora do círculo recolocando o problema dos gêneros do discurso de forma a atender a todas as expectativas de todos os linguistas modernos e, ao mesmo tempo, marxistas. A única forma de resolver tal problema seria apresentando a relação entre texto e contexto como a-linear, ou seja, uma relação *indireta*.

O gênero do discurso é o contexto. O texto está em função do contexto. Portanto, a fala não é nem totalmente livre, nem totalmente controlada. Do ponto de vista material, o texto é triangular. Do ponto de vista do conhecimento é quadrangular. Do ponto de vista do processo é circular. Bakhtin tentará promover a síntese entre todas essas visões.

Assim, desde a esfera menos atualizada até a mais atualizada, as ondas do discurso são propagadas por formas relativamente estáveis de uso da língua ou enunciados. Os gêneros do discurso são enunciados relativamente estáveis com relação aos assuntos que pode ou não abordar, à forma da composição ou união entre as suas partes (isso quando houver mais de

uma) e, especialmente, com relação ao estilo ou tom. O mesmo conteúdo pode receber diferentes interpretações bastando uma mudança de tom.

Poderíamos dizer que o estilo em Bakhtin é isso ou aquilo; mas isso seria um equívoco muito grande. O motivo é simples: boa parte de sua obra abordará de forma muito complexa de que forma o tom é essencial na interpretação. Esse é o ponto do nosso próximo bloco.

2.3 Os gêneros do discurso como uma forma da ação humana: o tom

Segundo Bakhtin, o limite do sentido de um enunciado não é o somente o corpo dos sujeitos presentes na interação discursiva, mas, também, o éthos estabelecido pelo gênero do discurso para cada um dos sujeitos engajados no mesmo processo discursivo. Todo esse bloco tentará abordar este assunto.

Partindo-se dessa perspectiva, podemos começar a compreender em que medida o estudo dos gêneros do discurso de uma determinada comunidade humana pode revelar através do uso da língua os seus *carâteres* e os seus costumes.

Isso não significa dizer, em nossa opinião sobre a obra de Bakhtin a partir da Análise Crítica do Discurso de linha sócio-cognitiva, que não haja uma realidade material do corpo envolvida na propagação das “ondas” do discurso.

O discurso é um movimento. Tal movimento é perceptível através dos sentidos do corpo, mas não apenas através deles. Sem ironia, mas o estudo da dimensão natural do discurso, através de exemplos, pode sim demonstrar como o “caráter, os costumes e os interesses de um povo têm influência em sua língua seria uma matéria para um exame de grande valor filosófico”.¹²

Se levarmos a sério o estudo da metáfora das “ondas do discurso” e nos lançarmos no campo bibliográfico da filosofia da linguagem, descobriremos que essa imagem, felizmente, não está apenas em Bakhtin. Rousseau, por exemplo, acredita que a “consonância” entre os homens é fruto de suas “paixões” ou ideias. Tais ideias, por sua vez, surgem de onde? as necessidades dos homens. E as palavras? As palavras são metáforas que surgem

¹² Citação recolhida do último parágrafo do “Ensaio sobre a origem das línguas” de Jean-Jacques Rousseau. O testemunho original, por sua vez, foi retirado da segunda página da obra de Duclos intitulada *Remarques bsur la Grammaire Générale et Raisonnée*.

primeiramente à luz da realidade e das suas mesmas necessidades. Porém, com o tempo, as ideias ou paixões “propagam-se” de pessoa em pessoa.

Qual a direção do “movimento” dessas ondas? Segundo Rousseau, as ondas partem do Povo para os Magistrados. Magistrado é um termo do discurso político que significa líder ou governante atualmente. E qual seria o tom dos discursos dirigidos ao Povo pelos Magistrados? O tom do canto e não o da gritaria de atormentados sermões.

Assim, segundo Rousseau, as paixões são responsáveis pela “consonância” entre os homens constituindo as nações. Elas não são causas diretas da realidade, mas das ondas do discurso. A diferença entre a harmonia, ou seja, a percepção puramente material da forma musical, e a melodia, ou seja, a percepção da onda musical determinada pela paixão, é a mesma que há entre “o flautista automático que toca a flauta” e “o mecânico que mediu o sopro e fez os dedos se moverem”.

Todos aqueles que entrarem no problema da relação entre Língua e Discurso no campo bibliográfico da Filosofia da Linguagem e/ou da Linguística encontrarão as mesmas três propostas. Há quem defenda que tudo é Discurso. Há quem defenda que tudo é Língua. Há quem defenda que só podemos conhecer a Língua através do Discurso e vice-versa.

Os partidários da versão razoável do problema, ou seja, a terceira e última porque esta permite uma solução para aliviar a tensão da contradição, apresentarão uma outra contradição: o problema do texto e do contexto, cujo centro do problema é, evidentemente, o *éthos* dos antigos, o *self* dos modernos ou, simplesmente, o problema dos *nomes*. Os nomes carregam a imagem dos corpos.

Segundo nossa leitura inicial, o Círculo de Bakhtin, (BAKHTIN, 2010[1975] 2011[1979] 2014[2001]), erguerá uma engenhosa teoria estética, a Estética Sistemático-Filosófica Intuitiva, cujo objetivo é fundir as visões clássicas e modernas, já apontada por nós como sendo a mesma abordada por Noam Chomsky, através do apagamento da dualidade do corpo e da alma platônica. A solução de todos eles é a mesma construída por Aristóteles em *Da alma* através da oposição entre forma profunda e de superfície, a qual posteriormente foi desdobrada em um terceiro nível: o da Luz.

Bakhtin recorrerá à metafísica sem leva-la a sério a fim de fundir essas tradições. Atento à estratégia discursiva fundamental dos filósofos que é a dissociação, ele recortará conceitos de metafísicas tridimensionais como a aristotélica, de metafísicas quadridimensionais como a de Leibniz. E, se três vezes quatro são doze, ele cita textualmente que a sua Estética é materialista, logo de base Kantiana, cujo conceito central é o da esfera e o seu raio. O espaço e o tempo são espelhos um do outro e os sujeitos do discurso sabem a

respeito um do outro de quatro formas: três quartos é a forma empírica de conhecer, ou seja, a corporal. Um quarto é a última parte, que é mental. A parte empírica é tridimensional. A parte abstrata forma um todo indivisível. A possibilidade que os sujeitos do discurso têm de poder conhecer um ao outro de forma abstrata é responsável por um conhecimento específico. Tal conhecimento é o *excesso*.

A ação humana é condicionada, assim, pelos limites de cada esfera de atividade. O Discurso tem uma esfera de atuação diferente da esfera da Língua. Nenhuma palavra pode ser considerada politicamente correta ou incorreta pelo Linguista. Da mesma forma, nenhum analista do discurso jamais está separado de um movimento político. Aquele que pretensiosamente considerar-se livre de suas paixões terá sido o primeiro analista do discurso a não ter *a priori*.

O fato de Bakhtin não levar a sério a metafísica em algum momento permitirá ao seu leitor compreender o motivo do valor ao senso de humor. Especialmente a capacidade de se gargalhar diante das paixões humanas, como tão bem apontou Bakhtin ao analisar a obra de Rabelais. Sempre há mais de uma voz em todo e qualquer enunciado. Nesse sentido, a proposta de uma abordagem marxista por Bakhtin, ou seja, atenta aos ciclos históricos, da relação entre linguagem e ideologia revela-se muito interessante.

Preservando parte do “Universo” dos Antigos como pano de fundo do teatro da vida moderna, Bakhtin retoma a metáfora da Luz. Assim, da mesma forma que “como o sol que se reflete em cada gota” após a chuva, a Língua tem uma *Unidade Semântica*. Para explicar tal unidade semântica, ele se serve do conceito de Mônada de Leibniz. Um pequeno trecho da Monadologia de Leibniz será o suficiente para que o leitor compreenda a proposta. O trecho imediatamente anterior ao citado é o primeiro movimento argumentativo de Leibniz ao falar sobre o significado das palavras e o “atordoamento” que alguns sentem ao falar sobre isso.

Leibniz vai direto ao ponto e pergunta de que forma o sentido de uma palavra, como o da palavra *morte*, pode atordoar os homens?

Fazendo com que eles percam a capacidade de perceber e aperceber que:

66. Por onde se vê que há um mundo de criaturas, de viventes, de Animais, de Enteléquias, de Almas nas mínimas partes da matéria.

67. Cada porção da matéria pode ser concebida como um jardim repleto de plantas e como um lago repleto de peixes. Porém, cada ramo de planta, cada membro de animal, cada gota de seus humores é ainda um jardim ou um lago.

68. E embora a terra e o ar, interpostos entre as plantas do jardim, ou a água interposta entre os peixes do lago, não sejam planta nem peixe, contêm, não obstante, algo deles; porém, quase sempre com uma sutileza a nós imperceptível.

69. Assim não há nada inculto, estéril e morto no universo; nem caos, nem confusão, senão em aparência; mais ou menos como em um lago, a certa distância,

se veria um movimento confuso e, por assim dizer, uma agitação de peixes, sem que se discernissem os próprios peixes” (LEIBNIZ, 2003)

No contexto da obra *Questões de literatura e estética* encontramos mais detalhes sobre a parte tridimensional da Estética de Bakhtin. De forma sintética, a ação humana resume-se a três grandes domínios: o Cultural, o Real e o Ético. A interface entre os três é o domínio cultural ou ideológico.

A ideologia penetra todas as ações humanas. Desde o momento em que preenchemos o vazio do Real através do rótulo de um nome, até o momento em que pensamos sobre a nossa responsabilidade e a do outro, ou seja, o domínio Ético.

Curiosamente, porém, o éthos não tem, como se esperaria de acordo com a tradição da antiguidade, três partes. O jogo de imagens do discurso no que se refere às imagens dos sujeitos do discurso projetadas pela enunciação tem quatro partes. As três primeiras partes são as instâncias do autor, enunciador e narrador, as quais são empíricas e projetáveis no texto em diferentes níveis. A outra parte, que seria total por ser puramente abstrata, é a imagem que fazemos do outro. O marxismo de Bakhtin revela-se profundo pelo fato dele ter consciência de que o Discurso não existe sem no mínimo duas pessoas. O solilóquio não tem a menor possibilidade de ser relevante para Bakhtin por não contar com as duas categorias básicas: o eu e o outro.

Como Bakhtin poderia se dizer marxista se não incluísse, sempre, a voz do outro em todo e qualquer ato humano?

Portanto, autor, enunciador e narrador são as três imagens possíveis daquele que fala. Esse, por sua vez, dirige-se sempre a um quarto elemento, o outro, que pode ser conhecido materialmente por inteiro por aquele que fala.

Poderíamos dizer que Bakhtin é otimista e opera uma aparente inversão das ordens concreta e abstrata do conhecimento humano? Podemos dizer que ele é otimista porque o centro de toda a sua argumentação é a unidade encontrada quando lançamos nosso olhar não para o sentido da morte, mas, sim, para o sentido da vida? Quando agimos em “consonância” com o outro fazendo assim a passagem da potência ao ato e assumindo a nossa condição humana?

Buscando estabelecer essa diferença, da mesma forma que Rousseau tentou entre a melodia e a harmonia, Bakhtin argumentará em sua teoria estética que o objeto estético é um fato histórico, psicológico, ético e cognitivo. A diferença entre a melodia e harmonia não reside na sua matéria. Elas têm a mesma matéria. A diferença é que o todo do sentido de uma música está apenas nas suas ondas. Já o objeto estético verbal exige um ato cognitivo

diferenciado. Esse ato vai além da matéria, da compreensão apenas do todo material e vai em direção à interpretação das ondas do discurso. Esta, por sua vez, exige uma dupla articulação: a apreensão de uma imagem que não se reduz apenas à onda sonora (o significado), mas, também, a uma determinação objetual (a atribuição de um sentido).

A forma do objeto estético literário, a qual inclui todos os Discurso em qualquer gênero, não é a sua materialidade linguística apenas. A Linguística é a técnica da análise do discurso. A materialidade linguística sozinha não é capaz de fazer a “translação” do significado em um sentido. Tal passagem ocorre somente quando os sujeitos do discurso estão em “consonância”.

Portanto, somente quando os “espíritos” estão em contato, o processo discursivo inicia-se. A linguística não é capaz de apreender todo este processo. Ela restringe-se apenas aos fatos fisiológicos e psíquicos da percepção da matéria da língua, ou seja, das suas ondas sonoras e da percepção dessa imagem acústica. O Discurso exige além da percepção a *apercepção*. O processamento discursivo exige uma instância intersubjetiva dos sujeitos. Esse local é o texto. Ele é tridimensional com relação à sua materialidade, logo, medível, analisável e conhecível por uma ciência. Esta ciência é a Linguística. Do ponto de vista intersubjetivo, o processo discursivo reflete, “como a mônada de Leibniz”, todo o universo semântico da linguagem em um todo formado de quatro partes. Este todo é, como um quiasma, o jogo interacional. A Cognição sustenta todo esse processo do início ao fim. O problema da ideologia nesse caso é o de delimitação. Para Bakhtin, a relação entre linguagem e ideologia é um processo circular. Nas suas palavras:

Cada enunciado isolado é um elo na cadeia da comunicação discursiva. Ele tem limite precisos, determinados pela alternância dos sujeitos do discurso (dos falantes), mas no âmbito desses limites o enunciado, como a mônada de Leibniz, reflete o processo do discurso, os enunciados do outro, e antes de tudo os elos precedentes da cadeia (às vezes aos mais imediatos, e vez por outra até os muito distantes – os campos da comunicação cultural. (Bakhtin, 2011[1995], p. 299)

Por fim, podemos dizer que para Bakhtin não é possível que haja significado sem sentido. Porém, podemos sentir sem sermos capazes de dar um significado. Os gêneros do discurso nessa visão têm a importante função de permitir uma forma expressão das nossas subjetividades através dos dois modos básicos: a fala e a escrita. Quando falamos à luz de um contexto, buscamos compreender e ser compreendidos. Assim,

a compreensão ativa, somando-se àquilo que é compreendido no novo círculo do que se compreende, determina uma série de inter-relações complexas, de consonâncias e

multissonâncias com o compreendido, enriquece-o de novos elementos. É justamente com esta compreensão que o falante conta. Por isso, sua orientação para o ouvinte é a orientação para um círculo particular, para o mundo particular do ouvinte, introduzindo elementos completamente novos no seu discurso: pois para isto concorre a interação dos diversos contextos, diversos pontos de vista, diversos horizontes, diversos sistemas de expressão e de acentuação, diversas “falas” sociais. O falante tende a orientar o seu discurso, com o seu círculo determinante, para o círculo alheio de quem compreende, entrando em relação dialógica com os aspectos deste âmbito. O locutor penetra no horizonte alheio de seu ouvinte, constrói a sua enunciação no território de outrem, sobre o fundo aperceptivo do seu ouvinte. (Bakhtin, p. 90-1)

2.4 Contexto e ideologia

É muito provável que tudo o que dissemos o bloco anterior seja irrelevante para o leitor iniciado às “tramas do texto”. Sem dúvida alguma, esse leitor sabe que o Discurso não é definível de forma estática como a Língua ou completamente procedural como o processamento do discurso. O dilema da relação Língua e Discurso não pode ser resolvido sem postular-se algum terceiro elemento capaz de desatar os nós do “texto”.

Infelizmente, ao lançarmos nossa atenção sobre a literatura desse campo, encontramos na maior parte das vezes excessos em direção a um dos polos desse dilema, ora resultante do apagamento da questão em favor do onipresente problema do texto ou apenas do discurso, ora em favor do complexo problema do contexto de forma quase sempre inacessível para não iniciados.

Tal leitor também sabe que devemos aos Romanos o acréscimo da *Memoria* ao edifício retórico ainda na antiguidade, ampliando tal edifício de quatro para cinco partes, devido mais às intrigas teóricas entre os romanos e os seus mestres gregos. Falamos em intriga porque todos sabemos que Aristóteles, por exemplo, fala abundantemente sobre isso em vários textos do *órganon*.

A mesma intriga teórica está presente hoje na retomada pelos teóricos contemporâneos. Primeiramente, eles comutaram o termo clássico, memória, por outro rótulo, o termo *Cognição*. Em seguida, aplicaram a mesma a estratégia dissociativa no estudo da cognição. Uma marca linguística da presença dessa estratégia é a substituição do conceito de texto em alguns teóricos pelo termo *traço*.

Se levarmos a sério a questão, descobriremos que a “trama do texto” renasceu por volta do século XVII e XVIII devido ao contato dos europeus com o novo mundo. Um

exemplo da tentativa de ampliação do conhecimento do homem sobre a língua e o discurso é a obra “Ensaio sobre a origem das Línguas”, de Rousseau. Ela é um testemunho da revolução intelectual consequente às grandes navegações. Nela encontramos o cruzamento de várias ondas, velhas e novas. Esse processo não aconteceu apenas entre os filósofos franceses, mas também entre os ingleses, alemães, holandeses, espanhóis, etc.

Um exemplo de quão longe podemos levar a tensão imanente da dissociação filosófica aplicada ao dilema da linguagem é um momento inicial da obra de Michel Pêcheux. Todos sabemos que a sua proposta para o Discurso comungava com a Psicanálise. Sabemos também que sua teoria não foi completamente desenvolvida pelo autor. Os textos que nós temos acesso são objetos de intensos debates até hoje.

A versão psicanalítica atualizada pela análise do discurso de Pêcheux parte da vertente psicanalítica de Lacan. Segundo a interpretação de Joel Dör, (DÖR, 1989), sobre a obra de Lacan, a proposta é a de que o inconsciente estrutura-se como uma linguagem. Assim, há duas vias pela qual o inconsciente manifesta-se: através da via da “metáfora” e da “metonímia”.

Se consultarmos o próprio Lacan, (LACAN, 1986), encontraremos a voz de um “Mestre” debatendo com um padre a respeito do fato incontornável de que o processo da significação ocorre de forma circular, já que todo significado remete a outro significado. Além disso, entraremos em contato com um jogo de conceitos sobre a linguagem refletindo a mesma estratégia dissociativa dos filósofos que Lacan faz questão de apresentar, registrar e debater.

Curiosamente, encontramos nesses três autores, uma outra metáfora geométrica. Dessa vez trata-se do hexágono. A figura do hexágono é usada para representar a dinâmica da transferência do “vazio”.

Sabemos que se trata de um assunto complexo, importante e nada banal. Mesmo assim, decidimos registrar essa metáfora aqui porque, além dela ser uma metáfora geométrica e nos interessar apenas por isso, há toda uma linha dentro dos estudos do discurso que se estabeleceu a partir dessa tradição.

Essa linha é Análise Crítica do Discurso (ACD). Segundo a ACD, o problema da visão do sujeito proposta pela análise do discurso francesa é o pouco espaço do sujeito em face da dimensão simbólica. Se tudo ou é ideologia, ou é real, logo não há uma saída para o sujeito agir ou ressignificar fora da linguagem.

Figura 1 – Dinâmica da transferência do “vazio”

Partindo-se da oposição semiótica Sujeito x Objeto, sendo que o Sujeito é constituído pela falta, o Sujeito (S) é colocado em uma posição e age, ou seja, vai em direção do Objeto (O) por três tipos diferentes de “vazio”.

Quando a sua falta é resultado da castração, ele preenche o seu vazio com o simbólico. Quando a falta é imaginária, tem-se a frustração. Quando a falta é real, tem-se a privação. Cada triângulo representa um Sujeito. O triângulo pontilhado é a representação que se faz de si mesmo. O triângulo com a linha contínua é a imagem do outro. Há dois triângulos sobrepostos porque são necessários sempre dois sujeitos para que haja transferência. Para maiores detalhes sobre essa linha, indicamos ao leitor a leitura dos textos citados.

Focando nossa atenção de agora em diante na visão da ACD sobre a questão do sujeito, podemos afirmar que todas as suas linhas têm como o ponto em comum a rejeição de um sujeito completamente alienado pelo simbólico.

Ao contrário, a ACD considera tal perspectiva submissa do sujeito com relação ao jogo da linguagem teoricamente, analiticamente e empiricamente inadequada. Essa inadequação teórica deve-se ao fato de o Sujeito ter pouco espaço para se “mover” e o discurso é, como já dissemos anteriormente, um movimento. A inadequação analítica deve-se pela forma dicotômica de se enxergar a relação entre Língua e Discurso, ou seja, não há uma visão intermediária do problema. Empiricamente porque o *setting* psicanalítico é um contexto apenas e não o contexto.

O centro desse problema, porém, é a questão do *Ser* e em cada uma das disciplinas humanísticas encontramos esse mesmo problema com diferentes rótulos. Na linguagem, o encontramos como o problema do Sujeito da Sintaxe ou o Nome do Discurso. Na Filosofia é o problema do Ser. Na Psicologia é o Self. Diante disso, a proposta deste último bloco é encerrar a discussão sobre a metáfora das ondas do discurso compartilhando com o leitor um eco dessa metáfora na Teoria Multidisciplinar da Ideologia de Van Dijk.

Como vimos extensivamente nas seções anteriores, o discurso não passa de um movimento. Tal movimento é ao mesmo tempo um processo e um objeto. Se se quiser, pode-se apagar por completo o fato de que a Realidade Social é sempre uma construção, sem explicar como essa construção é mantida ou alterada pela ação humana, alegando-se que o discurso e língua tem em comum o fato de que são apenas representações ou simulacros. Isso é verdade. Mas, só por que a Língua e o Discurso têm em comum o fato de serem representações, isso significa que toda e qualquer representação seja sempre uma ilusão? Não há representações que são socialmente compartilhadas? A língua não é um conjunto de valores socialmente compartilhado?

Como o leitor atento perceberá, fomos atrás da sua base epistemológica de van Dijk através das notas de rodapé, das referências bibliográficas, etc. e localizamos uma obra interessantíssima que dialoga com a metáfora das ondas do discurso.

Trata-se de um livro publicado em 1957 cujo título é *A Theory of Cognitive Dissonance* ou Uma Teoria da Dissonância Cognitiva. O autor desse trabalho é Leon Festinger. Essa teoria emergiu a partir de estudo de caso baseado em dados empíricos antes de tudo.

Basicamente, houve um terremoto em uma região na Índia na década de quarenta do século XX. A mídia local publicou nos dias seguintes ao acontecimento sísmico notícias alertando para o fato de que um grande terremoto nunca ocorre isoladamente, e que era preciso cuidar com relação a possíveis abalos secundários. Mesmo depois de alguns anos, os

hospitais da região continuavam a receber pacientes ansiosos cujo discurso fazia referência ao terremoto e aos possíveis novos abalos.

Tal caso chegou ao conhecimento da comunidade acadêmica. A *Ford Foundation* financiou um grupo de psicólogos sociais da *Stanford University*. Eles foram a campo, recolheram amostras das “ondas” desse discurso através de gêneros do discurso midiático e entrevistas com pacientes, médicos, etc. O resultado desse trabalho foi a teoria da dissonância cognitiva de Festinger que tornou uma das bases do celebrado conceito de Sócio-cognição ou Cognição Social.

Trata-se de um conceito emanado, antes de tudo, a partir de fatos empiricamente observados na interação social e que, portanto, é de muito fácil entendimento. Essa teoria reconhece a presença da Cognição na instância do Sujeito, sem, contudo, apagar a existência de uma dimensão Social da Cognição. A cognição social é a responsável pelo gerenciamento do nosso comportamento de forma intersubjetiva de modo que todas as vezes que interagimos com outras pessoas nós “sintonizamos” as nossas mentes através da definição do contexto.

A função do vazio na cognição como um todo é a mesma. Ao projetarmos o vazio na cognição, ele “erode” as nossas representações. Por isso, o primeiro gesto para uma mudança de comportamento ou revolução é a projeção do vazio na mente do auditório. Esta estratégia abre o caminho para a alteração e aquisição de novas representações, seja por bem, seja por mal.

Diferentemente da estratégia filosófica da dissociação e das suas metáforas geométricas, Festinger propõe uma dinâmica muito simples para as “ondas” do discurso. A proposta é a seguinte: todas as vezes que temos fome, o que nós fazemos? Se a resposta for “comer”, a sua escolha levou em consideração a Realidade, a qual é sempre intermediada pelos sentidos do corpo.

Atento a isso, Festinger articula aquilo que o Leibniz chama de “atordoamento” em dois conceitos: o *conflito* e a *dissonância*. Entre uma coisa e outra temos a ação humana. Sempre que temos que tomar uma decisão, nós entramos em conflito. No caso da ADPF 54, por exemplo, cada ator social que entrou na questão teve que escolher uma palavra dentro do sistema para fazer referência ao objeto do discurso. Assim, “mãe”, “mulher” e “gestante” eram algumas das opções disponíveis.

Como já dissemos, o fato de fazer-se referência ao objeto do discurso como “mãe”, por exemplo, era um ótimo indicador do voto do ministro. Aqueles que tinham a intenção de argumentar contra a proposta da ADPF 54 atualizaram em seu discurso a representação da “mãe” como objeto do discurso.

Os que eram contra, por sua vez, usavam palavras da esfera médica ou privada, tais como “gestante” ou “mulher”. Nesse sentido, para Festinger, todas as vezes que temos que tomar uma decisão nós entramos em conflito. Tomada à decisão, porém, encerra-se o conflito e entra em ação a dissonância e a consonância cognitivas.

A dissonância e a consonância existem apenas na instância mental. Diferentemente do conflito que emana da Realidade, a dissonância é uma corrente presente na Cognição devido à vivência do conflito. Emocionalmente, ela reflete o grau de confiança que o indivíduo tem na sua decisão. Quanto maior é a confiança, menor é a dissonância e maior é a consonância. Quanto menor é a confiança, maior é a dissonância e menor é a consonância. O movimento discursivo normal deve ser no sentido de aumentar a consonância e diminuir a dissonância, da mesma forma que quando temos fome procuramos o alimento.

A confiança do sujeito em si mesmo e nas suas escolhas pode ou não ser aumentada pelo discurso. O grau de confiança repercute na magnitude da dissonância e da consonância em nossa cognição de acordo com a corrente discursiva. Se dissonância for muito grande, o sujeito pode ter problemas emocionais. Nunca há apenas consonância ou dissonância. Nesse sentido, o sujeito aumenta ou diminui a confiança nas suas escolhas através da seleção das correntes discursivas que entra em contato. É por causa desse importante papel do discurso na construção e desconstrução das nossas representações que podemos e devemos analisa-lo.

Os exemplos citados por Festinger para descrever os efeitos das correntes discursivas na cognição são todos empiricamente observados. Assim, por exemplo, estudou-se a confiança de um grupo de compradores de um determinado veículo. Em seguida, buscou-se saber quais deles estavam mais confiantes com a sua compra e o porquê.

Os dados demonstraram que os sujeitos mais confiantes foram os que evitaram entrar em contato com discursos dissonantes com relação à sua escolha, tais como propagandas de outros veículos, notícias sobre defeitos de fábrica do mesmo, etc. Os que eram menos confiantes também continuavam a visitar lojas de carros, buscavam informações sobre lançamentos de veículos, comparavam o seu veículo com o e de outras pessoas, etc.

Em um primeiro momento, pode-se até pensar que a proposta de Festinger é simples demais, mas tal pensamento é um equívoco. Além de ele ter se baseado em dados empíricos, sua teorização é compatível com os ramos realistas e idealistas da árvore do conhecimento. Vale deixar registrado que ele utiliza-se em todos os capítulos de sua obra de gráficos produzidos a partir de análises quantitativas do *corpus*.

Van Dijk retoma a obra de Festinger e, conseqüentemente, a metáfora das ondas do discurso, no final da parte mais densa da sua teoria da ideologia. Essa retomada é feita após a

descrição das estruturas cognitivas envolvidas no processamento do discurso e uma citação indireta da voz de Festinger. A citação refere-se ao fato de que todos sabemos que as pessoas produzem sentido de forma diferente e, ao mesmo tempo, igual, estando no mesmo ambiente e circunstância.

O sentido que emana do contato com a realidade nunca é complemento diferente ou dissonante do real, tampouco completamente igual ou consonante com o mesmo. Toda e qualquer representação que construímos a respeito da realidade é, ao mesmo tempo, consonante e dissonante do ponto de vista cognitivo. Socialmente, porém, algumas representações são compartilhadas e outras são apenas individuais.

O centro da argumentação apresentada nessa teoria da ideologia é uma categorização das representações do nosso conhecimento a partir do conceito de sociocognição elaborada inicialmente por Bartlett, por Festinger e ampliada por muitos outros autores da Psicologia Social.¹³

Podemos concluir até agora que há muitas possibilidades de se estudar as relações entre discurso e contexto. Porém, limitaremos de agora em diante essa questão ao campo bibliográfico da LT, especialmente ao raio da obra de Van Dijk.

Do ponto de vista da Linguística do Texto em geral, nós nos serviremos de um interessante artigo de 2011 intitulado “*Ainda o contexto: algumas considerações sobre as relações entre contexto, cognição e práticas sociais na obra de Teun Van Dijk*”, (KOCH, BENTES e MORATO, 2011). As autoras discutem os diferentes rótulos teóricos que encontramos na literatura dessa área para a complexa relação texto e contexto. Tradicionalmente, esse ramo da linguística busca descrever o texto à luz do seu contexto. Este, por sua vez, tem sido analisado em dois níveis. O nível macro é a instância social. O nível micro é a instância psicológica. Respeitando-se as diferenças de estilo entre os teóricos, desde a década de 80 do século XX, a linguística do texto tem postulado que a cognição é a interface entre os dois níveis do contexto.

As teorias do contexto buscaram estabelecer a estrutura cognitiva capaz de articular esses dois níveis. Desde a década de 80 do século XX, Van Dijk tem afirmado que tal problema poderia ser resolvido apenas através do conceito de modelos (mentais) de contexto. Essa proposta destaca-se entre as demais pelo fato de se enxergar o contexto como sendo, a

¹³ Para conhecer mais a respeito do conceito de Cognição Social pressupõe-se a capacidade de ler em Inglês. As obras que localizamos em português a respeito do conceito não contam a história dessa ideia. Assim, uma orientação de leitura é uma obra que encontramos ao lado da obra de Festinger na biblioteca do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: DEVINE, P.; HAMILTON, D. L.; OSTROM, T. M. (Eds.). **Social cognition: impact on social psychology**. San Diego, CA: Academic Press, 1994.

um só tempo, um fenômeno cognitivo e social, superando as outras propostas parciais – internalistas ou externalistas – como as vias explicativas para o processamento textual.

Com relação às outras tentativas de descrição e análise da experiência humana pela Linguística do Texto, as autoras concordam que o modelo de contexto de Van Dijk revela claramente a sua inclinação menos psicológica e mais claramente Sociocognitiva, visto que o contexto deixa de ser concebido como algo apriorístico ou meramente complementar em relação à construção do sentido linguístico. Os outros conceitos elaborados buscaram descrever e analisar o processo de construção e organização da experiência humana através dos conceitos de scripts, molduras, esquemas e frames conceptuais.

O conceito de script foi proposto por Schank e Abelson e tem sido entendido como uma cadeia de inferência pré-organizada de uma situação específica. O termo moldura é parassinônimo ao de frame. Esse foi proposto por Fillmore de forma que o contexto é um esquema de conhecimento ou um padrão prototípico e estereotípico de hipóteses dos indivíduos sobre o mundo ou estados de coisa no mundo. Enquadre, por sua vez, não diz respeito apenas ao conhecimento estruturado em termos linguísticos e conceptuais, mas também ao limite social dos falantes na interação ou mesmo aos regimes sociais que a qualificam, conforme a acepção proposta por Tannen, Wallat e Goffman. Enquadre também pode ser aproximado da noção de contexto dado elaborada por Gumperz e Hanks.

De forma geral, o frame diz respeito não apenas a um conhecimento estruturado em termos linguísticos e conceptuais, mas também ao enquadramento social dos falantes na interação e aos regimes e práticas sociais que a qualificam.

Assim, a noção de contexto, como a de situação social, enquadre ou frame, tem a ver com estruturas de expectativa, isto é, não se trata apenas de algo concebido *a priori* e nem de forma independente quanto a nossas experiências socioculturais.

As autoras salientam ainda que, em sua versão mais atual, como as propostas por Van Dijk, Hanks, Marcuschi e Koch, o contexto é um estado de coisas que em parte está organizado *a priori* e em parte está associado a uma significação que emerge de sua própria organização.

Portanto, diante do exposto em linhas gerais, percebemos que, de todos os conceitos produzidos pelas teorias do contexto, a estrutura cognitiva do frame destacou-se das demais. Por causa disso, nós tivemos a curiosidade de buscar o conceito de *frame* na obra de Van Dijk e o localizamos em vários textos. Um deles, intitulado “*Semantic Macro-Structures and Knowledge Frames in Discourse Comprehension*, (VAN DIJK, 1977), chamou a nossa atenção porque dialoga diretamente com a última versão da Teoria do Contexto de Van Dijk,

ao mesmo tempo em que consegue apresentar o complexo problema do contexto de uma forma mais clara.

A proposta de Van Dijk nessa obra que podemos dizer sem dúvida alguma que está bastante ligada ao paradigma estruturalista e formal é a de que os *frames* definem unidade conceituais que não são essencialmente, mas tipicamente relacionada entre si. O frame unifica conceitos de vários tipos e níveis da nossa representação através do estabelecimento de um “*constraint*”, ou seja, de uma condição de contorno.

A unidade de análise do discurso é o episódio. Para explicar essa unidade intuitivamente, faremos uma breve digressão. A nossa capacidade de compreender e interpretar o episódio de uma novela, por exemplo, é maior ou menor de acordo com a nosso conhecimento prévio acumulado sobre essa mesma novela, mas não apenas isso. Mesmo sem termos o conhecimento total da novela, podemos acompanhá-la apenas pelo fato dela ter um frame organizando-a. Assim, podemos compreender que o episódio começa com duas personagens conversando na sala de uma casa, que elas estão vestidas de forma mais ou menos formal, pelo tom podemos depreender se elas estão emocionadas ou não, etc.

Todas essas inferências são possíveis porque nosso conhecimento sobre as situações são armazenadas em frames. Nessa perspectiva, o frame especifica as propriedades possivelmente mais compatíveis com o nosso mundo possível. Eles não são apenas unidades do nosso conhecimento, mas também os limites do nosso conhecimento socialmente adquirido. Eles delimitam as nossas expectativas, bem como controlam as nossas interações.

Formalmente, a teoria dos frames deveria explicitar a sua estrutura e função. Nesse sentido, eles podem ter infinitas proposições e funções proposicionais. Essas proposições denotam ao mesmo tempo estados de coisas e eventos. Esses estados ou eventos podem ser possíveis, prováveis, necessários ou obrigatórios. Os frames são construções tão complexas ao ponto deles próprios se organizarem, ao mesmo tempo em que seguem regras de inferenciação convencionalmente estabelecidas. Tais regras seriam as responsáveis pela constituição das unidades e níveis de cada frame.

O topo da estrutura do frame seria uma proposição que representaria o seu conteúdo essencial, ou seja, teoricamente geral e abstrato. As macroestruturas semânticas, por sua vez, são parte do nosso conhecimento convencional ou socialmente adquirido. Dessa forma, os frames são conceitos poderosos o suficiente para dar conta do nosso conhecimento universalmente compartilhado e socialmente estabelecido.

O processamento do discurso é fruto do nosso conhecimento estrutural do mundo existente nos frames e nas regras de macroestrutura. A coerência do discurso é linear e a-

linear. Conhecida a coerência linear pelo fio do discurso, a coerência a-linear é fruto de proposições interpoladas e implícitas. Essas proposições implícitas são inferíveis através de outras proposições, bem como do léxico e do próprio frame. As três macro regras definidas pela teoria são as seguintes:

- 1) Deleção: Dada uma sequência de proposições, delete cada proposição que não é condição necessária para a interpretação (ou seja, pressuposta) por outra proposição na sequência.
- 2) Generalização: Dada uma sequência de proposições, substitua a sequência por uma proposição que implica todas as outras posições da sequência.
- 3) Construção: Dada uma sequência de proposições, substitua-a por uma proposição que implique o conjunto das proposições da sequência.

Assim, a coerência do discurso é definida pela macroestrutura semântica conjuntamente com o conhecimento do frame a respeito de situações típicas, eventos e ações humanas. Eles são representações do nosso conhecimento sobre o mundo que nos permitem realizar atos cognitivos básicos como a percepção, a ação e a compreensão da linguagem. Em um nível mais alto ou abstrato, o conteúdo do frame é fixo. Mas em seu nível mais baixo, ou seja, nos níveis “terminais”, eles podem ser encaixados com as propriedades das informações que entram pelos sentidos, ou seja, a informação nova. Assim, todos nós podemos ver uma cadeira de vários ângulos, mas mesmo assim nós ainda estamos vendo uma cadeira.

Os frames podem ser pensados como redes conceptuais que contêm indicadores incorporados a outros frames, ou seja, os frames não contêm apenas informação estática, mas, também, processos, como a descrição de como nos comportar em determinadas circunstâncias.

Um exemplo da aplicação dessa teoria no problema do contexto é o simples episódio do retorno para casa depois de um dia de trabalho. O problema da relação entre texto e contexto à luz da perspectiva apenas cognitiva desse período atribuída ao contexto somente a superestrutura episódica do contexto. O preenchimento do vazio de cada episódio era função da informação ativada da memória pelos frames e a macroestrutura do discurso.

Assim, quando estamos voltando para a casa depois de um dia de trabalho, nós não precisamos ativar o conhecimento de que vivemos em um planeta, que ele é cercado por uma atmosfera, que este planeta fica na Via-Láctea, que ela tem o formato de uma espiral, etc.

O próprio Van Dijk criticou tal conceito. Porque, se todo o nosso conhecimento fosse armazenado na memória em forma de frames, esse conceito perderia a sua capacidade semiótica de discretização. Além disso, do ponto de vista social, os frames devem ser determinados. Logo, o nosso conhecimento não pode estar totalmente encerrado em frames, uma vez que todos sabemos pela via empírica que as pessoas falam de forma diferente apesar de estarem na mesma situação.

Por fim, o maior problema desse conceito é o fato dele não conter o vazio. O leitor sabe que o simples fato de mencionarmos essa palavra causa um efeito na sua cognição e a pretensão não é hipnotiza-lo.

Mas o problema é exatamente esse: a vacuidade da palavra. Para que o problema do contexto tivesse uma solução empiricamente, analiticamente e teoricamente adequados fazia-se absolutamente necessário uma estrutura que fosse ao mesmo tempo individual e social e fosse capaz de ser usada em contextos reais ou irreais. Tal conceito é o *modelo mental*. E é sobre ele que falaremos na terceira e última parte do corpo teórico desta dissertação.

2.5 O discurso do gênero notícia

Em seus estudos a respeito do gênero notícia e do seu discurso, van Dijk propôs um esquema para o gênero noticioso a partir da análise quantitativa e qualitativa da cobertura jornalística de um acontecimento com repercussão mundial.

As notícias abordam acontecimentos passados sobre pessoas ou eventos de interesse público. Dois episódios constituem o corpo de uma notícia: o sumário e a história da notícia. Partindo-se de cada um desses dois pontos, encontraremos os ramos terminais dessa árvore, ou seja, os episódios que podem ou não ser ativados pelo enunciador.

Há episódios essenciais e não essenciais. Por exemplo, toda e qualquer notícia tem manchete. Mas nem toda notícia atualiza no seu corpo um ou mais comentários sobre as expectativas e avaliações de atores sociais sobre o objeto do discurso da notícia.

O “coração” do discurso da notícia é o episódio *background*. Ele é o responsável pela alteração da nossa memória social sobre o objeto do discurso. O método de apreensão de cada um desses episódios é através de uma proposição, porque é através dela que podemos

observar o movimento efetuado pelo enunciado através da articulação do sujeito com um predicado.

Linearmente, o primeiro episódio do discurso da notícia é a “manchete”. Ela é uma macroproposição, ou seja, uma proposição que resume o conteúdo dos nódulos inferiores, ou seja, destaca a proposição mais relevante de todo o conteúdo da notícia. Visualmente, ela geralmente é editada em letras maiores do que as demais para capturar a atenção do leitor.

Às vezes, a notícia contém a “lead” ou a linha fina. Trata-se de também de uma macroproposição, que apresenta informações menos relevantes do que a manchete e mais relevantes do que o restante.

O estatuto cognitivo dos dois episódios que constituem o sumário de uma notícia de boa qualidade é o seu grau de contextualização, ou seja, se o sumário indexa o sujeito, o objeto, o tempo, o espaço, a ação, o modo da ação, etc. do objeto do discurso.

O corpo do discurso da notícia é a sua história. O episódio onde encontramos o objeto do discurso divide-se em duas categorias. O “evento (s) principal (is)” organiza todas as informações recentes a respeito do acontecimento (s) narrado (s). Se um evento tiver um histórico, ou seja, se ele não for único, uma notícia de boa qualidade apresentará um resumo desse histórico. Esse resumo é o “background”. Em termos cognitivos, o “background” é importante por atualizar o modelo de evento na memória de longo prazo do leitor e, se for o caso, acrescentar, eliminar ou corrigir as informações existentes na Memória Social do leitor a respeito do objeto do discurso.

O episódio “background” é articulado por Van Dijk em dois subitens: “circunstâncias” e “História”. O subitem “circunstância” difere do item “história” pelo escopo temporal. Aquele se limita temporalmente a, no máximo, semanas; este pode abranger anos.

O subitem “circunstância”, por sua vez, divide-se em dois outros, o “contexto”, que tem por escopo o período imediatamente anterior ao “acontecimento principal”, e os “eventos prévios”, que não são tão próximos temporalmente, ou seja, limitam-se a semanas.

Ainda dentro do corpo da notícia, temos o espaço para que o leitor possa tomar conhecimento das consequências de um acontecimento. Um acontecimento pode ou não ter consequências. Se ele tem consequências, o episódio “consequências” o articulará em dois episódios: “eventos/ações” e “reações verbais”.

Assim, as consequências podem ser reações ou outros acontecimentos, bem como apenas reações verbais. Normalmente, o episódio “comentário” retoma o conteúdo semântico do “background” selecionando a informação tida como mais importante do “background” inserindo outras vozes, tais como a de atores sociais com algum valor de autoridade. O

episódio composto por “evento principal”, “background” e “consequência” são o coração do discurso da notícia.

A estrutura do discurso da notícia é estrategicamente construída de tal forma que o sumário tem a função de capturar a atenção do leitor através de várias estratégias que, normalmente, são detectáveis através da leitura de toda a notícia. Portanto, as manchetes das notícias de boa qualidade podem até ser ambíguas, mas o todo do seu enunciado não. Tal estrutura é a representada na figura abaixo:

Figura 2 – A estrutura do discurso da notícia

CAPÍTULO 3
A REFERENCIAÇÃO: O MOVIMENTO EM “CÍRCULOS CONCÊNTRICOS”

3.1 Categorias do movimento do discurso

A questão central dessa dissertação, conforme apresentamos na introdução, é discutir como a partir da seleção do item lexical a fim de construir o objeto do discurso podemos reconhecer a posição ideológica dos sujeitos do discurso. Essa questão emergiu a partir da nossa experiência como telespectador do julgamento da ADPF 54 em 2012. Esse julgamento foi transmitido pela TV Justiça ao vivo e pelos demais canais de comunicação do STF.

Nesse contexto, localizamos primeiramente o consenso referente a questão da complexa e interessantíssima questão filosófica da relação entre as palavras e as coisas. O consenso existente atualmente entre os analistas do discurso brasileiros é o fato de que cada ser humano individual é um contexto. Entretanto, diferentemente da proposta de Ferdinand de Saussure, Bakhtin entende que a *parole* não é totalmente livre, da mesma forma que a *langue* não é completamente fechada. Entre essas duas instâncias, temos a ação humana que atualiza a potência do Ser através do ato discursivo.

Partindo-se disso, o enunciado é acima de tudo uma instância intersubjetiva de controle do processo discursivo, mas também um ato ético, cognitivo e linguístico. Da mesma forma como o oleiro molda o barro, os gêneros do discurso refletem a estrutura da sociedade pela definição da posição dos sujeitos do discurso na cena enunciativa.

Atento ao drama da vida e à importante função da ideologia no preenchimento do nosso vazio, Bakhtin enfrentou o dilema da língua e do discurso retomando a diferença aristotélica entre forma profunda e forma de superfície da expressão do Ser e articulando-a em um triângulo. Nesse triângulo temos as instâncias da matéria do discurso, ou seja, as imagens acústicas, a forma e o conteúdo, ou seja, a ideia. A forma é a interface entre as instâncias material e abstrata do triângulo.

Como ficou claro no capítulo anterior, a proposta de Bakhtin pertence a uma das várias tradições filosóficas que são identificáveis através de metáforas geométricas.

As teorias gramaticais de Noam Chomsky e M. A. K. Halliday pertencem à tradição triangular. Porém, cada uma delas foca-se em uma das interfaces da forma. Essas duas teorias reconhecem que a cognição é a fonte de todo o processamento do discurso. A cognição é a interface entre o corpo e a alma. Nesse contexto, a Análise Crítica do Discurso de linha sociocognitiva construída por van Dijk desde a década de sessenta do século XX tem buscado à luz dessas duas tradições propor uma terceira via em que as dimensões social e cognitiva do discurso estejam contempladas teoricamente ao mesmo tempo.

O problema com relação à tradição triangular com relação ao discurso é metodológico e categórico. A tradição aristotélica que é a fonte dessa metáfora nos estudos do discurso estabelece suas categorias através de oposições dicotômicas. As dicotomias são importantíssimas para podermos estabelecer os limites de um problema complexo, porém à medida que o conhecimento humano sobre a gramática das línguas naturais avançou, percebeu-se que entre o léxico e as formas não significativas não há uma diferença dicotômica. A diferença entre elas é apenas o de grau de vacuidade com relação à representação ou imagem dos corpos que elas transportam.

Diante disso, o objetivo desse capítulo é o de desenvolver o problema central dessa dissertação através da discussão das categorias do movimento do discurso. Para tanto, articularemos as categorias de cada uma dessas versões na primeira notícia publicada pelo STF a respeito da ADPF 54.

Nesse contexto, se lançarmos as nossas forças em uma leitura crítica do campo bibliográfico do objeto do discurso perceberemos que o movimento de seleção e atualização de itens lexicais, retomando-se a visão de Andrade sobre o assunto, já recebeu três nomes diferentes com diferentes categorias analíticas.

Segundo (KOCH e FÁVERO, 1983), o primeiro nome do objeto do discurso foi o estudo da *referência*. As categorias de análise mais difundidas desse nome foram as propostas por Halliday e Hasan, (HALLIDAY, 1987 [1978]) e (HALLIDAY e HASSAN, 2013 [1976]). O estudo da referência era feito através de duas categorias básicas de análise: a referência situacional ou exófora, e a textual ou endófora.

A referência textual poderia ser construída através de um movimento de busca da referência na superfície textual de forma anafórica (um movimento cognitivo de localização da referência em uma porção anterior do texto) ou catafórica (um movimento em sentido prospectivo). Utilizando-se dos termos marcado e não-marcado do estruturalismo, Halliday afirma que o movimento anafórico ou retrógrado é o não-marcado e o movimento catafórico é o marcado do ponto de vista cognitivo.

Figura 3 – Referência textual

Através de um movimento circular, ou seja, diretamente, a referência pode ser linguisticamente marcada através pronomes do tipo pessoal, possessivo ou demonstrativo ou ela pode emergir na superfície textual através de uma comparação. O problema nesse caso é quando a referência é exófora. Onde está a referência nesse caso? Diretamente na realidade? Ou em uma estrutura cognitiva? Se for na cognição, como, exatamente, a cognição controla a referência?

Para acharmos essa resposta, precisaremos retomar alguns pontos da história da LT. Assim, segundo as nossas autoras de referência, cinco problemas linguísticos conduziram ao desenvolvimento da LT, que é um dos ramos da árvore do conhecimento humano. Esses cinco problemas obrigaram os linguistas a ampliarem a unidade de análise para um nível acima da sentença, ou seja, o nível do texto.

Esses problemas eram a referência e a sua relação com o problema da seleção dos artigos cujos efeitos são o de determinação ou a indeterminação ou a genericidade do objeto do discurso. O segundo era a correferenciação que se relaciona com a questão da ordem das palavras no enunciado. Os outros três problemas eram a relação tema-rema que se relaciona com a entoação do enunciado, a relação entre sentenças não ligadas por conjunções e a concordância dos tempos verbais. Esses cinco problemas são insolúveis se a unidade de análise do signo for apenas até o nível da sentença. Esta foi a petição de princípio da LT.

Ao iniciarmos as primeiras leituras das obras da LT da década de setenta do século XX, temos a sensação de que o movimento teórico e analítico executado de fato foi apenas a transferência do dilema Língua e Discurso para um outro dilema, o da relação Texto e Contexto.

Por isso, as primeiras gramáticas textuais buscaram estabelecer as categorias de análise do texto e do contexto. Paralisadas diante da complexidade do problema do contexto à luz de pressupostos metodológicos positivistas, elas tentaram algo mais fácil do que o contexto, e, inicialmente, propuseram o estudo de enunciados ou sequências de enunciados. Evidentemente, esses linguistas jamais chegaram a um consenso com relação à metodologia de sequenciação do texto e não se chegou a nenhuma conclusão relevante. Essa fase, chamada de transfrástica, pelas autoras apenas preparou o terreno para as primeiras gramáticas do texto.

As primeiras gramáticas do texto emergiram de fato apenas quando todos aceitaram que há uma *descontinuidade* entre as instâncias do texto e a do contexto e que a natureza dessa diferença é de ordem qualitativa. O texto é muito mais do que uma simples sequência de frases, mas ele é também uma sequência de frases. Por isso, as primeiras gramáticas do texto diferenciaram-se das demais por postularem a existência de uma competência específica para a produção e compreensão do texto na interface mente-cérebro do homem. Essa competência era a responsável pelo processamento do discurso. Além disso, elas propuseram que todo enunciado tem sentido completo e os seus primeiros objetivos eram o estabelecimento dos princípios responsáveis pelos dois fatores de textualidade: a coesão e a coerência. A coesão descreveria a interface gramático-textual. A coerência era responsável pelos princípios constitutivos da interface textual-discursiva. Além disso, elas buscavam estabelecer uma tipologia do texto. Duas metáforas organizam esses dois fatores. O termo geométrico *traço* era usado para se referir à Língua; o termo *marca* faz referência ao corpo do discurso.

Petöfi, orientador de van Dijk, foi o gramático do texto mais abordado pelas autoras de que nos servimos ao longo de toda esta dissertação. A sua proposta para essa questão era a de a competência textual era a-linear, ou seja, tratava-se de um processo circular e indivisível. Com relação à materialidade do texto, ele utiliza-se da metáfora do triângulo. Na visão dele, haveria uma base fixa a-linear, ou seja, semanticamente indeterminada com relação à forma de superfície, que emergiria na superfície textual a partir de macro regras. As gramáticas do texto deveriam descrever essas regras através da análise das manifestações lineares das bases a-lineares. Uma vez depreendidas as regras de todas as possíveis manifestações daquele tipo

de texto, buscar-se-ia sintetizá-los através do método de comparação entre as bases textuais com foco no léxico.

Nesse período das primeiras gramáticas do texto, o contexto é estudado através do conceito de condições de produção do enunciado. Três correntes influenciaram as gramáticas do texto no estudo do contexto. Essas correntes foram as teorias dos atos de fala, a lógica das ações humana e a teoria lógico-matemática dos modelos. Quando os linguistas do texto passaram a lançar as suas forças no estudo das condições de produção de um enunciado, uma nova LT emergiu. Essa nova LT tinha como objeto de estudo o ato comunicativo humano.

Nessa perspectiva, a linguística passa a ter como objetivo principal a competência comunicativa e não apenas a linguística. A definição do conceito de comunicação adotada nessa nova fase é multimilenar. Assim, comunicar-se é falar da forma mais adequada com relação a cada situação. Essa visão entende a *língua em uso* como um jogo. Nessa visão, a sintaxe é responsável pelo arranjo temporal dos elementos linguísticos. A semântica é responsável pela seleção por contraste no paradigma dos elementos projetados na linearidade da sentença. A pragmática é responsável pelo processamento e associação dos elementos sintático-semânticos entre si com o conhecimento prévio e os elementos paraverbais do enunciado. Em uma última instância, o contexto é o resultado da decisão do falante, e não uma obrigação que ele deve passivamente cumprir.

O leitor poderá comprovar através da leitura de algumas obras desse período que os sentidos das palavras texto e discurso eram alimentados por três dicotomias. Elas são as dicotomias do texto x discurso, do tema x rema e do conhecimento dado x conhecimento novo.

A partir dessas dicotomias, o conceito mais difundido de texto era o de que ele era a manifestação linear e estática do processo discursivo. Tema é o tópico ou o assunto, e o rema é o comentário feito sobre o assunto. O conhecimento dado é o que já se sabe, ou seja, o que já se sabe a respeito do assunto, e o conhecimento novo é o resultado do *movimento* discursivo. As autoras dão o belo exemplo abaixo de uma onda do discurso que citamos:

- (17) Um trovão seguiu-se à ventania.
- (18) Após a ventania, ouviu-se um trovão.
- (19) Depois de ventar muito, trovejou.
- (20) Ventou muito. Depois trovejou.
- (21) Trovejou, depois de ter ventado muito.

(KOCH e FÁVERO, 1983, p. 41)

A fim de encerrar a introdução deste capítulo, passaremos a palavra a Robert de Beaugrand, (DE BEAUGRAND, 1997, p. 35-62). Nesse capítulo, localizável na segunda das quatro introduções à análise do discurso editadas por van Dijk, Beaugrand, trata-se desse mesmo tema, ou seja, a história da LT.

Segundo Beaugrand, inicialmente a LT promoveu um “desligamento” do texto com relação ao contexto, para evitar entrar no problema da relação entre discurso e conhecimento. O movimento de “religamento” do texto com o contexto ocorreu, de fato, apenas quando os fatores de coerência ou de contextualização receberam investimentos por parte dos pesquisadores à luz da assunção explícita de certas escolhas filosóficas e metodológicas. O ponto central foi assumir que não há texto sem contexto. Portanto, o único fato empiricamente constatável da língua é através da língua em uso. O resultado prático dessa assunção foi a emergência de uma disciplina inteira, a análise da conversação, da qual o autor retira os exemplos para apresentar a sua proposta com relação aos fatores de coerência.

Os fatores de coerência são a intencionalidade ou aquilo que os sujeitos do discurso querem obter através do ato discursivo. A aceitabilidade ou aquilo que os faz engajar em uma interação. A informatividade ou o grau de novidade do discurso; a situacionalidade ou as circunstâncias da situação e a intertextualidade ou as relações de cobertura recíproca dos textos.

Percebemos claramente uma circularidade na definição do fato responsável pela situação e a intertextualidade em Beaugrand. O problema é complexo. Por isso, entraremos nele através da versão de Halliday para essa questão. A seguir, discutiremos as categorias do estudo da referência à luz dessa teoria do contexto, depois o estudo da referenciação, (KOCH, 2004) e (KOCH, 2004), e por fim as categorias de análise do objeto do discurso à luz da teoria multidisciplinar da ideologia, (VAN DIJK, 1998), e da teoria sociocognitiva do contexto de Van Dijk, (VAN DIJK, 2008), (VAN DIJK, 2009).

3.2 Discurso e conhecimento

Partindo-se, então, das obras *Language as social semiotics: the social interpretation of language and meaning*, de Halliday, e *Cohesion in english*, de Halliday e Hasan, sobre o texto em contexto, encontramos uma perspectiva social com relação ao conceito de função da

referencial da linguagem. Halliday sozinho estudou o processo de aquisição da competência textual desde a infância até a fase adulta. Apesar de conscientes do poder do discurso no que se chama de “engenharia social”, Halliday e Hasan citam os personagens “Gato Mestre” e “Alice” da obra do gênero non-sense *Alice no país das maravilhas*.

O cinismo dos autores não se deve à citação. De fato, o discurso é a instância de expressão de nossos desejos inconscientes e conscientes. Se antes de tudo o falante não tiver um objeto do seu discurso, ele jamais encontrará sentido para a sua ação e tudo o que decorre disso. Possivelmente, essa citação refere-se ao fato de que nessa época, toda e qualquer representação era fruto da ideologia. Não se questionava o fato de que algumas representações, como a linguística, não são apenas ideológicas, mas também culturais. A diferença entre o estatuto cognitivo dessas representações é o contexto. Este, por sua vez, segundo van Dijk, é um modelo mental.

Curiosamente, os autores simplesmente negligenciaram a interface cognitiva na sua teorização, apesar de partirem do conceito polifonia de Bakhtin, para quem a unidade semântica, ou seja, o “meaning potential”, não é jamais diretamente relacionável com qualquer coisa. Bakhtin diz claramente em *Questões de literatura e estética* que:

Entretanto, a penetração dialógica é obrigatória na filologia (pois sem ela não é possível nenhuma compreensão): ela revela novos elementos na palavra (semânticos, no sentido amplo) os quais, uma vez revelados, por meio do diálogo são reificados a seguir. Todo processo da ciência da palavra é precedido pelo seu “estágio genial”: a relação dialógica com a palavra se aguça, revelando nela novos aspectos. É este enfoque, precisamente, que se impõe de maneira mais concreta, não se abstraindo à significação ideológica atual da palavra e aliando a objetividade da compreensão à sua vivacidade e aprofundamentos dialógicos. Nos domínios da poética, da história da literatura (da história em geral, das ideologias), e também num grau significativo na filosofia da palavra, nenhum outro enfoque é possível. Nestes domínios, o mais árido, o mais pleno positivismo não pode tratar a palavra de um modo neutro como uma coisa e aqui eu devo não apenas me referir à palavra, mas também falar com ela, a fim de penetrar no seu sentido dialógico, acessível apenas a uma cognição dialógica – que inclui tanto sua valorização como sua resposta. (BAKHTIN, 2010[1975], p. 151)

No contexto de (HALLIDAY, 1987 [1978], p. 69), o leitor encontra o esquema do processo da passagem da língua materna para a língua adulta. Trata-se de um processo trifásico. Na primeira fase, chamada de origens, a criança utiliza-se de seis funções da linguagem necessárias para o seu desenvolvimento. Assim, a função instrumental permite que ela diga “eu quero” a fim de satisfazer as suas necessidades materiais. A função regulatória permite que ela diga o “o modo de fazer” e controle o comportamento das pessoas ao seu redor. A função interacional permite-lhe construir uma unidade entre o “eu” e o “você”. A

função pessoal permite-lhe identificar e expressar o “self”. A função heurística permite-lhe perguntar o “por quê”. A função imaginativa permite-lhe criar um mundo próprio. Por fim, a função informativa permite-lhe transmitir novas informações. Essas sete funções são gradativamente desenvolvidas pela criança ao longo da primeira fase. Nessa fase a criança usa a língua em contextos críticos de socialização e inicia o processo de generalização das funções da linguagem.

Na segunda fase ocorre a transição da língua materna para a língua adulta. Nela as seis funções da fase de origem são generalizadas em duas, além da informativa. As fases instrumental, regulatória, interacional são generalizadas em uma função pragmática ou do “fazer”. As funções pessoal, heurística e imaginativa são generalizadas na função mathetica ou do “aprender”. A partir da fase dois, a criança começa a produzir e a interpretar os textos em situação. Concluída essa fase com sucesso, a criança terá desenvolvido as três metafunções ou funções abstratas responsáveis pela produção do texto. Essas metafunções são a interpessoal, a textual e a ideacional.

Ainda na mesma página, encontramos uma figura onde vemos a aquisição dessas funções diretamente através do sistema social. Ele desdobra-se em estrutura social, contexto de cultura e sistema linguístico do adulto. A estrutura social é a origem da unidade básica da sociedade, ou seja, a família, o seu sistema e os seus papéis. Ela também contém a ordem social, sua estrutura, “castas” e classes. Além disso, a estrutura social é responsável pela definição dos papéis e das relações entre esses atores sociais. A ordem social e o conhecimento linguístico são a origem do dialeto social. A interação entre família e hierarquia social produzem os códigos que são os princípios semióticos de organização.

Por outro lado, os papéis sociais mais os contextos de cultura são responsáveis pelos contextos críticos. Os contextos críticos interagem com o sistema linguístico produzindo o registro. Nessa visão, não há uma unidade semântica cultural. Apenas dialetos e registros.

Nessa perspectiva, a estrutura da sociedade cria os diferentes códigos. Eles são responsáveis pela transmissão dos limites culturais. Esses limites, por sua vez, moldam o comportamento. A genética determina o comportamento apenas parcialmente, porque a estrutura social é quem determina as condições da semiose, ou seja, o “meaning potential”.

Tal “meaning potential” está em parte dentro do próprio código e em parte na evolução desse mesmo código. A diferença de sentido que observamos na língua em uso é apenas uma diferença da função da interpretação do uso da língua nas diferentes situações sociais. Cada função do código permite uma interpretação. A diferença de interpretação da língua em uso está diretamente relacionada com a diferença cultural entre cada grupo dentro

de uma sociedade. Nas palavras do autor, “o que uma pessoa pode fazer no sentido linguístico, isto é, o que ele pode fazer como falante/ouvinte é equivalente com o que ele pode significar. Por isso a descrição da linguagem como um ‘meaning potential’. (HALLIDAY, 1987 [1978], p. 27-8).¹⁴

Nesse sentido, usar a palavra “frying potatoes” ou “chips” não significa absolutamente nada com relação ao conhecimento dos sujeitos do discurso. O contexto não varia de acordo com o nosso conhecimento. Ele varia de acordo com três funções. O “field”, ou seja, onde o discurso está acontecendo. O “Tenor”, ou seja, o estilo ou a relação entre os usuários da linguagem e o “mood”, ou seja, o canal de comunicação. Assim, a base do nosso dialeto é quem nós somos. As diferenças entre os dialetos é o resultado direto de diferenças de sentido em nós mesmos. Nessa perspectiva, a questão do conhecimento prévio dos usuários da linguagem não precisa ser colocada com relação ao contexto. O “background” com relação ao qual o discurso emerge é apenas aquele com relação ao que se poderia fazer, ou seja, um “meaning potential”. Este é o dado objetivo, não uma competência subjetiva. Portanto, o que o usuário da linguagem pode dizer é realizado pelo sistema léxico-gramatical. O que ele pode significar é realizado pelo sistema semântico. O que ele pode fazer é realizado pelo seu comportamento. O comportamento do usuário da linguagem é fruto da sua escolha à luz de um determinado ambiente, porém este ambiente é determinado pela estrutura social.

Halliday declara expressamente que o uso da linguagem é diferente das suas funções, porque as funções da linguagem organizam o sistema, enquanto que os usos da linguagem são inumeráveis. O texto é produto das três metafunções.

O primeiro passo teórico Van Dijk na construção da sua teoria sociocognitiva do contexto foi abordar o problema da relação entre discurso e conhecimento. Diferentemente de Halliday, van Dijk conhece a psicologia social e trabalhou ao longo de sua carreira com as estruturas da memória. Por conta disso, ele também cita *Alice no país das maravilhas* e preencheu o vazio através de uma tipologia sociocognitiva do conhecimento. Para tal, ele usa da mesma estratégia de Platão e separa de um lado as nossas crenças socialmente compartilhadas, ou seja, a nossa cultura. Do outro, as nossas crenças individuais ou limitadas apenas ao nível do grupo, ou seja, as nossas ideologias.

Primeiramente, ele não trabalha com o conceito de ideia para evitar o sentido conotativo do conceito de ideologia. Ele generaliza todas as nossas ideias ou representações

¹⁴ “What a person can do in the linguistic sense, that is, what he can do as a speaker/hearer, is equivalent do that he can mean; hence the description of language as a meaning potential”.

em uma única estrutura mental: as crenças. Tudo aquilo que for objeto de uma representação ou ideia não passa de uma crença.

O que é o contexto? O contexto é um modelo mental, ou seja, uma definição individual da situação de comunicação. O conceito de modelo mental é a estrutura cognitiva ideal para processar o discurso porque ele pode processar informações oriundas da percepção, ou seja, a informação nova com a informação dada que já está na cognição. Independentemente das informações serem reais ou não e, principalmente, completas ou incompletas. Porque todo e qualquer contexto é sempre um modelo mental.

O modelo mental de contexto é responsável pela fala, ou seja, pela seleção dos elementos linguísticos por contraste no sistema linguístico, associação deles com o conhecimento prévio e o estabelecimento da ordem do discurso. Enquanto os modelos de evento são responsáveis pela construção e articulação dos sujeitos com os predicados no nível profundo ou semântico, o modelo de contexto é o responsável pela produção do enunciado.

O contexto é responsável pela seleção do tipo de ato de fala, pelos movimentos de polidez, pela variação lexical, pelo estilo da sintaxe, pelas figuras retóricas de persuasão, pela seleção do dialeto, pelo tom, bem como por qualquer outra estrutura ou processo do discurso que o indexe a sua situação de comunicação. A construção do objeto do discurso no texto não é um movimento que parte do vazio em direção a lugar nenhum, mas, sim, orientado pela intenção e objetivo dos sujeitos do discurso ao falar.

A codificação da intenção ou objetivo do sujeito do discurso começa pela seleção do gênero do discurso que ele usará para se comunicar. Por exemplo, quando nós abrimos jornal, estamos em busca de novas informações de interesse público. Quando entramos em uma padaria e pedimos três pães para o atendente do balcão, nós estamos fazendo um pedido e não um comentário. A língua em uso não é ilimitada, da mesma forma que a estrutura social não interfere diretamente no discurso. Podemos entrar na padaria, pedir os três pães e ainda assim fazer um comentário sobre o clima.

A distinção na estrutura cognitiva efetuada por van Dijk é parte da divisão tradicional entre memória episódica ou individual e memória semântica ou social. A proposta é a de refinar essa dicotomia em cinco categorias:

- 1) Crenças fatuais de pessoas a respeito de objetos particulares (objeto em sentido amplo, incluindo pessoas).
- 2) Crenças avaliativas ou opiniões de pessoas a respeito de objetos particulares.
- 3) Conhecimento de grupo a respeito de objetos particulares.

- 4) Opiniões de grupo a respeito de objetos particulares.
- 5) Fundo-comum da cultura ou *common-ground*.

Todas essas categorias têm por objetivo articular cognitivamente o conhecimento assumido ou pressuposto em qualquer contexto. Por exemplo, trata-se de fundo comum ou conhecimento pressuposto que em qualquer padaria que entremos e consumamos algo na nossa cultura nós devemos pagar por isso. O oposto disso é a crença individual de que todo alimento que é branco é necessariamente ruim, e todo alimento que é escuro é necessariamente bom. As ideologias são o item três. Elas são a interface entre o social e o individual.

Na prática, poucas pessoas têm a capacidade de propagar o seu modelo de contexto pelo tecido social de tal forma que conseguem alterar o fundo-comum. A maioria das pessoas interage sempre em contextos grupais. Do ponto de vista do contexto universal, o fundo-comum é sempre ideológico. Entretanto, quem tem acesso ao contexto universal?

Vejamos através do exemplo de uma notícia como as categorias de análise disponíveis na literatura podem ser articuladas.

3.3 A referência

Sexta-feira, 18 de junho de 2004

CNTS pede ao STF que antecipação do parto de feto sem cérebro não seja caracterizada como aborto

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) quer que o Supremo Tribunal Federal (STF) fixe entendimento de que antecipação terapêutica de parto de feto anencefálico (ausência de cérebro) não é aborto e permita que gestantes em tal situação tenham o direito de interromper a gravidez sem a necessidade de autorização judicial ou qualquer outra forma de permissão específica do Estado. Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 54) ajuizada na Corte, com pedido de liminar, a entidade sustenta que “o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal tornou-se indispensável na matéria”.

A entidade registra que o Judiciário vinha firmando jurisprudência, por meio de decisões proferidas em todo o país, reconhecendo o direito das gestantes de se submeterem à antecipação terapêutica do parto nesses casos, mas que decisões em sentido inverso desequilibraram essa jurisprudência.

Segundo a CNTS, a anencefalia é uma má formação fetal congênita incompatível com a vida intra-uterina e fatal em 100% dos casos. A entidade sustenta que um exame de ecografia detecta a anomalia com índice de erro praticamente nulo e que não existe possibilidade de tratamento ou reversão do problema. Afirma que não há controvérsia sobre o tema na literatura científica ou na experiência médica.

Por outro lado, diz a CNTS, “a permanência do feto anômalo no útero da mãe é potencialmente perigosa, podendo gerar danos à saúde da gestante e até perigo de vida, em razão do alto índice de óbitos intra-uterinos desses fetos”. A entidade alega que “a antecipação do parto nessa hipótese constitui indicação

terapêutica médica: a única possível e eficaz para o tratamento da gestante, já que para reverter a inviabilidade do feto não há solução”.

Com esses argumentos, a CNTS sustenta que a antecipação desses partos não caracteriza o crime de aborto tipificado no Código Penal. Isso porque, diz a entidade, no caso de aborto, “a morte do feto deve ser resultado direto dos meios abortivos, sendo imprescindível tanto a comprovação da relação causal como a potencialidade de vida extra-uterina do feto”, o que inexistente nos casos de fetos com anencefalia. “Não há potencial de vida a ser protegido, de modo que falta à hipótese o suporte fático exigido pela norma. Apenas o feto com capacidade potencial de ser pessoa pode ser passivo de aborto”, sustenta.

Para a CNTS, nessas situações, “o foco da atenção há de voltar-se para o estado da gestante” e o reconhecimento desses direitos não causam lesão a bem ou ao direito à vida do feto. “A gestante portadora de feto anencefálico que opte pela antecipação terapêutica do parto está protegida por direitos constitucionais que imunizam a sua conduta da incidência da legislação ordinária repressiva”, alega a entidade, que aponta a violação de três direitos básicos da mulher impedida de interromper esse tipo gravidez. O direito da dignidade da pessoa humana, da legalidade, liberdade e autonomia da vontade, e do direito à saúde.

A CNTS pede que o Supremo reconheça o descumprimento desses preceitos fundamentais em relação à mulher, nos casos em que as normas penais são interpretadas de forma a impedir a antecipação terapêutica de partos de fetos anencefálicos. E que seja dada interpretação conforme a Constituição dos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, do Código Penal, para declarar inconstitucional, com eficácia erga omnes (para todos) e efeito vinculante, a aplicação desses dispositivos para impedir a intervenção nos casos em que a anomalia é diagnosticada por médico habilitado.

Requer, também, a concessão de liminar para suspender o andamento de processos ou anular os efeitos de decisões judiciais que pretendam aplicar ou tenham aplicado os dispositivos do Código Penal para caracterizar como aborto a interrupção desses tipos de gravidez. O relator da ação é o ministro Marco Aurélio.

Marco Aurélio analisará ADPF 54

A manchete da primeira notícia publicada pelo STF a respeito da ADPF 54 cumpre a sua função de capturar a atenção do leitor. Qual leitor sabe o significado da sigla CNTS? Assim, pelo fato da referência CNTS não estar determinada, tampouco ser uma referência genérica, captura a atenção do leitor obrigando-o a avançar na leitura da notícia a fim de localizar o sentido dessa expressão.

Uma outra estratégia é o fato de que a manchete apresentar as referências “feto sem cérebro” e “aborto” através de uma analogia, linguisticamente marcada pela preposição “como”. A manchete representa perfeitamente a instabilidade social do objeto do discurso da ADPF 54.

Na lead ou primeiro parágrafo, o leitor descobre que a CNTS é a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Área da Saúde, que o objetivo da ADPF 54 é a “fixação de um entendimento” com relação às “gestantes”. Além disso, temos a convocação da voz dos

autores da ação colocando o STF na posição de um ator social “indispensável” no tratamento dessa matéria.

No parágrafo seguinte inicia-se a ativação do conhecimento de longo prazo do leitor a respeito do tópico central. Pelas marcas linguísticas relacionadas ao tempo, percebemos que se trata do episódio história. Curiosamente, os objetos do discurso “Confederação Nacional dos Trabalhadores da Área da Saúde” e “STF” são retomados nesse episódio através das referências “entidade” e “Judiciário”. Essas referências são hiperônimos das referências presentes nos episódios manchete e na lead. O efeito dessa mudança é a generalização com relação ao conhecimento do leitor sobre os atores sociais envolvidos nos eventos comunicativos. Nesse sentido, o autor da notícia altera o modelo de evento do leitor com relação ao problema proposto pela ADPF 54 de tal forma que sai do seu foco cognitivo que o ator social que promoveu a ação foi a CNTS e que quem está julgamento é o CNTS e entra nesse mesmo foco apenas as referências mais vazias de sentido das palavras “entidade” e “judiciário”.

No terceiro parágrafo temos o episódio contexto. Como o contexto é uma definição do ator social, a notícia cita o contexto da anencefalia do ator social que entrou com a ação e satura a sua referência de forma bem clara: “CNTS”. Da mesma forma, o referente “judiciário” recebe novamente uma referência saturada “Supremo”. Ao observarmos o contexto da CNTS citado pela notícia, observamos que o objeto do discurso é apresentado como “gestante” quando o evento comunicativo refere-se à anencefalia. Quando, porém, trata-se dos direitos da pessoa humana violados pela interpretação de que “a interrupção terapêutica de feto sem cérebro” é “aborto”, a referência é saturada como mulher.

Pela perspectiva defendida por Halliday e Hasan, esses vários objetos construídos pelo discurso são resultados direto da estrutura social e não de um jogo estratégico de manipulação intencional por parte do autor da notícia.

3.4 A referenciação

Segundo (KOCH, 2004), Apothéloz, Reichler-Béguelin, Monda e Dubois são alguns dos autores que foram responsáveis por ressignificar as propostas de Halliday e Hasan.

Primeiramente, todos esses autores comungam com os pressupostos sócio-cognitivos com relação ao estudo ao objeto do discurso. Esses pressupostos são:

- 1) A referenciação é uma atividade discursiva.
- 2) Por ser discursiva, a referenciação não é o estudo referencial da língua (gem).
- 3) Há uma instabilidade constitutiva entre as palavras e as coisas.

Nessa versão, a percepção-cognição formam categorias que dependem das nossas capacidades perceptuais e motoras, sobretudo daquelas responsáveis pelas funções mais básicas, mas não apenas delas. Para que consideremos que um item pertence a uma categoria semântica não se trata de uma resposta dicotômica do tipo sim ou não, mas de uma categoria que varia em grau. A nossa forma de atuação social interfere na maneira como percebemos os objetos e desenvolvemos conceitos abstratos para eles. Nessa perspectiva, a categorização ou referenciação é um problema de decisão que se coloca aos atores sociais em que se deve levar em consideração tanto o mundo físico e natural, bem como também as concepções gerais e as práticas socialmente situadas dos sujeitos.

Os nomes são apenas os rótulos mais ou menos prototípicos que contribuem para a estabilização dos objetos do discurso no fio do processo discursivo. Eles são as unidades linguisticamente discretas que permitem abstração do sentido a partir da descontextualização do protótipo segundo os paradigmas da língua, garantindo assim sua invariância através dos contextos. A nomeação do protótipo torna possível seu compartilhamento por inúmeros indivíduos através da comunicação. O nome torna o objeto do discurso socialmente distribuído, compartilhável e estável inicialmente através da ideologia, ou seja, do conhecimento apenas de um grupo. Este protótipo socialmente compartilhado pode ou não vir a constituir o estereótipo, ou seja, evoluir para o fundo-comum de toda uma sociedade.

A língua não existe fora dos sujeitos, tampouco fora dos eventos discursivos que mobilizam as percepções, saberes, emoções e modelos de mundo desses mesmos sujeitos. Os seus modelos de mundo não são estáticos, ao contrário, eles são construídos, desconstruídos e reconstruídos sincronicamente e historicamente dentro das cenas enunciativas. O discurso evoca sempre conhecimentos de ordem pessoal, bem como conhecimentos socialmente compartilhados. As condições de produção do discurso são de várias ordens: cultural, social, histórica e linguística.

A referenciação diz respeito às operações realizada pelo sujeito do discurso à medida que desenvolve o próprio discurso. O discurso constrói a representação de que faz remissão ao

mesmo tempo em que é tributário dessa mesma representação. Ela é publicamente compartilhada e opera a partir da memória discursiva ou modelo de contexto. Para que uma alteração na seleção lexical acarrete necessariamente uma mudança no referente, a alteração precisa promover uma alteração na memória discursiva e não apenas no texto.

Essa posição implica que a língua não se esgota no código, tampouco na informação apenas. A discursivização não se dá apenas como um processo de elaboração, mas de (re)-construção interativa do próprio real e das nossas representações sobre ele. Nesse sentido, é preciso distinguir-se os termos REFERIR, REMETER e RETOMAR.

Referir é uma atividade de designação realizável por meio da língua sem implicar uma relação especular entre língua e mundo. Remeter é a atividade de indexação no contexto do objeto do discurso. Retomar é uma atividade de continuidade de núcleo referencial, ou seja, há uma relação mínima de identidade entre os itens lexicais. Os referentes são construídos e reconstruídos durante a interação e são produtos fundamentalmente culturais. São versões publicamente elaboradas e avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e ações dos sujeitos do discurso. Textualmente, a retomada dos objetos do discurso é feita através dos elementos anafóricos.

A anáfora retoma informação construída linguisticamente no texto. Os seus conteúdos inferenciais podem ser calculados a partir do significado dos itens lexicais, da opinião do grupo e do conhecimento de fundo comum. Todos esses conhecimentos são utilizados no processamento do discurso pela memória discursiva ou modelo de contexto.

Na construção do modelo de contexto são efetuadas três operações básicas. A primeira é a construção ou ativação estratégia do objeto do discurso. Uma vez introduzido por um item lexical, este passa a preencher um “nódulo” (ou endereço cognitivo) na rede conceitual do modelo de contexto. A forma linguística é colocada no centro do foco cognitivo, ou seja, na memória de trabalho, ficando mais saliente na percepção. A segunda operação é a reintrodução na memória de trabalho de um nódulo já preenchido na memória discursiva. O objeto do discurso fica novamente saliente na percepção. Em seguida, pode-se desfocalizar ou desativar esse nódulo através da modificação ou expansão do nódulo por outro elemento linguístico. Todas essas estratégias ocorrem em uma unidade de representação *extremamente* complexa. Essa unidade pode ser sucessiva e intermitentemente recategorizada.

Há duas formas básicas de anáforas. As primeiras são ancoradas, ou seja, eles partem de um nódulo já preenchido. A partir da informação dada ou do tema, pode-se reconstruir o objeto do discurso através de associações ou inferências pelo texto ou pelo contexto. As

anáforas não-ancoradas são aquelas que partem do vazio e são responsáveis pela introdução de novos objetos do discurso no modelo de contexto.

As anáforas ancoradas exploram associações através de relações metonímicas, ou seja, onde encontramos relações de ingrediência, bem como relações indiretas baseadas em inferências a partir do contexto. Além disso, temos os encapsulamentos que são encerram a informação de proposições em apenas um sintagma nominal, ou seja, através de nominalizações. Os encapsulamentos podem operar sobre predicações antecedentes ou subsequentes no texto, sobre processos ou actantes, os quais passam a ser representados como acontecimentos no modelo de contexto.

Nessa perspectiva, o objeto do discurso pode até partir do vazio, porém em algum momento ele precisa ser saturado na sócio-cognição. Porque a escolha de uma descrição definida em vez de outra, ou seja, “a gestante” em vez de “a mãe”:

Pode trazer ao leitor/ouvinte informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do produtor do texto, auxiliando-o na construção do sentido. Por outro lado, o locutor pode também ter o objetivo de, pelo uso de uma descrição definida, sob a capa do dado, dar a conhecer ao interlocutor, com os mais variados propósitos, propriedades ou fatos relativos ao referente, que acredita desconhecidos do parceiro (KOCH, 2004, p. 69)

Com relação as funções cognitivo-discursivas das expressões nominais referenciais, Koch ainda nos ensina que a ativação ou reativação de objetos do discurso operam sempre uma recategorização ou refocalização da referência. O encapsulamento opera uma rotulação de informações consideradas suporte através de nominalizações. As informações consideradas suporte dizem respeito a estados, fatos, eventos ou atividades. As formas nominais remissivas, por sua vez, têm a função de sinalizar que o autor do texto está passando para outro tópico ou estágio da argumentação, bem como podem ter a função de promoverem mudanças ou desvios no tópico e subtópicos.

A atualização do conhecimento do leitor pode ser feita ainda por meio de glosas realizadas através de hiperônimos, através de especificações por meio de sequências do tipo hiperônimo/hipônimo ou através de paráfrases definicionais ou didáticas e, por fim, através da categorização metaenunciativa de um enunciado.

Retomando as considerações de Koch a respeito do estudo da referenciação temos:

- a) A discursivização do mundo através da linguagem não se dá como um processo de elaboração da informação diretamente pela percepção ou memória, mas através de uma reconstrução interativa do real.
- b) Referir é o início do processo de relação com os demais elementos do contexto. Implica necessariamente a progressão do tópico.
- c) Remeter é a atividade indexical na contextualidade.
- d) Retomar é a atividade de continuidade do núcleo referencial, com ou sem identidade.
- e) As estratégias de referenciação são escolhas do sujeito em função do seu querer-dizer.
- f) Interpretamos e construímos nosso mundo por meio da interação com o entorno físico, social e cultural.
- g) As estratégias básicas de referenciação são a construção/ativação de objetos do discurso através de anáforas ancoradas ou não-ancoradas. A reconstrução/reativação de objetos do discurso na memória de trabalho através de anáforas ancoradas através de associações ou inferências. Desfocalização/desativação de objetos do discurso através da introdução de um novo objeto do discurso.
- h) A reconstrução ou manutenção do modelo de contexto é feita através de recursos gramaticais, lexicais e estratégias. Os recursos gramaticais são os pronomes, as elipses, os numerais, advérbios locativos, etc. Os recursos lexicais são as reiteraões de itens lexicais, sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, expressões nominais, etc. Do ponto de vista estratégico, temos o uso de pronomes, de expressões definidas e indefinidas.
- i) As funções cognitivas das expressões referenciais são a ativação/reativação na memória de objetos do discurso, encapsulamento de proposições através de rótulos que tem função predicativa e referencial ao mesmo tempo, organização dos episódios da macroestrutura do discurso, atualização do conhecimento através do uso de hiperônimos ou sequência hiperônimo/hipônimo, introdução de novas informações através de recategorização lexical e a condução da orientação argumentativa através de metáforas, categorização metaenunciativa e objetos clandestinos do discurso.

À luz dessas categorias, voltemos novamente a nossa atenção para a primeira notícia. Começando pela manchete, podemos observar logo na manchete a natureza instável do objeto do discurso. Claramente, temos a introdução de quatro tópicos: CNTS, o STF, Antecipação do parto de feto sem cérebro e aborto. Sob a capa do dado apenas a expressão nominal definida “o STF”. As outras três referências serão completamente ativadas apenas através do discurso.

“CNTS pede ao STF que antecipação do parto de feto sem cérebro não seja caracterizada como aborto”

Na lead observamos o movimento de saturação de todas as três referências introduzidas genericamente pela manchete. A expressão nominal genérica “CNTS” é a primeira a ser retomada através da expressão nominal definida “a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde”, sendo dessa forma plenamente identificável.

A expressão nominal definida “o STF” é retomada através da paráfrase definicional “o Supremo Tribunal Federal”. A expressão nominal genérica “antecipação do parto de feto sem cérebro” é retomada através da paráfrase didática “ausência de cérebro” e o predicado “não seja caracterizado como aborto” é completamente encapsulado na expressão nominal genérica “entendimento”.

Através de uma estrutura sintática aditiva é introduzido o objeto do discurso que motivou esta dissertação. A referência do STF com relação ao objeto do discurso do discurso da ADPF 54 não é a palavra “mãe”, tampouco o seu hipônimo “mulher”, mas o hiperônimo “gestantes em tal situação”, permitindo assim que possamos identificar claramente a orientação argumentativa do STF com relação à questão proposta pela ADPF 54 desde o seu primeiro movimento.

Há, em seguida, a retomada e acréscimo de novas informações no fio do objeto do discurso “antecipação do parto de feto sem cérebro” – “entendimento” – “ausência de cérebro” – “não seja caracterizado como aborto” é encapsulado na referência nominal genérica “entendimento” através da expressão nominal definida “o direito de interromper a gravidez sem necessidade de autorização judicial” seguida de uma generalização dessa referência através da retomada por uma expressão pronominal “qualquer outra forma de permissão específica do estado”.

Nessa sequência encontramos a oscilação constitutiva do objeto do discurso entre hipônimos/hiperônimos e expressões genéricas. Tal instabilidade, por sua vez, é completamente encapsulada na expressão nominal definida “Na arguição de descumprimento de preceito fundamental de número 54”.

Portanto, o objeto do discurso da ADPF 54 é, como Koch descreveu teoricamente, um construto sociocognitivo altamente complexo, ou seja, o fio textual-discursivo “antecipação terapêutica de feto sem cérebro” – “entendimento” - “ausência de feto sem cérebro” – “não seja caracterizado como aborto” – “o direito de interromper a gravidez sem necessidade de autorização judicial” – “qualquer outra forma de permissão específica do estado”.

Dois parágrafos são o suficiente para demonstrar os recursos altamente sofisticados da LT para o estudo do objeto do discurso. Para concluir o parágrafo correspondente à lead,

concluimos afirmando que o objeto do discurso introduzido como “o STF” é retomado através de uma metáfora indireta atualizada pelo hipônimo “Corte”, em seguida temos o modalizador “com pedido de liminar” e a retomada do objeto do discurso introduzido como “CNTS” através de outra anáfora indireta também hiponímica “entidade”. Toda essa informação ativada e focalizada pelo discurso até esse ponto é transferida pela conjunção “que” e encapsulada na anáfora direta “o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal tornou-se indispensável na matéria”.

Se nós tivéssemos utilizado apenas essas categorias de análise, não teríamos conseguido analisar as 184 notícias publicadas entre o período de 2004 e 2015 pelo STF. Dessas 184 notícias selecionadas através da ferramenta de busca do site do STF pelo termo “ADPF 54”, selecionamos 36 notícias.

Efetuamos a análise do discurso dessas notícias através dessas e de outras marcas linguístico-discursivas responsáveis pela construção da coerência. Segundo (KOCH, 2004), as marcas que identificam os episódios do discurso são o tempo, o lugar, os papéis representados pelos interlocutores, as imagens recíprocas, as relações sociais e os objetivos visados pelo discurso.

Essas condições de produção do discurso são linguisticamente projetadas no enunciado através do uso de pronomes pessoais de 1ª e 2ª pessoas a fim de identificar os interlocutores e a terceira pessoa para identificar o tema. Com relação ao tempo, o enunciado tem dois planos.

O plano da história relata os eventos passados através da terceira pessoa e dos tempos pretérito perfeito simples, imperfeito, mais que perfeito, futuro do pretérito do indicativo.

O plano do tempo do discurso é projetado através de pronomes de primeira e segunda pessoa nos tempos do presente, pretérito perfeito composto e futuro do presente. Os tempos do imperfeito e do mais-que-perfeito são comuns aos dois planos.

Além disso, observamos os atos de fala diretos, indiretos e o macro-ato de fala de cada notícia.

3.5 O objeto do discurso

O objetivo da análise dos episódios das notícias era o de selecionar e reduzir ao máximo a informação de cada um deles preservando-se a forma do discurso. Em seguida, através da comparação de muitas notícias poderíamos observar o que permaneceu e o que foi alterado em cada um desses episódios ao longo do tempo. A fim de compararmos os episódios entre si através dos vários contextos das notícias, nos servimos das quatro categorias da topicalidade propostas no capítulo “Discurso, gramática e interação” escrito por CUMMING, TSUYOSHI e LAURY (2011).

Figura 4 – Quatro categorias da topicalidade

Retomando-se a primeira notícia através da análise da sua macroestrutura temos a árvore abaixo. Já tecemos comentários sobre o sumário dessa notícia no bloco anterior. Cumpre agora orientar o leitor no processo de leitura dessa árvore para que ele possa servir-se das 36 notícias presentes nos anexos bem como das suas árvores.

A leitura da árvore começa pelo sumário. Em seguida, o leitor deverá ler respectivamente os itens história, eventos prévios e contexto do episódio “background”. O item evento principal deve ser comparado com a manchete a fim de observar a qualidade da notícia, ou seja, o grau de coerência entre a proposição considerada mais importante pela manchete e o que de fato foi atualizado no corpo da notícia como evento principal.

Há dois campos onde o leitor poderá encontrar as expectativas e reações verbais. Dentro do corpo da notícia, temos o episódio consequências e reações. Nele o leitor encontrará comentários e reações de atores sociais que fazem parte do evento principal da notícia. No episódio comentários, por sua vez, o leitor encontrará as vozes de atores sociais

que não se relacionam com o evento principal, mas que foram convocados pelo autor da notícia.

Figura 5 – Análise em árvore proposta para a notícia 1 do corpus

CAPÍTULO 4

RESULTADO DA ANÁLISE

A partir do arcabouço teórico da Análise Crítica do Discurso de linha sócio-cognitiva, toda e qualquer análise do discurso deverá explicitar quais os atores sociais convocados em um contexto e quais não foram convocados. Dado que as nossas representações são alteradas a cada interação, a simples exposição ao estímulo de um discurso promoverá uma alteração no nosso conhecimento sobre o mundo. Nesse contexto, ao analisarmos as 184 notícias, nós selecionamos todos os atores sociais que foram convocados pelas notícias. Em seguida, nós os comparamos com os atores sociais convocados em dois outros contextos. Tais contextos são o contexto dos atores sociais credenciados a promover uma ADPF de acordo com a constituição e o contexto das audiências públicas promovidas pelo ministro-relator da ADPF 54, Marco Aurélio Mello. O resultado dessa análise está representado na figura que encerra este bloco.

As notícias convocaram apenas duas vozes do contexto constitucional. Foram convocadas as vozes da CNTS e do Procurador Geral da República. Os outros atores sociais foram convocados das audiências públicas. Tais atores são a CNBB, a ONG Católicas pelo direito de decidir, a Sociedade Brasileira de Medicina Fetal, a Sociedade Brasileira de Genética Clínica, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Instituto Brasileiro de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS), o Deputado Federal José Aristodemo Pinotti e o Ministro da Saúde. O STF utilizou a metáfora do discurso como “correntes” para referir-se às ondas do discurso de cada um desses atores sociais como “correntes”. Tal metáfora pode ser consultada pelo leitor na notícia e árvore de número 9.

Focando a atenção apenas na evolução do episódio História do Background, podemos observar uma interessante elipse com relação ao ator social CNTS como agente proponente da ADPF 54. Na primeira notícia, o STF declara que o “Judiciário vinha firmando jurisprudência” a respeito do assunto. Na segunda, terceira e quarta notícias não houve qualquer atualização do conhecimento de longo prazo do leitor a respeito do histórico da questão da anencefalia dentro da esfera jurídica brasileira. Na quinta notícia, o leitor é informado do período que a liminar do ministro-relator foi cassada e que ela esteve em vigor desde 1 de julho até 20 de outubro de 2004. As notícias seis, sete não atualizaram o conhecimento de longo prazo do leitor. A partir da notícia nove encontramos a informação de que “o processo deu entrada no STF em 2004 e foi distribuído ao ministro Marco Aurélio em 17 de Junho de 2004.” Na notícia seguinte nós encontramos uma estrutura semelhante onde vemos que “A ADPF 54 foi ajuizada em 2004”.

Na notícia 12, o conhecimento de longo prazo do leitor é novamente atualizado através do comentário do ministro relator a respeito da laicidade do estado brasileiro. Na notícia 14, o histórico é novamente atualizado através da convocação da voz de um médico que define a

anencefalia como ausência completa de cérebro. Na notícia 15, o ator social ANIS recategoriza hiperonimicamente o objeto do discurso da ADPF 54 do hipônimo “aborto” para “antecipação terapêutica do parto”. Na notícia 17, o STF começa a propagar a informação histórica não apenas da audiência pública da ADPF 54, mas de todas as audiências públicas realizadas previamente. Na 18, encontramos a informação de que a audiência pública foi realizada a pedido do ministro-relator Marco Aurélio Mello. Na 19, temos um comentário a respeito das participações do deputado José Aristodemo Pinotti em audiência pública no STF, a opinião dele era muito valorizada e considerado pelo STF com relação à questão proposta pela ADPF 54

A partir da notícia 21, voltamos a encontrar a proposição histórica de que a “ação foi ajuizada em 2004 pela CNTS”. Essa estrutura representa a aceitação pelo Judiciário do problema e que o foco seguinte era o de resolver a lide. A notícia 22 é basicamente propaganda do STF e, especificamente, do éthos do ministro Marco Aurélio Mello como um ator social de caráter democrático. A notícia 23 também tem por objetivo fazer propaganda dos canais de comunicação do STF e a atualização promovida no conhecimento de longo prazo do leitor é básica, ou seja, “o código penal brasileiro só autoriza o aborto em caso de estupro ou de risco de vida da mãe”.

A notícia 24 anuncia a data do julgamento final da ADPF 54 e o seu episódio histórico é bem interessante porque ela indexa apenas o fato de que ainda em 2004 o relator emitiu uma liminar em favor do pedido da CNTS, mas não retoma que a liminar foi cassada. A notícia 26 tem por objetivo principal propagar a opinião do Procurador Geral da República a respeito da ADPF 54. Novamente, há uma seleção da informação indexada no histórico no sentido de apagar os conflitos internos dentro desse órgão e em todo o Judiciário. A notícia 28 repete a proposição de que a “ação foi ajuizada em 2004 pela CNTS”. A notícia 29, por sua vez, é bastante comovente e atualiza o “background” do leitor com relação ao tamanho do sofrimento relacionado com o diagnóstico da anencefalia. As notícias 30, 32 e 34 retomam a proposição de que a “ação foi ajuizada pela ADPF 54”. A notícia 31 aborda especificamente o voto divergente do Ministro Levandowski no julgamento da ADPF 54 e a perspectiva histórica desse ministro é a de que o congresso, “se assim o desejasse”, poderia ter alterado a legislação.

Essa mesma leitura de um único episódio das notícias pode ser feita de acordo com o interesse do leitor. É preciso ressaltar que das 124 notícias localizáveis até o presente momento no site do STF relacionadas à entrada lexical “ADPF 54”, muitas não são

verdadeiramente notícias. Algumas são apenas propaganda dos canais de comunicação do STF que se expandiram de 2004 até agora.

Por fim, uma vez que iniciamos a análise com a primeira notícia, nós a encerramos com o episódio contexto da última notícia. O conteúdo desse episódio é o éthos do Ministro ou da Ministra do STF de acordo com a visão do Ministro-relator da ADPF 54. Segundo Marco Aurélio Mello, “as leis são feitas para os homens, e não o inverso”. Nenhum juiz pode atuar “olvidando” que o foco do ato jurídico é o restabelecimento da paz social.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando-se a questão inicial, ou seja, o fato de que a seleção de um item lexical em vez de outro na construção do objeto do discurso é fruto do movimento das ondas do discurso, vimos que esse movimento é metaforicamente representado por Platão, Aristóteles, a escola Estoica, Bakhtin, Halliday, Petöfi, Pêcheux, van Dijk, Koch, Andrade e muitos outros autores através de metáforas geométricas tais como a do círculo, do triângulo, do quadrado e do hexágono e da metáfora corpórea do quiasma.

O STF representa os atores sociais convocados nos discursos das notícias metaforicamente como “correntes”. Dessa forma, ele projeta-se na cena social através de um tom de conciliador com relação aos conflitos entre as ondas propagadas por essas correntes em relação ao objeto do discurso da ADPF 54.

Com relação às teorias da Ideologia e do Contexto van Dijk, que foram construídas lentamente desde a década de setenta do século XX, encontramos diferentes tentativas de resolver o dilema da relação entre texto e contexto através da articulação dessa relação através de metáforas geométricas. A metáfora do triângulo é usada quando a referência é a instância do discurso em função do seu contexto social, a metáfora do quadrado para se referir à instância do texto como um movimento de tomada e retomada de referentes e a metáfora do círculo para se referir as ideologias. Cada uma dessas metáforas é convocada a fim de identificar os pressupostos filosóficos dos três períodos que identificamos na construção do seu corpo teórico: o primeiro período ou social, cuja metáfora é o triângulo, o segundo período ou cognitivo, cuja metáfora é o quadrado, e o período atual, cuja metáfora é o círculo.

No que diz respeito ao primeiro período, sob enorme influência da teoria dos atos de fala, o parâmetro contextual mais importante descrito por van Dijk é o fato de que os enunciados são, em geral, uma série de atos de fala e não apenas um único ato. Nesse sentido, os sujeitos do discurso precisam fazer uma abstração a fim de encontrar o macro ato de fala do todo do enunciado.

No período cognitivo, encontramos a primeira versão do sistema de controle do componente pragmático do discurso. Trata-se de três macro-regras gerais que controlam a fala através de uma estrutura cognitiva responsável pela ativação e processamento dos parâmetros contextuais do gênero do discurso, ou seja, das suas condições de contorno através da estrutura cognitiva do *frame*.

A sua proposta atual ou sociocognitiva é a de que o objeto do discurso é sempre uma representação. As representações são sempre crenças. Entretanto, nem todas as crenças são representações que não participam da realidade. Há crenças que são socialmente compartilhadas, há crenças que são pressupostas apenas com relação ao grupo social e, por

fim, crenças puramente individuais. A ideologia é metaforicamente uma gramática. Porque ela é homogênea e heterogênea ao mesmo tempo.

Nesse contexto, a cognição distingue as crenças em cinco categorias diferentes. A primeira é o conhecimento de fundo-comum ou *common-ground*. Trata-se de um conhecimento pressuposto ou assumido em todo e qualquer contexto dentro de uma sociedade determinada. Quando a crença é ideológica, ou seja, pressuposta apenas no nível do grupo social, ela é de dois tipos. O contexto do grupo pressupõe o conhecimento do grupo, que são crenças comuns a todos os seus membros, e as opiniões do grupo, que são crenças que não são consideradas comuns a todos os membros. As crenças individuais são também de duas categorias. Há crenças que individualmente têm o estatuto cognitivo de fato e as que têm o estatuto de opinião.

À luz dessas categorias, podemos consultar as nossas intuições e reconhecermos que a palavra “gestante” tem em nossa cultura o estatuto cognitivo de conhecimento de grupo da comunidade médica. A palavra “mãe”, por sua vez, é uma crença individual. A palavra “mulher” é uma palavra cujo sentido é de fundo-comum. A seleção de cada um desses itens lexicais, conscientemente ou não, ativa um nódulo específico de conhecimento na cognição, estabelecendo a partir disso as condições de contorno para a produção e compreensão do discurso. O contexto não é as nossas crenças, tampouco é um reflexo direto da realidade. Ele é um tipo específico de modelo mental. Os modelos mentais são estruturas cognitivas diferentes dos *frames* porque tais estruturas podem conter o vazio.

A função dos modelos mentais de contexto é a de estabelecer, sustentar e controlar a interação entre os sujeitos do discurso. Esse estado de união entre as cognições dos sujeitos do discurso recebeu a única metáfora corpórea que localizamos na bibliografia sobre a análise do discurso através da metáfora do *quiasma* presente na obra de Andrade. A referida obra aborda a relação entre discurso, contexto e relevância. Tal imagem se coaduna com as outras imagens que recolhemos ao longo desta dissertação, porém incluindo-se ao lado da mente a instância do corpo, e esse é o desafio proposto aos analistas críticos do discurso.

Por fim, concluímos que o fato de usarmos uma palavra em vez de outra não é fruto de um movimento ou totalmente estável, ou totalmente instável dos sujeitos do discurso. O objeto do discurso é constitutivamente estável e instável conforme verificamos no capítulo três e quatro, e consideramos de pouca utilidade prática o apagamento da contradição entre texto e contexto. A categoria analítica mais frutífera para se analisar o objeto do discurso é a da referenciação por não apagar a contradição constitutiva da relação entre língua e discurso.

Nesse sentido, a relação entre discurso, poder e engenharia social é absolutamente relevante, de tal forma que é impossível imaginar uma análise do discurso que não esteja atenta ao movimento social, individual e cognitivo realizado em círculos concêntricos pelas ondas do discurso.

Na figura a seguir o leitor encontrará três representações da ordem social brasileira. No contexto constitucional, temos a lista dos atores sociais credenciados a acessar o STF, no contexto das audiências públicas temos os atores sociais convocados a participar das mesmas pelo ministro-relator e no contexto das notícias temos o recorte desses dois contextos anteriores. A caixa-de-ressonância propagou as ondas de atores sociais pertencentes as correntes contrárias e favoráveis ao pedido da ADPF 54 projetando um *éthos* conciliador e, ao mesmo tempo, registrando na memória social brasileira mais um importante capítulo dos direitos humanos em geral e do movimento feminista em particular onde o STF mostrou-se capaz de exercer o importante papel de guardião da Constituição.

Figura 6 – O STF e a caixa de ressonância. Atores constitucionais, ouvidos nas audiências públicas e aqueles ecoados nas notícias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. L. C. V. O. **Relevância e contexto**: o uso de digressões na língua falada. São Paulo: Humanitas, 2001.

ARISTÓTELES. **Tópicos e dos argumentos sofisticos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BAKHTIN, M. **Questões de Literatura e Estética**: a Teoria do Romance. São Paulo: Hucitec Editora, 2010 [1975].

_____. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: WMF, 2011 [1979].

_____. **O Freudismo**: um Espaço Crítico. São Paulo: Perspectiva, 2014 [2001].

BRASIL (STF). **Pedido de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de Número 54**. [S.l.]: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=2226954>>. Acesso em: 2014. O documento utilizado para a contextualização das notícias foi o de número 29. Trata-se do Acórdão referente à Questão de Ordem proposta pelo Procurador-geral da República ao Plenário a fim de obter o desconhecimento da questão proposta por inépcia.

CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. **Os clássicos da linguística**: referenciação. Volume 1. São Paulo: Contexto, 2003.

CUMMING, S.; TSUYOSHI, O.; LAURY, R. **Discourse, grammar and interaction**. Edição digital. ed. London: SAGE, 2011.

DA COSTA, E. V. **STF: o Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania**. 2ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006[2001].

_____. **Da monarquia à República**: momentos decisivos. 9ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010 [1998].

DE BEAUGRAND, R. "The story of discourse analysis". In: VAN DIJK, T. A. **Discourse as structure and process**: a multidisciplinary introduction. London: Sage publications, v. 1, 1997. p. 35-62.

DEVINE, P.; HAMILTON, D. L.; OSTROM, T. M. (Eds.). **Social cognition: impact on social psychology**. San Diego, CA: Academic Press, 1994.

DÖR, J. **Introdução à psicanálise**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1989.

FESTINGER, L. **A theory of Cognitive Dissonance**. Stanford, Ca. : Stanford University Press, 1957.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. Baltimore: University Park Press, 1987 [1978].

HALLIDAY, M. A. K.; HASSAN, R. **Cohesion in english**. London: Longman, 2013 [1976].

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual: trajetórias e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; MORATO, E. M. "Ainda o contexto: algumas considerações sobre as relações entre contexto, cognição e práticas sociais na obra de Teun van Dijk". **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v. 11(1), p. 79-91, 2011.

KOCH, I. G. V.; FÁVERO, L. L. **Linguística textual: introdução**. São Paulo: Cortez, 1983.

LACAN, J. **O seminário, livro I: os escritos técnicos de freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zagar Editor, 1986.

LEIBNIZ, G. W. **Leibniz Brasil**, 2003. Disponível em: <<http://www.leibnizbrasil.pro.br/leibniz-rss.htm>>. Acesso em:

NEVES, M. H. D. M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: HUCITEC, 1987[1983].

_____. **Texto e gramática**. 3ª imp. ed. São Paulo: Contexto, 2011[2006].

VAN DIJK, T. A. "Semantic Macro-Structures and Knowledge Frames in Discourse Comprehension". In: JUST, M. A.; CARPENTER, P. A. **Cognitive processes in comprehension**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1977. p. 3-32.

_____. **News analysis: case studies of international and national news in the press**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1988a.

_____. **News as discourse**. [S.l.]: Hillsdale, NJ, 1988b.

_____. **Ideology: A Multidisciplinary Approach**. London: SAGE, 1998.

_____. **Discourse and context: a socio-cognitive approach**. Edição digital. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. **Society and discourse: how social contexts influence text and talk**. New York: Cambridge University Press, 2009. A versão digital deste livro, vendida pela Amazon, não é paginada.

_____. A. "Introduction". In: VAN DIJK, T. A. **Discourse studies: a multidisciplinary introduction**. Second edition. ed. London: Sage, 2011. Digital version, introduction.

_____. "Análise Crítica do Discurso: um apelo em favor da diversidade". In: **Linha D'água**, São Paulo, v. 2, n. 26^a, p. 351-381, 2013. ISSN 0103-3638.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (18 de Junho de 2004). CNTS pede ao STF que antecipação do parto de feto sem cérebro não seja caracterizada como aborto. Brasília, DF, Brasil. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=62944&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (01 de Julho de 2004). Ministro do STF permite antecipação de parto de feto sem cérebro. Brasília. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=63025&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (20 de Outubro de 2004). STF cassa liminar que permitia antecipação de parto de feto anencefálico. Brasília. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=63607&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (2004 de Junho de 2004). STF indefere ingresso da CNBB na ação que discute antecipação terapêutica de parto de feto anencefálico. Brasília. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=62979&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (30 de Setembro de 2004). STF propõe audiência pública para entidades manifestarem-se em processo sobre aborto de feto anencéfalo. Brasília. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=63519&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (27 de Abril de 2005). Plenário discute questão de ordem em ação sobre interrupção de gravidez de feto anencefálico. Brasília. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=64654&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (27 de Abril de 2005). Relator vai ouvir entidades civis sobre viabilidade da interrupção de gravidez de feto anencefálico. Brasília. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=64652&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (27 de Abril de 2005). Supremo considera cabível ADPF para discussão de interrupção de gravidez de feto anencéfalo. Brasília. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=64650&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (26 de Agosto de 2008). Advogado que ajuizou a ADPF 54 ressalta princípio da dignidade da pessoa humana. Brasília. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=94954&caixaBusca=N>
>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (16 de Setembro de 2008). Chega ao fim audiência pública sobre interrupção de gravidez por anencefalia. Brasília. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=96101&caixaBusca=N>
>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (28 de Agosto de 2008). Especialista diz que anencefalia pode ser diagnosticada com 100% de segurança. Brasília. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=95146&caixaBusca=N>
>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (28 de Agosto de 2008). Geneticista diz que a anencefalia é “algo extremamente freqüente”. Brasília. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=95145&caixaBusca=N>
>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (28 de Agosto de 2008). Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero defende parto antecipado em caso de anencefalia. Brasília. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=95152&caixaBusca=N>
>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (04 de Setembro de 2008). Ministro da Saúde é favorável à antecipação do parto de anencéfalos. Brasília. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=95540&caixaBusca=N>
>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (26 de Agosto de 2008). ONG “Católicas pelo Direito de Decidir” defende o direito de interrupção da gravidez em caso de anencefalia. Brasília. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=94959&caixaBusca=N>
>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (26 de Agosto de 2008). STF ouve especialistas sobre antecipação de parto por anencefalia. Brasília. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=94943&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (21 de Agosto de 2008). STF promove audiência pública para ouvir especialistas sobre antecipação de parto por anencefalia. Brasília. Fonte: Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=94725&caixaBusca=N>>. Acesso em:

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (26 de Fevereiro de 2009). Ministra Cármen Lúcia recebe memorial da CNBB contra antecipação do parto de anencéfalos. Brasília. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=103899&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (06 de Julho de 2009). Parecer da PGR é favorável à antecipação terapêutica do parto em caso de anencefalia. Brasília. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=110620&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (01 de Julho de 2009). STF lamenta falecimento do deputado federal e médico José Aristodemo Pinotti. Brasília. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=110407&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (29 de Janeiro de 2010). Anencefalia, anistia, união homoafetiva e quilombos estão entre os temas previstos para julgamento no 1º semestre. Brasília. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=119230&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (13 de Junho de 2010). Votos e decisões do ministro Marco Aurélio entraram para a história do STF e do Brasil. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=154298&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (09 de Março de 2011). Rádio Justiça traz especial sobre processo que definirá a possibilidade de interrupção da gravidez em anencefalia do feto. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=173661&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (03 de Abril de 2012). Plenário julga ADPF sobre anencefalia em sessão extraordinária na quarta-feira (11). Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=204243&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (11 de Abril de 2012). CNTS diz que mulher “é plena no seu direito de escolher”. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=204645&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (11 de Abril de 2012). PGR: decisão sobre antecipação do parto cabe à mulher. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=204646&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (11 de Abril de 2012). Direto do Plenário: Relator vota pela possibilidade de interrupção de gravidez de feto anencéfalo. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=204615&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (11 de Abril de 2012). Ministros Rosa Weber e Joaquim Barbosa seguem o relator e julgam procedente a ADPF 54. Brasília. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=204755&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (11 de Abril de 2012). Ministro Luiz Fux vota para autorizar interrupção da gravidez de fetos anencéfalos. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=204757&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (11 de Abril de 2012). Para ministra Cármen Lúcia, interrupção da gravidez de fetos anencéfalos não configura crime. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=204756&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (11 de Abril de 2012). Interrupção de gestação de anencéfalos: ministro Lewandowski abre divergência. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=204758&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (12 de Abril de 2012). ADPF 54 é julgada procedente pelo ministro Gilmar Mendes. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=204863&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (12 de Abril de 2012). Decano vota pela descriminalização da interrupção de gravidez de feto anencefálico. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=204879&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (12 de Abril de 2012). Ministro Ayres Britto é sexto a votar para autorizar interrupção da gravidez de fetos anencéfalos. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=204850&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (12 de Abril de 2012). Ministro Cezar Peluso julga improcedente a ADPF 54. Brasília. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=204881&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (13 de Junho de 2015). Exposição marca 25 anos de STF do ministro Marco Aurélio. Brasília. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=293518&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

ANEXOS

A - *CORPUS*

Notícia 1

Notícias STF

Sexta-feira, 18 de junho de 2004

CNTS pede ao STF que antecipação do parto de feto sem cérebro não seja caracterizada como aborto

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) quer que o Supremo Tribunal Federal (STF) fixe entendimento de que antecipação terapêutica de parto de feto anencefálico (ausência de cérebro) não é aborto e permita que gestantes em tal situação tenham o direito de interromper a gravidez sem a necessidade de autorização judicial ou qualquer outra forma de permissão específica do Estado. Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 54) ajuizada na Corte, com pedido de liminar, a entidade sustenta que “o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal tornou-se indispensável na matéria”.

A entidade registra que o Judiciário vinha firmando jurisprudência, por meio de decisões proferidas em todo o país, reconhecendo o direito das gestantes de se submeterem à antecipação terapêutica do parto nesses casos, mas que decisões em sentido inverso desequilibraram essa jurisprudência.

Segundo a CNTS, a anencefalia é uma má formação fetal congênita incompatível com a vida intra-uterina e fatal em 100% dos casos. A entidade sustenta que um exame de ecografia detecta a anomalia com índice de erro praticamente nulo e que não existe possibilidade de tratamento ou reversão do problema. Afirma que não há controvérsia sobre o tema na literatura científica ou na experiência médica.

Por outro lado, diz a CNTS, “a permanência do feto anômalo no útero da mãe é potencialmente perigosa, podendo gerar danos à saúde da gestante e até perigo de vida, em razão do alto índice de óbitos intra-uterinos desses fetos”. A entidade alega que “a

antecipação do parto nessa hipótese constitui indicação terapêutica médica: a única possível e eficaz para o tratamento da gestante, já que para reverter a inviabilidade do feto não há solução”.

Com esses argumentos, a CNTS sustenta que a antecipação desses partos não caracteriza o crime de aborto tipificado no Código Penal. Isso porque, diz a entidade, no caso de aborto, “a morte do feto deve ser resultado direto dos meios abortivos, sendo imprescindível tanto a comprovação da relação causal como a potencialidade de vida extra-uterina do feto”, o que inexistente nos casos de fetos com anencefalia. “Não há potencial de vida a ser protegido, de modo que falta à hipótese o suporte fático exigido pela norma. Apenas o feto com capacidade potencial de ser pessoa pode ser passivo de aborto”, sustenta.

Para a CNTS, nessas situações, “o foco da atenção há de voltar-se para o estado da gestante” e o reconhecimento desses direitos não causam lesão a bem ou ao direito à vida do feto. “A gestante portadora de feto anencefálico que opte pela antecipação terapêutica do parto está protegida por direitos constitucionais que imunizam a sua conduta da incidência da legislação ordinária repressiva”, alega a entidade, que aponta a violação de três direitos básicos da mulher impedida de interromper esse tipo gravidez. O direito da dignidade da pessoa humana, da legalidade, liberdade e autonomia da vontade, e do direito à saúde.

A CNTS pede que o Supremo reconheça o descumprimento desses preceitos fundamentais em relação à mulher, nos casos em que as normas penais são interpretadas de forma a impedir a antecipação terapêutica de partos de fetos anencefálicos. E que seja dada interpretação conforme a Constituição dos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, do Código Penal, para declarar inconstitucional, com eficácia erga omnes (para todos) e efeito vinculante, a aplicação desses dispositivos para impedir a intervenção nos casos em que a anomalia é diagnosticada por médico habilitado.

Requer, também, a concessão de liminar para suspender o andamento de processos ou anular os efeitos de decisões judiciais que pretendam aplicar ou tenham aplicado os dispositivos do Código Penal para caracterizar como aborto a interrupção desses tipos de gravidez. O relator da ação é o ministro Marco Aurélio.

Marco Aurélio analisará ADPF 54 ([cópia em alta resolução](#))

RR/BB

Notícia 2**Notícias STF**

Quinta-feira, 24 de junho de 2004

STF indefere ingresso da CNBB na ação que discute antecipação terapêutica de parto de feto anencefálico

O ministro Marco Aurélio indeferiu o pedido da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de ser incluída como parte interessada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 54) ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS).

A CNTS quer que o Supremo Tribunal Federal (STF) fixe entendimento de que antecipação terapêutica de parto de feto anencefálico (ausência de cérebro) não é aborto. A entidade espera que o STF permita que as gestantes em tal situação tenham o direito de interromper a gravidez sem a necessidade de autorização judicial ou qualquer outra forma de permissão específica do Estado.

A CNBB requeria sua inclusão no processo na condição de *amicus curiae*, para poder se manifestar sobre a matéria, com base no parágrafo 1º do artigo 6º da Lei 9.882/99. No despacho em que negou a pretensão, o ministro Marco Aurélio disse que “o pedido não se enquadra no texto legal evocado pela requerente”.

SS/RR

19:21 - CNTS pede ao STF que antecipação do parto de feto sem cérebro não seja caracterizada como aborto

Notícia 3**Notícias STF**

Quinta-feira, 01 de julho de 2004

Ministro do STF permite antecipação de parto de feto sem cérebro

O ministro Marco Aurélio concedeu liminar à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) para reconhecer o direito constitucional de gestantes que decidam realizar operação terapêutica de parto de fetos anencefálicos (sem cérebros). A identificação da deformidade deve ser feita por meio de laudo médico. A liminar também determina a paralisação de processos que discutem a possibilidade da gestante fazer a operação terapêutica e que ainda não tenham decisão final, ou seja, não tenham transitado em julgado.

A decisão foi concedida nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54 e será submetida ao Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF). Na ação, a CNTS sustenta que a antecipação desses partos não caracteriza o crime de aborto tipificado no Código Penal.

Para Marco Aurélio, “diante de uma deformação irreversível do feto, há de se lançar mão dos avanços médicos tecnológicos, postos à disposição da humanidade não para simples inserção, no dia-a-dia, de sentimentos mórbidos, mas, justamente, para fazê-los cessar”. O ministro afirma que “no caso da anencefalia, a ciência médica atua com margem de certeza igual a 100%. Dados merecedores da maior confiança evidenciam que fetos anencefálicos morrem no período intra-uterino em mais de 50% dos casos”.

Ele concorda com o argumento de que a antecipação desses tipos de partos não caracteriza aborto. “Como registrado na inicial, a gestante convive diuturnamente com a triste realidade e a lembrança ininterrupta do feto, dentro de si, que nunca poderá se tornar um ser vivo. Se assim é - e ninguém ousa contestar -, trata-se de situação concreta que foge à glosa própria ao aborto - que conflita com a dignidade humana, a legalidade, a liberdade e a autonomia de vontade”, disse o ministro.

Marco Aurélio conclui que manter esse tipo de gestação “resulta em impor à mulher, à respectiva família, danos à integridade moral e psicológica, além dos riscos físicos reconhecidos no âmbito da medicina”.

RR/BB

Ministro Marco Aurélio, o relator, concedeu a liminar pedida pela CNTS (cópia em alta resolução)

Leia a íntegra da decisão do ministro:

MED. CAUT. EM ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO

FUNDAMENTAL 54-8 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

ARGUENTE(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA SAÚDE

-

CNTS

ADVOGADO(A/S) : LUÍS ROBERTO BARROSO E OUTRO(A/S)

DECISÃO-LIMINAR

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL - LIMINAR -

ATUAÇÃO INDIVIDUAL - ARTIGOS 21, INCISOS IV E V, DO REGIMENTO INTERNO
E 5º, § 1º, DA LEI Nº 9.882/99.

LIBERDADE - AUTONOMIA DA VONTADE - DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA -
SAÚDE - GRAVIDEZ - INTERRUPÇÃO - FETO ANENCEFÁLICO.

1. Com a inicial de folha 2 a 25, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - CNTS formalizou esta argüição de descumprimento de preceito fundamental considerada a

anencefalia, a inviabilidade do feto e a antecipação terapêutica do parto. Em nota prévia, afirma serem distintas as figuras da antecipação referida e o aborto, no que este pressupõe a potencialidade de vida extra-uterina do feto. Consigna, mais, a própria legitimidade ativa a partir da norma do artigo 2º, inciso I, da Lei nº 9.882/99, segundo a qual são partes legítimas para a arguição aqueles que estão no rol do artigo 103 da Carta Política da República, alusivo à ação direta de inconstitucionalidade. No tocante à pertinência temática, mais uma vez à luz da Constituição Federal e da jurisprudência desta Corte, assevera que a si compete a defesa judicial e administrativa dos interesses individuais e coletivos dos que integram a categoria profissional dos trabalhadores na saúde, juntando à inicial o estatuto revelador dessa representatividade. Argumenta que, interpretado o arcabouço normativo com base em visão positivista pura, tem-se a possibilidade de os profissionais da saúde virem a sofrer as agruras decorrentes do enquadramento no Código Penal. Articula com o envolvimento, no caso, de preceitos fundamentais, concernentes aos princípios da dignidade da pessoa humana, da legalidade, em seu conceito maior, da liberdade e autonomia da vontade bem como os relacionados com a saúde. Citando a literatura médica aponta que a má-formação por defeito do fechamento do tubo neural durante a gestação, não apresentando o feto os hemisférios cerebrais e o córtex, leva-o ou à morte intra-uterina, alcançando 65% dos casos, ou à sobrevivência, no máximo, algumas horas após o parto. A permanência de feto anômalo no útero da mãe mostrar-se-ia potencialmente perigosa, podendo gerar danos à saúde e à vida da gestante. Consoante o sustentado, impor à mulher o dever de carregar por nove meses um feto que sabe, com plenitude de certeza, não sobreviverá, causa à gestante dor, angústia e frustração, resultando em violência às vertentes da dignidade humana - a física, a moral e a psicológica - e em cerceio à liberdade e autonomia da vontade, além de colocar em risco a saúde, tal como proclamada pela Organização Mundial da Saúde - o completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença. Já os profissionais da medicina ficam sujeitos às normas do Código Penal - artigos 124, 126, cabeça, e 128, incisos I e II -, notando-se que, principalmente quanto às famílias de baixa renda, atua a rede pública.

Sobre a inexistência de outro meio eficaz para viabilizar a antecipação terapêutica do parto, sem incompreensões, evoca a Confederação recente acontecimento retratado no Habeas Corpus nº 84.025-6/RJ, declarado prejudicado pelo Plenário, ante o parto e a morte do feto anencefálico sete minutos após. Diz da admissibilidade da ANIS - Instituto de Biotécnica, Direitos Humanos e Gênero como *amicus curiae*, por aplicação analógica do artigo 7º, § 2º, da Lei nº 9.868/99.

Então, requer, sob o ângulo acautelador, a suspensão do andamento de processos ou dos efeitos de decisões judiciais que tenham como alvo a aplicação dos dispositivos do Código Penal, nas hipóteses de antecipação terapêutica do parto de fetos anencefálicos, assentando-se o direito constitucional da gestante de se submeter a procedimento que leve à interrupção da gravidez e do profissional de saúde de realizá-lo, desde que atestada, por médico habilitado, a ocorrência da anomalia. O pedido final visa à declaração da inconstitucionalidade, com eficácia abrangente e efeito vinculante, da interpretação dos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, do Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848/40 - como impeditiva da antecipação terapêutica do parto em casos de gravidez de feto anencefálico, diagnosticados por médico habilitado, reconhecendo-se o direito subjetivo da gestante de assim agir sem a necessidade de apresentação prévia de autorização judicial ou qualquer outra forma de permissão específica do Estado. Sucessivamente, pleiteia a argüente, uma vez rechaçada a pertinência desta medida, seja a petição inicial recebida como reveladora de ação direta de inconstitucionalidade. Esclarece que, sob esse prisma, busca a interpretação conforme a Constituição Federal dos citados artigos do Código Penal, sem redução de texto, aduzindo não serem adequados à espécie precedentes segundo os quais não cabe o controle concentrado de constitucionalidade de norma anterior à Carta vigente.

A argüente protesta pela juntada, ao processo, de pareceres técnicos e, se conveniente, pela tomada de declarações de pessoas com experiência e autoridade na matéria. À peça, subscrita pelo advogado Luís Roberto Barroso, credenciado conforme instrumento de mandato - procuração - de folha 26, anexaram-se os documentos de folha 27 a 148.

O processo veio-me concluso para exame em 17 de junho de 2004 (folha 150). Nele lancei visto, declarando-me habilitado a votar, ante o pedido de concessão de medida acauteladora, em 21 de junho de 2004, expedida a papeleta ao Plenário em 24 imediato.

No mesmo dia, prolatei a seguinte decisão:

ACÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL - INTERVENÇÃO DE TERCEIRO - REQUERIMENTO - IMPROPRIEDADE.

1. Eis as informações prestadas pela Assessoria:

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - requer a intervenção no processo em referência, como *amicus curiae*, conforme preconiza o § 1º do artigo 6º da Lei 9.882/1999, e a juntada de procuração. Pede vista pelo prazo de cinco dias.

2. O pedido não se enquadra no texto legal evocado pela requerente. Seria dado versar sobre a aplicação, por analogia, da Lei nº 9.868/99, que disciplina também processo objetivo - ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade. Todavia, a admissão de terceiros não implica o reconhecimento de direito subjetivo a tanto. Fica a critério do relator, caso entenda oportuno. Eis a inteligência do artigo 7º, § 2º, da Lei nº 9.868/99, sob pena de tumulto processual. Tanto é assim que o ato do relator, situado no campo da prática de ofício, não é suscetível de impugnação na via recursal.

3. Indefiro o pedido.

4. Publique-se.

A impossibilidade de exame pelo Plenário deságua na incidência dos artigos 21, incisos IV e V, do Regimento Interno e artigo 5º, § 1º, da Lei nº 9.882/99, diante do perigo de grave lesão.

2. Tenho a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - CNTS como parte legítima para a formalização do pedido, já que se enquadra na previsão do inciso I do artigo 2º da Lei nº 9.882, de 3 de novembro de 1999. Incumbe-lhe defender os membros da categoria profissional que se dedicam à área da saúde e que estariam sujeitos a constrangimentos de toda a ordem, inclusive de natureza penal.

Quanto à observação do disposto no artigo 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99, ou seja, a regra de que não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade, é emblemático o que ocorreu no Habeas Corpus nº 84.025-6/RJ, sob a relatoria do ministro Joaquim Barbosa. A situação pode ser assim resumida: em Juízo, gestante não logrou a autorização para abreviar o parto. A via-crúcis prosseguiu e, então, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a relatora, desembargadora Giselda Leitão Teixeira, concedeu liminar, viabilizando a interrupção da gestação. Na oportunidade, salientou:

A vida é um bem a ser preservado a qualquer custo, mas, quando a vida se torna inviável, não é justo condenar a mãe a meses de sofrimento, de angústia, de desespero.

O Presidente da Câmara Criminal a que afeto o processo, desembargador José Murta Ribeiro, afastou do cenário jurídico tal pronunciamento. No julgamento de fundo, o Colegiado sufragou o entendimento da relatora, restabelecendo a autorização. Ajuizado habeas corpus, o Superior Tribunal de Justiça, mediante decisão da ministra Laurita Vaz, concedeu a liminar, suspendendo a autorização. O Colegiado a que integrado a relatora confirmou a óptica, assentando:

HABEAS CORPUS. PENAL. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ABORTO. NASCITURO ACOMETIDO DE ANENCEFALIA. INDEFERIMENTO. APELAÇÃO.

DECISÃO LIMINAR DA RELATORA RATIFICADA PELO COLEGIADO DEFERINDO O PEDIDO. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IDONEIDADE DO WRIT PARA A DEFESA DO NASCITURO.

1. A eventual ocorrência de abortamento fora das hipóteses previstas no Código Penal acarreta a aplicação de pena corpórea máxima, irreparável, razão pela qual não há se falar em impropriedade da via eleita, já que, como é cediço, o writ se presta justamente a defender o direito de ir e vir, o que, evidentemente, inclui o direito à preservação da vida do nascituro.
2. Mesmo tendo a instância de origem se manifestado, formalmente, apenas acerca da decisão liminar, na realidade, tendo em conta o caráter inteiramente satisfativo da decisão, sem qualquer possibilidade de retrocessão de seus efeitos, o que se tem é um exaurimento definitivo do mérito. Afinal, a sentença de morte ao nascituro, caso fosse levada a cabo, não deixaria nada mais a ser analisado por aquele ou este Tribunal.
3. A legislação penal e a própria Constituição Federal, como é sabido e consabido, tutelam a vida como bem maior a ser preservado. As hipóteses em que se admite atentar contra ela estão elencadas de modo restrito, inadmitindo-se interpretação extensiva, tampouco analogia in malam partem. Há de prevalecer, nesse casos, o princípio da reserva legal.
4. O Legislador eximiu-se de incluir no rol das hipóteses autorizativas do aborto, previstas no art. 128 do Código Penal, o caso descrito nos presentes autos. O máximo que podem fazer os defensores da conduta proposta é lamentar a omissão, mas nunca exigir do Magistrado, intérprete da Lei, que se lhe acrescente mais uma hipótese que fora excluída de forma propositada pelo Legislador.
5. Ordem concedida para reformar a decisão proferida pelo Tribunal a quo, desautorizando o

aborto; outrossim, pelas peculiaridades do caso, para considerar prejudicada a apelação interposta, porquanto houve, efetivamente, manifestação exaustiva e definitiva da Corte Estadual acerca do mérito por ocasião do julgamento do agravo regimental.

Daí o habeas impetrado no Supremo Tribunal Federal. Entretanto, na assentada de julgamento, em 4 de março último, confirmou-se a notícia do parto e, mais do que isso, de que a sobrevivência não ultrapassara o período de sete minutos.

Constata-se, no cenário nacional, o desencontro de entendimentos, a desinteligência de julgados, sendo que a tramitação do processo, pouco importando a data do surgimento, implica, até que se tenha decisão final - proclamação desta Corte -, espaço de tempo bem superior a nove meses, período de gestação. Assim, enquadra-se o caso na cláusula final do § 1º em análise. Qualquer outro meio para sanar a lesividade não se mostra eficaz. Tudo recomenda que, em jogo tema da maior relevância, em face da Carta da República e dos princípios evocados na inicial, haja imediato crivo do Supremo Tribunal Federal, evitando-se decisões discrepantes que somente causam perplexidade, no que, a partir de idênticos fatos e normas, veiculam enfoques diversificados. A unidade do Direito, sem mecanismo próprio à uniformização interpretativa, afigura-se simplesmente formal, gerando insegurança, o descrédito do Judiciário e, o que é pior, com angústia e sofrimento ímpares vivenciados por aqueles que esperam a prestação jurisdicional. Atendendo a petição inicial os requisitos que lhe são inerentes - artigo 3º da Lei nº 9.882/99 -, é de se dar seqüência ao processo.

Em questão está a dimensão humana que obstaculiza a possibilidade de se coisificar uma pessoa, usando-a como objeto. Conforme ressaltado na inicial, os valores em discussão revestem-se de importância única. A um só tempo, cuida-se do direito à saúde, do direito à liberdade em seu sentido maior, do direito à preservação da autonomia da vontade, da legalidade e, acima de tudo, da dignidade da pessoa humana. O determinismo biológico faz com que a mulher seja a portadora de uma nova vida, sobressaindo o sentimento maternal. São nove meses de acompanhamento, minuto a minuto, de avanços, predominando o amor. A alteração física, estética, é suplantada pela alegria de ter em seu interior a sublime gestação. As percepções se aguçam, elevando a sensibilidade. Este o quadro de uma gestação normal, que direciona a desfecho feliz, ao nascimento da criança. Pois bem, a natureza, entretanto, reserva surpresas, às vezes desagradáveis. Diante de uma deformação irreversível do feto, há de se lançar mão dos avanços médicos tecnológicos, postos à disposição da humanidade não para simples inserção, no dia-a-dia, de sentimentos mórbidos, mas, justamente, para fazê-los cessar. No caso da anencefalia, a ciência médica atua com margem de certeza igual a 100%.

Dados merecedores da maior confiança evidenciam que fetos anencefálicos morrem no período intra-uterino em mais de 50% dos casos. Quando se chega ao final da gestação, a sobrevivência é diminuta, não ultrapassando período que possa ser tido como razoável, sendo nenhuma a chance de afastarem-se, na sobrevivência, os efeitos da deficiência. Então, manter-se a gestação resulta em impor à mulher, à respectiva família, danos à integridade moral e psicológica, além dos riscos físicos reconhecidos no âmbito da medicina. Como registrado na inicial, a gestante convive diuturnamente com a triste realidade e a lembrança ininterrupta do feto, dentro de si, que nunca poderá se tornar um ser vivo. Se assim é - e ninguém ousa contestar -, trata-se de situação concreta que foge à glosa própria ao aborto - que conflita com a dignidade humana, a legalidade, a liberdade e a autonomia de vontade. A saúde, no sentido admitido pela Organização Mundial da Saúde, fica solapada, envolvidos os aspectos físico, mental e social. Daí cumprir o afastamento do quadro, aguardando-se o desfecho, o julgamento de fundo da própria arguição de descumprimento de preceito fundamental, no que idas e vindas do processo acabam por projetar no tempo esdrúxula situação.

Preceitua a lei de regência que a liminar pode conduzir à suspensão de processos em curso, à suspensão da eficácia de decisões judiciais que não hajam sido cobertas pela preclusão maior, considerada a recorribilidade. O poder de cautela é insito à jurisdição, no que esta é colocada ao alcance de todos, para afastar lesão a direito ou ameaça de lesão, o que, ante a organicidade do Direito, a demora no desfecho final dos processos, pressupõe atuação imediata. Há, sim, de formalizar-se medida acauteladora e esta não pode ficar limitada a mera suspensão de todo e qualquer procedimento judicial hoje existente. Há de viabilizar, embora de modo precário e efêmero, a concretude maior da Carta da República, presentes os valores em foco. Daí o acolhimento do pleito formulado para, diante da relevância do pedido e do risco de manter-se com plena eficácia o ambiente de desencontros em pronunciamentos judiciais até aqui notados, ter-se não só o sobrestamento dos processos e decisões não transitadas em julgado, como também o reconhecimento do direito constitucional da gestante de submeter-se à operação terapêutica de parto de fetos anencefálicos, a partir de laudo médico atestando a deformidade, a anomalia que atingiu o feto. É como decido na espécie.

3. Ao Plenário para o crivo pertinente.

4. Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2004, às 13 horas.

Ministro MARCO AURÉLIO

Relator

Notícia 4**Notícias STF**

Quinta-feira, 30 de setembro de 2004

STF propõe audiência pública para entidades manifestarem-se em processo sobre aborto de feto anencéfalo

O ministro Marco Aurélio, do STF, decidiu convocar audiência pública para ouvir diversas entidades no caso que discute a viabilidade jurídica da interrupção de gravidez em caso de feto anencéfalo (sem cérebro). O tema é objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS).

Na ação, que teve pedido de liminar deferido em julho pelo relator, a CNTS pede que seja dada interpretação conforme a Constituição Federal aos artigos 124, 126 e 128, I e II, do Código Penal, que tratam do crime de aborto, a fim de permitir a interrupção de gravidez de filhos anencéfalos. A Confederação justifica o pedido com base nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da legalidade, liberdade e autonomia da vontade, bem como o direito à saúde.

A realização da audiência pública depende da análise, pelo Plenário, de questão de ordem proposta pela Procuradoria Geral da República quanto à pertinência da ADPF para tratar do assunto. A apreciação do tema, ou seja, a questão de ordem, ocorre antes do julgamento de mérito e está prevista para outubro. Caso o Plenário entenda que esse tipo de ação não é o instrumento jurídico adequado, o processo deverá ser arquivado.

EH/CG

Relator: ministro Marco Aurélio ([cópia em alta resolução](#)).

Veja, abaixo, a íntegra da decisão do ministro Marco Aurélio, com a relação das entidades que devem ser convidadas para a audiência pública.

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 54-8
DISTRITO FEDERAL

RELATOR: MIN. MARCO AURÉLIO

ARGUENTE(S): CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA SAÚDE

-

CNTS

ADVOGADO(A/S): LUÍS ROBERTO BARROSO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA -
INTERRUPÇÃO DA
GRAVIDEZ -
ANENCEFALIA.

1. Em 17 de junho do corrente ano, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - CNTS formalizou argüição de descumprimento de preceito fundamental, indicando como vulnerados os artigos 1º, inciso IV (dignidade da pessoa humana), 5º, inciso II (princípio da legalidade, liberdade e autonomia da vontade), 6º, cabeça, e 196 (direito à saúde), todos da Constituição Federal, e, como a causar lesão a esses princípios, o conjunto normativo representado pelos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, do Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848/40. Presente a antecipação terapêutica do parto no caso de feto anencéfalo e a possível glosa penal, requereu pronunciamento a conferir interpretação conforme a Carta da República das normas do Código Penal, afastando-as no caso de se constatar a existência de feto anencéfalo, de modo a viabilizar, com isso, a atuação médica interruptiva da gravidez. Ressaltou a ausência de instrumental próprio para lograr tal finalidade, citando o ocorrido com a apreciação do *Habeas Corpus* nº 84.025-6/RJ, relatado pelo ministro Joaquim Barbosa, quando o Plenário, ante o termo da gestação e a morte do feto anencéfalo, declarou o prejuízo da medida. Pleiteou a concessão de medida acauteladora,

tendo em conta a dinâmica da vida. A inicial fez-se acompanhada dos documentos de folha 26 a 148.

Em 21 de junho de 2004, consignei, à folha 151, a confecção de relatório e voto em fita magnética, declarando-me habilitado a submeter o pedido acautelador ao Plenário.

Em peça protocolizada em 23 de junho de 2004, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, reportando-se ao § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.882/99, solicitou fosse admitida no processo como *amicus curiae*, o que foi indeferido por meio da decisão de folha 156.

O encerramento do semestre judiciário sem o referido exame pelo Colegiado levou-me ao exercício monocrático do crivo, vindo a implementar a tutela de urgência, remetendo-a à análise do Plenário (folha 158 a 164).

De acordo com a certidão de julgamento de folha 167, em 2 de agosto de 2004, ou seja, na abertura do segundo semestre judiciário do ano em curso, o Plenário deliberou, sem voto discrepante, em apreciar o tema em definitivo, abrindo-se vista do processo ao Procurador-Geral da República.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ainda durante as férias coletivas de julho, requereu a reconsideração do ato mediante o qual não foi admitida como *amicus curiae*, havendo despachado o Presidente no sentido de se submeter tal requerimento ao relator (folha 169). Com a decisão de folhas 171 e 172, foi mantido o indeferimento. A CNBB solicitou a juntada de cópia do respectivo estatuto civil (folha 174).

Católicas pelo Direito de Decidir pleiteou também a integração ao processo (folha 177 a 182). Seguiu-se a decisão de folha 202, a resultar no indeferimento do pedido. Teve idêntico desfecho pretensão semelhante externada pela Associação Nacional Pró-vida e Pró-família (folha 204) e pela Associação do Desenvolvimento da Família (folha 231).

O parecer do Procurador-Geral da República, de folha 207 a 218, está assim sintetizado:

1. O pleito, como apresentado, não autoriza o recurso à interpretação conforme a Constituição: considerações.

2. Anencefalia. Primazia jurídica do direito à vida: considerações.

3. **Indeferimento** do pleito.

Em peça datada de 27 deste mês, o Procurador-Geral da República requereu a submissão do processo ao Plenário, em questão de ordem, para definir-se, preliminarmente, a adequação da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

2. A matéria em análise deságua em questionamentos múltiplos. A repercussão do que decidido sob o ângulo precário e efêmero da medida liminar redundou na emissão de entendimentos diversos, atuando a própria sociedade. Daí a conveniência de acionar-se o disposto no artigo 6º, § 1º, da Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999:

Art. 6º (...)

§ 1º Se entender necessário, poderá o relator ouvir as partes nos processos que ensejaram a arguição, requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou ainda, fixar data para declarações, em audiência pública, de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

Então, tenho como oportuno ouvir, em audiência pública, não só as entidades que requereram a admissão no processo como *amicus curiae*, a saber: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Católicas pelo Direito de Decidir, Associação Nacional Pró-vida e Pró-família e Associação de Desenvolvimento da Família, como também as seguintes entidades: Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, Sociedade Brasileira de Genética Clínica, Sociedade Brasileira de Medicina Fetal, Conselho Federal de Medicina, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sociais e Direitos Representativos, Escola de Gente, Igreja Universal, Instituto de Biotécnica, Direitos Humanos e Gênero bem como o hoje deputado federal José Aristodemo Pinotti, este último em razão da especialização em pediatria,

ginecologia, cirurgia e obstetrícia e na qualidade de ex-Reitor da Unicamp, onde fundou e presidiu o Centro de Pesquisas Materno-Infantis de Campinas - CEMICAMP.

Cumpre, antes dessa providência, elucidar a pertinência da medida intentada, em face da provocação do Procurador-Geral da República. O princípio da economia e celeridade processuais direciona ao máximo de eficácia da lei com o mínimo de atuação judicante.

3. Ao Plenário, para designação de data, visando à apreciação da questão de ordem relativa à admissibilidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

4. Publique-se.

Brasília, 28 de setembro de 2004.

Ministro MARCO AURÉLIO

Relator

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 5**Notícias STF**

Quarta-feira, 20 de outubro de 2004

STF cassa liminar que permitia antecipação de parto de feto anencefálico

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) retomou, hoje (20/10), a discussão sobre a legitimidade constitucional da antecipação de parto de feto anencefálico (sem cérebro), com o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS). Os ministros, por maioria, decidiram revogar a liminar deferida pelo relator, ministro Marco Aurélio, em 1º de julho passado.

A pauta de hoje previa apenas a análise de Questão de Ordem no processo, suscitada pelo procurador-geral da República, Claudio Fonteles. Ele questionou, de forma preliminar - ou seja, antes da análise do mérito - a adequação da ADPF para analisar o pedido da CNTS, cabendo ao Plenário decidir pela admissibilidade ou não da ação.

Nesse ponto, após a manifestação do relator, que votou pela continuidade da tramitação da matéria no Supremo, o ministro Carlos Ayres Britto pediu vista dos autos. Assim, a discussão da Questão de Ordem foi suspensa.

Em seguida, o ministro Eros Grau sugeriu ao Plenário apreciar a pertinência de se manter a liminar, uma vez que não foi concluída a discussão quanto à admissibilidade do processo. Na votação, por maioria, o Plenário decidiu não referendar a liminar, com efeitos *ex nunc*. Foi mantida, no entanto, a suspensão de processos e decisões não transitadas em julgado, relacionadas ao caso.

Contra o referendo, cassando a liminar, votaram os ministros Eros Grau, Joaquim Barbosa, Cezar Peluso, Gilmar Mendes, Ellen Gracie, Carlos Velloso e Nelson Jobim. Além do relator, votaram pelo referendo da liminar os ministros Carlos Ayres Britto, Celso de Mello e Sepúlveda Pertence. Apenas o ministro Cezar Peluso votou no sentido de cassar a íntegra da liminar, inclusive no que se refere à suspensão dos processos e decisões relativas ao assunto. A liminar esteve em vigor de 1º de julho deste ano até hoje (20/10).

EH/CG

Marco Aurélio, relator (cópia em alta resolução)

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 6**Notícias STF**

Quarta-feira, 27 de abril de 2005

Plenário discute questão de ordem em ação sobre interrupção de gravidez de feto anencefálico

Está em votação no plenário do Supremo Tribunal Federal a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 54) - ação proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), com o objetivo de discutir a legalidade da interrupção da gravidez em caso de feto anencefalo. Os ministros analisam questão de ordem, preliminar à análise do mérito, para decidir se a ação é adequada ao tema. Caso entendam que a ADPF é o instrumento adequado, a ação será julgada em definitivo pelo Supremo; caso contrário, será arquivada.

O julgamento foi retomado hoje com o voto-vista do ministro Carlos Ayres Britto, que se manifestou na questão de ordem pela adequação da ação proposta. Ou seja, o ministro entendeu que a ADPF pode ser utilizada no caso, assim como o relator, ministro Marco Aurélio, que proferiu seu voto em sessão anterior, realizada em outubro de 2004.

Ayres Britto explicou que há pluralidade de interpretações quanto ao conteúdo das normas do Código Penal relativas ao aborto e às práticas permitidas (aborto terapêutico e de gravidez decorrente de estupro), ensejando assim a utilização da técnica da interpretação conforme a Constituição. Disse também que, por haver decisões conflitantes na jurisprudência de diversos tribunais no país sobre o assunto - se o aborto de feto anencefalo seria crime ou não, ele admite a ADPF como via adequada.

O ministro citou três possíveis interpretações jurídicas dos artigos 124, 126, caput e 128, incisos I e II do Código Penal. A primeira interpretação é de que o aborto em caso de anencefalia é crime. O ministro cita, em conformidade com essa tese, o Código Civil Brasileiro que põe a salvo o direito do nascituro desde a concepção e o Pacto de São José da Costa Rica que assegura a todos o direito à vida a partir do momento da concepção.

Uma outra interpretação possível, levantada pelo ministro, é a de que inexistente o crime de aborto na específica situação de interrupção da gravidez de feto anencefalo. Neste caso, o crime deixa de existir se o produto da concepção for um ser sem qualquer possibilidade de sobrevivência. Já a terceira interpretação se exprime no juízo de que a antecipação da retirada do

feto sem cérebro é aborto sim, mas faz analogia com a gravidez gerada pelo estupro que pode ser interrompida para preservar o sentimento da mãe.

Em seguida, votou o ministro Eros Grau, que entendeu ser inadequada a ação proposta. Para Eros Grau, a ação é inepta pois o que a entidade quer é que o Supremo crie, por via oblíqua, nova hipótese de não punibilidade do aborto, ferindo, segundo ele, o princípio da reserva de lei e transformando a Corte em legislador positivo. "O que a autora pretende é lançar mão da ADPF como instrumento de interpretação extensiva de normas do Direito Penal e as excludentes de punibilidade previstas no artigo 128 não admitem a interpretação conforme a Constituição", disse.

Na sequência da votação, o ministro Joaquim Barbosa decidiu em favor da continuidade da ADPF e disse que centenas de mulheres no país vêm sendo molestadas, ou correm o risco potencial de serem molestadas, ameaçadas ou constrangidas por atos do poder público, caso venham a tomar a decisão de interromper a gestação se constatado, por atos médicos, que o feto seja anencefálico. "O risco de lesão a um direito fundamental da mulher me parece evidente", afirmou.

Segundo Barbosa, "estamos diante de uma legislação vetusta", disse referindo-se ao Código Penal. Acentuou que, atualmente, a ciência permite facilmente a constatação de existência de gravidez de feto anencefálico, o que não era o caso na época da promulgação do Código Penal.

Ainda de acordo com o ministro, "milhares de autorizações judiciais de interrupção de gravidez em caso de anencefalia já foram concedidas no país nesses últimos anos, mas para cada autorização concedida várias outras são negadas, criando assim uma insegurança jurídica inadmissível".

Já o ministro Cezar Peluso negou o pedido, ao afirmar que, no caso, não há controvérsia constitucional. Para ele, o caso trata "de pura e simples interpretação do artigo 124 do Código Penal". No fundo, disse Peluso, "o que se trata é de criar mais uma excludente de ilicitude", o que seria tarefa própria do poder Legislativo. "O foro adequado para a questão é do Legislativo, que deve ser o intérprete dos valores culturais da sociedade e decidir quais desses valores podem ser diretrizes determinantes da edição de normas jurídicas", afirmou.

Em breve, mais detalhes sobre a continuidade da votação.

FV, BB/EH

Discussão sobre anencefalia volta ao plenário (cópia em alta resolução)

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 7**Notícias STF**

Quarta-feira, 27 de abril de 2005

Supremo considera cabível ADPF para discussão de interrupção de gravidez de feto anencéfalo

Na retomada do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, os ministros do Supremo Tribunal Federal analisaram, nesta quarta-feira (27/4), o cabimento da ADPF proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS).

Por sete a quatro, os ministros resolveram dar sequência à tramitação do processo no Supremo, para posterior decisão quanto à legalidade da interrupção de gravidez de fetos anencefálicos (ausência de formação cerebral). Votaram a favor os ministros Marco Aurélio (relator), Carlos Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Gilmar Mendes, Celso de Mello, Sepúlveda Pertence e Nelson Jobim (presidente). Negaram seguimento à ação os ministros Eros Grau, Cezar Peluso, Ellen Gracie e Carlos Velloso.

O julgamento recomeçou com o voto do ministro Carlos Ayres Britto, após pedido vista dos autos, no sentido da adequação da ação proposta. Ele seguiu o entendimento do relator, ministro Marco Aurélio, que havia se pronunciado anteriormente pelo cabimento da ADPF.

Também favorável, o ministro Joaquim Barbosa afirmou que "milhares de autorizações judiciais de interrupção de gravidez em caso de anencefalia já foram concedidas no país nesses últimos anos, mas para cada autorização concedida várias outras são negadas, criando assim uma insegurança jurídica inadmissível".

Ao analisar se a ADPF pode ser utilizada como instrumento para questionar a falta de previsão na lei para os casos de interrupção da gestação de feto anencefálico, o ministro Gilmar Mendes considerou que, para a segurança jurídica, o Supremo deveria dar uma interpretação ampla, geral e imediata sobre o tema, para evitar decisões contraditórias em outras instâncias.

Gilmar Mendes argumentou que a própria insegurança jurídica pode ser vista como descumprimento de preceito fundamental. Para ele, o que a CNTS questiona é a necessidade de se respeitar um preceito fundamental da Constituição brasileira, que é o princípio da

dignidade da pessoa humana, da liberdade e do direito à saúde. "A existência ou não da violação de tais preceitos será objeto de exame quando do julgamento de mérito. Mas cabe enfatizar ,nesse ponto, que este requisito legal para a admissibilidade da ADPF me parece completamente cumprido", observou Mendes.

O ministro Celso de Mello votou pelo cabimento da ADPF entendendo que "esse instrumento está vocacionado a viabilizar, numa dimensão estritamente objetiva, a realização jurisdicional de direitos básicos, de valores essenciais e de preceitos fundamentais contemplados no texto da República". Dessa forma, o ministro considerou haver, no caso, plena adequação formal da ação do instrumento utilizado pela confederação.

Também favorável à ADPF, o ministro Sepúlveda Pertence afirmou que, no caso, o que se questiona não é a exclusão de punibilidade que dispõe o Código Penal em relação ao assunto, mas a atipicidade do fato. "Na lógica da petição, não se segue que se queira aditar-lhe uma nova cláusula de exclusão da punibilidade. Ao contrário, se pretende excluir para dar prevalência aos valores constitucionais invocados", afirmou.

Último a votar, o presidente Nelson Jobim também acompanhou o entendimento do relator, ministro Marco Aurélio, e julgou admissível a ADPF. Ele acredita ser fundamental, diante da existência de várias decisões contraditórias em todo o país a respeito do assunto, que o Supremo possa dar ao caso uma solução definitiva.

Ao proclamar o resultado da questão de ordem, o ministro-presidente determinou a devolução dos autos do processo ao relator, para que ele decida sobre o procedimento a ser seguido na instrução processual. Nelson Jobim levantou a hipótese de se aplicar o parágrafo 1º do artigo 6º da Lei 9.882/99 - que dispõe sobre o processo e julgamento de ADPF.

O dispositivo diz que o relator poderá ouvir as partes no processo, requisitar informações adicionais, designar perito para emissão de parecer ou ainda fixar data para declarações, em audiência pública, de pessoas com experiência e autoridade na matéria. Jobim entende ser necessário, para o julgamento de mérito, o esclarecimento, do ponto de vista médico, da situação de um feto anencéfalo.

Votos contrários

Divergindo do relator, o ministro Eros Grau entendeu ser inadequada a ação proposta, pois, segundo ele, a CNTS pede que o Supremo crie, por via oblíqua, nova hipótese de não-punibilidade do aborto, ferindo o princípio da reserva de lei e transformando a Corte em legislador positivo. "O que a autora pretende é lançar mão da ADPF como instrumento de

interpretação extensiva de normas do Direito Penal, e as excludentes de punibilidade previstas no artigo 128 não admitem a interpretação conforme a Constituição", disse.

Da mesma forma, o ministro Cezar Peluso negou o pedido, ao afirmar que, no caso, não há controvérsia constitucional. Para ele, o caso envolve "pura e simples interpretação do artigo 124 do Código Penal". No fundo, disse Peluso, "o que se trata é de criar mais uma excludente de ilicitude", o que seria tarefa própria do Poder Legislativo. "O foro adequado para a questão é do Legislativo, que deve ser o intérprete dos valores culturais da sociedade e decidir quais desses valores podem ser diretrizes determinantes da edição de normas jurídicas", afirmou.

A ministra Ellen Gracie votou pelo não-conhecimento da ADPF. Ela afirmou que, além da necessidade de análise do controle de constitucionalidade, era preciso haver, também, o controle da passionalidade devido ao caráter controverso do tema.

A ministra reconheceu o problema social e a polêmica em torno da autorização legal para a interrupção da gravidez nos casos de anencefalia. No entanto, ressaltou que a intenção da CNTS ao propor a ação seria, através de mecanismos artificiosos, fazer com que o Supremo suprisse a lacuna deixada pelo Congresso Nacional, que não apreciou os projetos sobre aborto que lá tramitam.

"Parece-me profundamente antidemocrático pretender obter, por essa via tão tortuosa da ADPF, manifestação a respeito de um tema que, por ser controverso na sociedade brasileira, ainda não logrou apreciação no Congresso Nacional, inobstante às tantas iniciativas legislativas registradas em ambas as Casas", sustentou a ministra.

Ellen Gracie ressaltou que mesmo nos casos em que o Tribunal julga ações diretas de inconstitucionalidade por omissão, a Corte se reserva a apontar ao legislador as lacunas existentes na lei, "mas não a preenche-las", ponderando que tal intenção poderia acarretar na ruptura de princípios constitucionais como o da separação dos Poderes e repartição de competências entre eles.

Carlos Velloso também defendeu o não-cabimento da ADPF. Para ele, os dispositivos da lei penal utilizados pela confederação constituem direito pré-constitucional. "A pretensão do autor resulta, em última análise, na declaração de inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, de normas infraconstitucionais às normas penais mencionadas anteriores à Constituição vigente", declarou o ministro durante o seu voto. Ele lembrou que a jurisprudência do Supremo, a partir da ADI 02, não admite ação direta de inconstitucionalidade de direito pré-constitucional.

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 8**Notícias STF**

Quarta-feira, 27 de abril de 2005

Relator vai ouvir entidades civis sobre viabilidade da interrupção de gravidez de feto anencefálico

O ministro Marco Aurélio, relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54 afirmou, após a sessão plenária de hoje, que com a admissibilidade da ação pelo Supremo, o próximo passo será debater com a sociedade a possibilidade de interrupção de gravidez nos casos em que o feto não tem formação cerebral (anencefálico).

"Como nós temos no processo o pleito de que haja o reconhecimento da viabilidade da interrupção, talvez seja interessante num contraponto ouvir o segmento contrário. O juiz deve ser acima de tudo uma pessoa bem informada", afirmou o ministro.

Segundo o relator, "é necessário ouvir os diversos segmentos que sejam interessados na matéria e ter-se, não só a taquigrafia do que for comunicado, do que for exposto, como também a juntada de peças (memorais) ao próprio processo".

O ministro Marco Aurélio informou que serão escolhidas entidades da sociedade civil para participar das audiências públicas. Os critérios para a escolha das entidades ainda não foram definidos e nem qual delas será a primeira. O ministro só adiantou que as reuniões deverão ser realizadas no auditório de uma das turmas do Tribunal.

AR/CG

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 9

Notícias STF

Quinta-feira, 21 de agosto de 2008

STF promove audiência pública para ouvir especialistas sobre antecipação de parto por anencefalia

Por iniciativa do ministro Marco Aurélio, relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, em que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) pede a descaracterização, como crime de aborto, da antecipação do parto de fetos anencefálicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizará, nos próximos dias 26 e 28 de agosto e 4 de setembro, audiência pública para debater o tema.

Os artigos 124 e 126 do Código Penal caracterizam como crime o aborto provocado pela gestante, ou com seu consentimento (artigo 124), e por terceiro, sem consentimento da gestante (artigo 126). Já o artigo 128 prevê que não será punido o médico que praticar aborto terapêutico necessário, em casos nos quais não há outro meio para salvar a gestante, e em caso de estupro, com o consentimento da gestante ou, se esta for incapaz, de seu representante legal (artigo 128).

Segundo literatura médica citada pela CNTS, feto anencefálico é aquele de má-formação por defeito do fechamento do tubo neural durante a gestação, que não apresenta os hemisférios cerebrais e o córtex, o que o leva à morte intra-uterina em 65% dos casos, ou a uma sobrevida de, no máximo, algumas horas após o parto.

A CNTS argumenta que a permanência de feto anômalo no útero da mãe é potencialmente perigosa, podendo gerar danos à saúde e à vida da gestante. Alega, também, que “impor à mulher o dever de carregar, por nove meses, um feto que sabe, com plenitude de certeza, não sobreviverá, causa à gestante dor, angústia e frustração, resultando em violência às vertentes da dignidade humana (artigo 5º da Constituição Federal) – a física, a moral e a psicológica – e em cerceio à liberdade e autonomia da vontade, além de colocar em risco a saúde, tal como proclamada pela Organização Mundial da Saúde (o completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença).

Ação no STF

O processo deu entrada no STF em 2004 e foi distribuído ao ministro Marco Aurélio em 17 de junho daquele ano. Em decisão liminar de 1º de julho de 2004, o ministro determinou o sobrestamento de processos ou dos efeitos de decisões judiciais que tenham como alvo a aplicação dos dispositivos do Código Penal mencionados, nas hipóteses de antecipação terapêutica do parto de fetos anencefálicos. Essa decisão foi confirmada pelo Plenário em abril de 2005.

No curso do processo, uma série de entidades pediu para ser nele admitida como *amici curiae* (interessados no processo). Foi o caso, entre outras, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), seguida pela organização não-governamental (ONG) “Católicas pelo Direito de Decidir”, a Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família e uma série de outras. Tiveram o pedido negado pelo ministro-relator, sob o argumento de que “não se enquadra no texto legal evocado pela requerente”.

Ainda em 2004, o então procurador-geral da República, Claudio Fonteles, pronunciou-se contra o pleito da CNTS, e muitas entidades e pessoas da sociedade somaram-se a correntes tanto favoráveis e quanto contrárias ao pleito. Diante disso, o ministro Marco Aurélio tomou a decisão de realizar audiência pública para ouvir as diversas opiniões da sociedade e especialistas sobre o assunto.

As entidades e técnicos convidados a participar da audiência deverão manifestar-se “não só quanto à matéria de fundo, mas também no tocante a conhecimentos específicos a extravasarem os limites do próprio Direito”, segundo informou o ministro-relator. Os especialistas terão 15 minutos, cada, para expor seu ponto de vista e juntar memoriais ao processo. As sessões acontecem no período matutino, a partir das 9h, na Sala de Sessões da Primeira Turma do STF.

Para o dia 26 de agosto estão previstas exposições da CNBB, da Igreja Universal do Reino de Deus, da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, da ONG Católicas pelo Direito de Decidir e da Associação Médico-Espírita do Brasil - AME.

No dia 28, será a vez do Conselho Federal de Medicina (CFM), da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, da Sociedade Brasileira de Medicina Fetal, da Sociedade Brasileira de Genética Clínica, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, do deputado José Aristodemo Pinotti (DEM-SP), especialista em pediatria, ginecologia, cirurgia e obstetrícia e ex-reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde fundou e presidiu o Centro de Pesquisas Materno-Infantis de Campinas (Cemicamp), do deputado federal Luiz Bassuma e da professora Lenise Aparecida Martins Garcia.

Para o dia 4 de setembro estão previstas exposições do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS); da Associação de Desenvolvimento da Família (ADEF); da Escola de Gente e da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

O ministro Marco Aurélio indeferiu pedido do Ministério Público para que fossem ouvidos oito professores sem especificação das respectivas áreas de atuação. Segundo ele, a relação de entidades convidadas “já revela a audição sob os diversos ângulos envolvidos na espécie”.

Leia a íntegra da decisão do ministro, com a convocação da data da audiência pública, bem como o despacho que transfere para 4 de setembro as palestras inicialmente marcadas para o dia 27 de agosto.

FK/LF

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 10**Notícias STF**

Terça-feira, 26 de agosto de 2008

STF ouve especialistas sobre antecipação de parto por anencefalia

Na manhã desta terça-feira (26), a partir das 9h, o Supremo Tribunal Federal (STF) realiza audiência pública para debater a antecipação terapêutica de parto em caso de fetos anencéfalos, tema abordado pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, que tramita na Corte. Diversas entidades e especialistas serão ouvidos nos dias 26 e 28 de agosto, e no dia 4 de setembro, sempre no período da manhã, na Sala de Sessões da Primeira Turma do STF (Anexo 2-B, 3º andar).

As apresentações dos especialistas serão transmitidas ao vivo pela TV Justiça e pela Rádio Justiça, inclusive pela internet. A entrada na Sala de Sessões é aberta ao público, dentro do limite de assentos disponíveis. A ocupação dos lugares será feita por ordem de chegada. Um telão será instalado na Sala de Sessões da Segunda Turma, com transmissão em tempo real para atender as pessoas que não consigam assento na Sala da Primeira Turma.

Não é necessário credenciamento prévio de imprensa, exceto para os jornalistas com notebook, que necessitem usar a rede de internet sem fio (wireless). Nesse caso, o jornalista deve solicitar a senha de acesso junto à Coordenadoria de Imprensa, até as 19h desta segunda-feira, pelo e-mail imprensa@stf.gov.br.

A ADPF 54 foi ajuizada em 2004, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), que recorreu ao STF para que deixasse de ser considerado crime a antecipação do parto em caso de fetos anencéfalos. De acordo com a confederação, além de gerar risco para a mulher, carregar um feto “anômalo”, que ela sabe que não sobreviverá depois do parto, ofende a dignidade humana da mãe, prevista no artigo 5º da Constituição Federal.

Essa será a terceira audiência pública realizada no STF. A primeira discutiu a liberação de pesquisa com células-tronco (ADI 3510) e, a segunda, a importação de pneus usados (ADPF 101).

Confira as entidades participantes da audiência pública:

26 de agosto de 2008 (terça-feira)

1. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

Representante: Padre Luiz Antônio Bento

Currículo: Doutor em Bioética pela Universidade Lateranense e Academia Alfonsiana de Roma, Assessor Nacional da Comissão Episcopal para a Vida e a Família da CNBB, e autor do livro Bioética. Desafios éticos no debate contemporâneo. São Paulo, Paulinas, 2008.

Representante: Dr. Paulo Silveira Martins Leão Junior

Currículo: Procurador do Estado do Rio de Janeiro e Presidente da União dos Juristas Católicos da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Trabalha há anos em temas de bioética e biodireito.

2. Igreja Universal

Representante: Bispo Carlos Macedo de Oliveira

3. Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família

Representante: Dr. Rodolfo Acatauassú Nunes

Currículo: Professor Adjunto do Departamento de Cirurgia Geral da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre e Doutor em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Livre-Docente pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

4. Católicas pelo Direito de Decidir

Representante: Maria José Fontelas Rosado Nunes

Currículo: Socióloga, doutora pela École des Hautes em Sciences Sociales, Paris (1991); Mestra em Ciências Sociais pela PUC/São Paulo (1984) e pela Université Catholique, Louvain – la – Neuve, Bélgica (1986). É Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pesquisadora CNPq e membro dos Conselhos do NEMGE/USP e da Revista de Estudos Feministas, entre vários outros. É autora de artigos e capítulos de livros em obras nacionais e internacionais, algumas das quais receberam prêmios, como o da UNESCO (1995), Jabuti e Casa Grande & Senzala (1998). Seu campo de interesse é o cruzamento das questões de gênero e religião. Fundou e dirige a ONG Católicas pelo Direito de Decidir. Em 2005, foi indicada pela Associação Mil Mulheres pela Paz, juntamente com outras 51 brasileiras, para receber coletivamente o prêmio Nobel da Paz.

5. Associação Médico-Espírita do Brasil – AME

Representante: Marlene Rossi Severino Nobre

Currículo: Médica ginecologista aposentada, especializada em prevenção do câncer; participou de inúmeros seminários e estágios na área médica, inclusive estágios nos Hospitais Broca e Boucicault, em Paris, e curso de formação em Psicoterapia no Instituto de Psiquiatria e Psicoterapia da Infância e Adolescência (PPIA), Dra. Amélia Thereza de Moura Vasconcellos, em São Paulo. Foi Diretora do Posto de Assistência Médica (PAM) do INAMPS, da Várzea do Carmo, em S. Paulo, bem como Chefe do Serviço de Clínicas e Chefe do Serviço de Patologia Clínica desse mesmo PAM. Preside atualmente a Associação Médico-Espírita Internacional (AME-Int), e a Associação Médico-Espírita do Brasil. Tem participado de inúmeros congressos nacionais e internacionais.

28 de agosto de 2008 (quinta-feira)

1. Conselho Federal de Medicina

Representante: DR. ROBERTO LUIZ D'ÁVILA

Currículo: Médico Cardiologista; Coordenador da Câmara sobre Terminalidade da Vida e Cuidados Paliativos; Conselheiro do Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina e do Conselho Federal de Medicina; Ex-Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina; 1º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina; Membro do Grupo de Trabalho do Ministério da Saúde sobre Morte Súbita; Mestre em Neurociências e Comportamento; Professor Adjunto da UFSC; Coordenador da Câmara Técnica de Informática em Saúde; doutorando em Medicina/Bioética pela Universidade do Porto/Portugal.

2. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia

Representante: PROF. DR. JORGE ANDALAF NETO

Currículo: Prof. Titular de Obstetrícia e Ginecologia da Universidade de Santo Amaro. Mestre e Doutor em Obstetrícia pela Unifesp - Escola Paulista de Medicina. Membro da Comissão Nacional de Aborto Previsto em Lei da Febrasgo.

3. Sociedade Brasileira de Medicina Fetal

Representante:

Currículo:

4. Sociedade Brasileira de Genética Clínica

Representante:

Currículo:

5. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Representante: DOUTOR THOMAZ RAFAEL GOLLOP

Currículo:

6. DEPUTADO FEDERAL JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI.

Currículo:

7. DEPUTADO FEDERAL LUIZ BASSUMA

Currículo: Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto

8. PROFESSORA LENISE APARECIDA MARTINS GARCIA

Currículo: Professora titular do Departamento de Biologia Molecular da Universidade de Brasília. Presidente do Movimento Nacional da Cidadania em Defesa da Vida – Brasil Sem Aborto.

9. Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – ANIS

Representante: DÉBORA DINIZ

Currículo: É antropóloga, doutora em Antropologia e pós-doutora em Bioética. Atualmente é professora da Universidade de Brasília e pesquisadora da organização não-governamental Anis – Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero e compõe a diretoria da Associação Internacional de Bioética.

4 de setembro de 2008 (terça-feira)

1. Associação de Desenvolvimento da Família – ADEF

Representante:

Currículo:

2. Escola de Gente

Representante: CLAUDIA WERNECK

Currículo: Jornalista formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com pós-graduação em Comunicação e Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz.

Autora de diversos livros e artigos sobre inclusão, discriminação e diversidade, publicados no Brasil e no exterior. Desde 1992, tem atuado na disseminação do conceito de sociedade inclusiva em diferentes países, com foco na América Latina. Fundadora e superintendente da organização da sociedade civil Escola de Gente – Comunicação em Inclusão, que é membro titular, desde 2005, do Conselho Nacional de Juventude junto à Presidência da República. Integra as redes internacionais de lideranças da área social Avina (Suíça) e Ashoka (EUA).

3. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Representante: DRA LIA ZANOTTA MACHADO

Currículo: Lia Zanotta Machado possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1967), mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1979), doutorado em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade de São Paulo (1980) e pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (1993/1994). Atualmente é professora titular de Antropologia da Universidade de Brasília. Lia Zanotta integra o Conselho Diretor da Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, tendo integrado a Comissão que elaborou o anteprojeto de lei sobre a Revisão da Legislação Punitiva e Restritiva ao Aborto no Brasil.

4. Dra. CINTHIA MACEDO SPECIAN, Título de Especialista em Pediatria, Habilitação em Neurologia Pediátrica, Coordenadora do Serviço de NeoNatologia e da UTI NeoNatal do Hospital S.Francisco, CPF: 772 843 809 34, RG 28 281 589 2, CRM-SP: 69138;

5. Dr. DERNIVAL DA SILVA BRANDÃO, CRM 52 00471.1, Médico com Título de Especialista em Ginecologia e Obstetrícia – TEGO, Curso de especialista em Medicina do Trabalho – PUC – Rio de Janeiro, Membro Titular da Academia Fluminense de Medicina e Presidente da Comissão de Ética e Cidadania da Academia Fluminense de Medicina; e,

6. Dra. ELIZABETH KIPMAN CERQUEIRA

Título de Especialista em Ginecologia e Obstetrícia, Professora Ajunta por 2 anos na Faculdade de Ciência Médicas da Santa Casa de São Paulo, Secretária de Saúde do Município de Jacareí por 4 anos, Co-fundadora do Hospital e Maternidade São Francisco de Assis em Jacareí onde foi Diretora Clínica por 6 anos, Gerente de Qualidade do Hospital São Francisco,

Diretora do Centro Interdisciplinar de Estudos Bioéticos do Hospital São Francisco, CPF: 422 080 098 00, RG 2 561 108, CRM-SP: 14 064.

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 11**Notícias STF**

Terça-feira, 26 de agosto de 2008

Advogado que ajuizou a ADPF 54 ressalta princípio da dignidade da pessoa humana

“Qualquer sofrimento inútil e inevitável viola o princípio da dignidade da pessoa humana”. A afirmação é do advogado que ajuizou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54 no Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso.

Em entrevista concedida antes do início da audiência pública que discute a antecipação terapêutica de parto em caso de fetos anencéfalos, Barroso esclareceu que a ação não visa debater o aborto, e sim saber se o Estado tem o poder de obrigar uma mulher a manter a gestação do filho que ela não vai ter e, portanto, se é possível o Estado causar este sofrimento involuntário. O advogado defende que “o parto de um anencéfalo vai de uma maternidade para um cemitério” e que tal sofrimento poderia ser dispensável.

GS/EH

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 12**Notícias STF**

Terça-feira, 26 de agosto de 2008

ONG “Católicas pelo Direito de Decidir” defende o direito de interrupção da gravidez em caso de anencefalia

A professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e doutora em Sociologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris Maria José Fontelas Rosado Nunes, que falou como presidente da Católicas pelo Direito de Decidir, organização não-governamental (ONG) de que é fundadora, defendeu o direito da mulher de interromper a gravidez em casos de comprovada anencefalia.

Durante sua exposição na audiência pública promovida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para debater a possibilidade de interrupção da gravidez nesses casos, ela ressaltou que, apesar de ser pesquisadora, estava participando do debate "como católica feminista, mulher e cidadã brasileira". Ela lembrou que o Estado brasileiro é um Estado laico, que propicia liberdade de expressão para todas as igrejas e correlatas e, igualmente, para todos os demais cidadãos, mesmo que não filiados a alguma religião. Dentro desse princípio, sustentou, não se pode impor a moral religiosa, transformando-a em políticas públicas.

Entretanto, observou, a pressão religiosa de mais de 400 anos, sobretudo da Igreja Católica, ainda permeia a legislação brasileira. Tanto assim é que, neste Estado dito laico, a legislação peca num princípio fundamental que é o direito de isonomia e, também, no de autodeterminação da mulher quanto a sua gravidez. Isto porque à mulher é dado o direito de manter uma gravidez de feto anencefálico, se assim o desejar, mas não o de interrompê-la.

Segundo Maria José, nos últimos anos, 15 mil mulheres brasileiras tiveram que percorrer “uma peregrinação judicial dolorosa” para ter respeitado o seu direito de interromper uma gravidez anencefálica. E isso, segundo ela, “é um desrespeito à mulher”.

Ela disse que, eticamente, a maioria da população brasileira apóia a interrupção da gravidez, em caso de comprovada anencefalia. Até mesmo porque não oferecer à mulher essa oportunidade “é tratá-la como coisa”. “O que se quer é igual direito para Severina (a que decide interromper a gestação) e Cacilda (a que decide levar a gestação até o fim)”, afirmou, defendendo o direito da mulher de recorrer à própria consciência, que, como lembrou, é um recurso dos fiéis que vem de séculos.

Ela disse, também, que modificar a legislação para permitir a interrupção da gravidez no caso de anencefalia é uma questão de justiça social, pois com isso também as mulheres pobres, que não têm recursos para apelar à Justiça para fazer valer o seu direito de autodeterminação, poderão fazê-lo. Segundo Maria José, trata-se de “um elemento básico da justiça social, atendendo as mulheres pobres que dependem de autorização judicial”.

Ela terminou sua exposição lendo carta de uma mulher de Teresópolis (RJ) ao Supremo Tribunal Federal, em que faz um apelo para que os ministros decidam pela legalidade da interrupção da gravidez em caso de comprovada anencefalia, quando do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, em curso no STF, que trata do tema.

Na carta, a mulher relata que tem uma filha deficiente, com hidrocefalia, cuja gravidez levou até o fim porque ela iria viver. Em seguida, porém, ao engravidar novamente, teve a notícia de que se tratava de um caso de anencefalia, de um feto que não iria viver. Recorreu à Justiça para interromper o parto, mas teve negado esse direito em primeira instância. O Ministério Público apelou, então, à segunda instância. Mas esta arquivou o processo por falta de objeto após o parto e a morte do bebê.

“Viver uma gravidez sem esperança é acordar e dormir no desespero”, afirma a mulher na carta, apelando aos ministros do STF para levar isso em consideração, quando do julgamento da ADPF 54. “Nunca vou esquecer do caixão com a filha que me obrigaram a enterrar”, conclui ela em sua carta ao STF. “Não escolhemos essa tragédia, mas gostaríamos de ter o direito de não prolongá-la”.

FK/EH

Notícia 13**Notícias STF**

Quinta-feira, 28 de agosto de 2008

Geneticista diz que a anencefalia é “algo extremamente freqüente”

O médico geneticista Salmo Raskin falou durante a audiência pública em nome da Sociedade Brasileira de Genética Clínica, da qual é presidente. Ele fez uma exposição técnica sobre como acontece a anencefalia e afirmou que esta é a maior causa de má formação congênita no primeiro trimestre de gestação. Além disso, disse que a cada três horas no Brasil nasce uma criança anencefálica. “Estamos falando de algo extremamente freqüente”, afirmou o médico.

Ele explicou que a fortificação com o ácido fólico não reduz 100% dos casos de anencefalia, mas reduz de 10% a 40% dos casos. Os Estados Unidos alcançou a redução de 19% e o Chile o maior índice, que é de 42%. No entanto, a eficiência da substância precisa ser feita antes do fechamento do chamado tubo neural e quando a gestante descobre que está grávida e não utilizou o ácido, não adianta mais utilizar.

“No Brasil isso é muito comum, nós atendemos todos os dias gestantes que descobrem que estão grávidas, vão ao obstetra marcar consulta e então descobre que não adianta mais usar o ácido fólico”.

Raskin falou que a anencefalia tem prevalência maior em fetos do sexo feminino e pode estar associada a mais de 20 síndromes genéticas. Ele disse que já presenciou casos em que o feto sofre convulsões até a hora da morte. “O tecido neural fica exposto, hemorrágico e fibrótico. Há uma degeneração dos neurônios e a morte acontece dentro de horas ou dias”.

Doação de órgãos

De acordo com o geneticista, os bebês que nascem sem cérebro não podem e não devem ser doadores de órgãos. Não podem porque eles, geralmente, morrem muito rápido e não dá tempo, pois o transplante em recém nascidos não é feito antes do sétimo dia de vida. E, segundo ele, mesmo que dê pra retirar os órgãos, eles estarão comprometidos.

“Manter a vida do anencéfalo artificialmente para retirar os órgãos é questionável eticamente”, afirmou.

Por fim, o médico disse que o risco de um casal que teve um feto anencefálico vir a ter outras gestações semelhantes é de 25 a 50 vezes maior comparado com casais que nunca tiveram fetos anencefálicos. “Então, não é impossível nem improvável que uma gestante tenha uma gestação de um feto anencefálico, pela legislação atual não possa interromper essa gestação, e numa próxima gestação, a mesma coisa venha a acontecer.”

Debate

O autor da ADPF 54, advogado Luis Roberto Barroso pediu ao especialista para reafirmar a impossibilidade de doação de órgãos de um feto anencefálico e perguntou qual a posição atual da medicina quanto à doação. Ele respondeu que a doação não pode ser feita porque os fetos são portadores de múltiplas má formações, sem falar naquelas que não podem ser detectadas. Além disso, os órgãos são menores e não podem ser aproveitados para o transplante.

CM/LF

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 14**Notícias STF**

Quinta-feira, 28 de agosto de 2008

Especialista diz que anencefalia pode ser diagnosticada com 100% de segurança

O médico Everton Neves Pettersen, da Sociedade Brasileira de Medicina Fetal, disse nesta quinta-feira (28) que existe, hoje, capacidade técnica para diagnosticar a anencefalia com 100% de segurança, já no primeiro trimestre de gestação, mais precisamente a partir da 8ª semana.

Ele observou que essa segurança técnica foi alcançada nos anos de 1995-1996, com o advento da ultra-sonografia em três dimensões (3D) e com a padronização de normas sobre o assunto. “Basta termos a imagem do feto, um corte transverso no pólo cefálico, e teremos a imagem ultra-sonográfica bem clássica da formação correta do desenvolvimento do sistema nervoso central”, afirmou.

“Se temos dúvida, podemos usar de alta tecnologia dentro da ciência, como a ressonância magnética”, afirmou. “Podemos mostrar claramente o desenvolvimento do feto, o desenvolvimento de toda a calota craniana e do encéfalo deste feto, e podemos ver a total ausência da formação do encéfalo e da formação da calota craniana”.

“E, se ainda não estamos satisfeitos, podemos usar a ressonância com reconstrução em 3D”, prosseguiu. “Com subtração da imagem, podemos ver claramente a formação de todo o encéfalo. Então, temos recursos para o diagnóstico de certeza da anencefalia. Mas temos que ter cuidados na interpretação da imagem”.

O médico dividiu em duas partes a sua exposição, na audiência pública promovida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para debater a antecipação de parto do feto encefálico – em exame no Tribunal, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54 -. Inicialmente, abordou a formação do embrião e do cérebro e, em seguida, a questão do diagnóstico da anencefalia.

Embriologia

Everton Neves Pettersen explicou que o cérebro, a coluna e o canal medular são derivados do tubo neural, que faz parte da formação do sistema nervoso central, e se formam

precocemente, durante a vida embrionária, por volta do 12º ao 42º dia após a fecundação. Portanto, a partir de então, o feto já terá o sistema nervoso central formado.

Na ultra-sonografia esse embrião mede aproximadamente 1 a 2 milímetros. Nesse estágio, segundo o médico, ainda seria impossível fazer a investigação da anencefalia. Mas, segundo ele, já por volta da 8ª semana de gestação, é possível diagnosticar a anencefalia, desde que se tenha um completo conhecimento da embriologia e, obviamente, um bom aparelho de ultra-som.

“Como conhecemos o encéfalo, ele é formado pelos hemisférios cerebrais, pelo cerebelo e pelo tronco cerebral”, observou. “Então, o termo anencefalia é fácil de entender. Seria, então, a não-formação completa do encéfalo. Ou seja, para o diagnóstico de anencefalia, precisamos ter ausência dos hemisférios cerebrais, do cerebelo e um tronco cerebral rudimentar”.

“É claro que, durante esta formação, não tendo (o embrião) a cobertura da calota craniana, também vai fazer parte do diagnóstico a ausência parcial ou total do crânio”, prosseguiu. “É o defeito do tubo neural mais freqüente”.

Ele informou que a incidência da anencefalia na população mundial situa-se na faixa de um (01) a cada mil (1.000) nascimentos, mas que, em São Paulo, este número tem sido um pouco superior, de 100 casos em 600 mil.

Ele admitiu que a medicina ainda não conseguiu definir exatamente as causas da anencefalia, mas pode entender duas formas de anencefalia. “Uma delas ocorreria por uma falta de migração do tecido neuronal para sua posição adequada ao correto desenvolvimento. Então, precocemente, já não teremos a formação de nenhuma das vesículas”.

O outro defeito é a falta de fechamento (do crânio), ou seja: houve a migração do tecido neuronal, mas não houve a sua proteção formada pelo crânio. Dessa forma, o tecido cerebral ficaria exposto ao líquido amniótico e, como sabemos, o tecido cerebral é extremamente frágil e, com uma seqüência da evolução, ele teria a sua degeneração ao longo da gestação”.

Compreensão do diagnóstico

O médico recordou que, na década de 70, os equipamentos de ultra-som não ofereciam segurança para o diagnóstico da anencefalia. Já na década de 80, com a evolução da ultra-sonografia, com os aparelhos de alta definição, era possível fazer o diagnóstico clássico da patologia no segundo trimestre de gestação. A imagem que se obtinha era a assemelhada a um

Mickey ou de cara de sapo, por causa da falta da calota craniana, com projeção dos globos oculares.

Recentemente, porém, com a reconstrução das imagens em três dimensões (3 D) em tempo real, passou-se a ter uma imagem bastante fidedigna, segundo ele. Graças a essa aparelhagem, observou, a reconstrução é fácil de ser entendida pela pessoa mais leiga. Por outro lado, a medicina especializada foi aprendendo a respeito da evolução dos casos e da embriologia.

“No primeiro trimestre de gestação, nós precisamos tomar cuidado porque, se for do segundo tipo de malformação – aquela que não forma o crânio, inicialmente, para proteção -, nós podemos ter a falsa idéia de que o feto está completamente formado no primeiro trimestre de gestação”, observou Everton Pettersen.

Caso Marcela de Jesus

O médico disse que o caso de Marcela de Jesus, amplamente noticiado na imprensa, que seria um caso de anencefalia com longa sobrevivência, é um “caso clássico de falsa idéia de anencéfalo”. À base da imagem tomada em uma tomografia, ele mostrou que Marcela apresenta região do cerebelo, tronco cerebral e um pedacinho do lóbulo temporal, que faz parte dos hemisférios cerebrais. “Então, isso não é diagnóstico de anencefalia”, afirmou.

Segundo Everton Petersen, no entanto, essa confusão é compreensível, porque a imagem é semelhante à de um anencéfalo, pois também apresenta aspecto de sapo com olhos exuberantes. “São bastante parecidos, mas são diversos em termos de patologia”, afirmou. Ele disse que tais erros de diagnóstico são compreensíveis por se tratar de uma patologia rara e a classe médica ter pouco acesso a casos semelhantes.

No fim de sua exposição, o médico Everton Pettersen defendeu a realização da antecipação de partos em casos de anencefalia. “Nós consideramos o feto anencéfalo um natimorto neurológico”, observou. “Porque, do ponto de vista técnico, ele não tem sequer o desenvolvimento do sistema nervoso central. Por isso, disse, “seria uma tortura psicológica” obrigar a mãe levar até o fim a gestação de um feto que nascerá morto.

FK/LF

Notícia 15**Notícias STF**

Quinta-feira, 28 de agosto de 2008

Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero defende parto antecipado em caso de anencefalia

A pós-doutora em bioética e professora da Universidade de Brasília (UnB) Débora Diniz, representando o Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS), defendeu, nesta quinta-feira, no Supremo Tribunal Federal (STF), o direito da mulher de antecipar o parto em caso de gravidez anencefálica. Nesse sentido, ela fez um apelo aos ministros do STF para que dêem provimento à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, que descaracteriza esse parto antecipado como crime de aborto e está em tramitação no Tribunal.

Durante audiência pública promovida pelo STF para debater o tema, a professora, antropóloga de formação, classificou como "tortura" a obrigatoriedade de a mulher levar até o fim uma gestação de feto anencefálico. "A tortura não está no acaso de uma gravidez de um feto com anencefalia, mas no dever de se manter grávida para enterrar o filho após o parto", afirmou.

Experiência da tortura

Débora Diniz intitulou a segunda parte de sua exposição como "experiência da tortura" para definir o que sentem as mulheres que querem ter o seu direito de abreviar o sofrimento de uma gravidez anencefálica, ao recorrer aos hospitais ou à Justiça.

Ela disse que essas mulheres nunca utilizam o conceito de aborto (ato ilegal) para essa escolha. "O conceito de antecipação do parto é um retrato antropológico de como as mulheres grávidas de fetos com anencefalia descrevem o procedimento médico", afirmou. "Nenhuma delas o descreve como aborto. O diagnóstico de anencefalia lança uma situação ética inesperada. E elas querem descrevê-la em termos acolhedores para suas próprias vidas, e não em nome de dogmas religiosos ou verdades absolutas, distantes de suas realidades".

Isto porque, segundo ela, o conceito de "antecipação" permite não apenas sigilo jurídico, ético e moral, mas conforta as mulheres em sua dor e seu luto".

Direito de escolha

Ao defender o direito de escolha da mulher, Débora Diniz sustentou que “cuidar seriamente do caráter implacável (da anencefalia) pressupõe liberdade de escolha. A ADPF não as obriga. Cada uma deverá ser protegida em suas escolhas (levar ou não a gestação até o fim). Hoje, infelizmente, a gestação de feto com anencefalia não é escolha, mas um dever – de prolongar o luto, transformar sofrimento involuntário em experiência mística, dever de uma espera sem qualquer sentido”.

Ela disse, também, que não há confusão entre anencefalia e outras má formações. “Não é deficiência”, insistiu. “Não há crianças com anencefalia no mundo. ADPF 54 só diz respeito à anencefalia, não a outro caso de malformação. Não há risco de renascimento de eugenia entre nós. Vivemos em um Estado democrático, que reconhece e protege as liberdades individuais, a diversidade, e protege a vulnerabilidade. Não há confusão médica, a anencefalia é letal em todos os casos”.

Ainda segundo a professora da UnB, a decisão pela antecipação do parto deve ser entendida como matéria de ética privada, portanto, uma escolha a ser protegida pela Justiça, particularmente pelo STF, e que o conteúdo dessa decisão deve ser delegado a cada mulher. “Mas, na ausência de proteção jurídica, as mulheres são alvo de tortura das instituições”, observou. “Severina – personagem de um filme que teve gravidez anencefálica e foi impedida de antecipar o parto – recebeu o diagnóstico de anencefalia aos três meses de gestação. A liminar do STF (dada em 2004 pelo relator da ADPF 54, ministro Marco Aurélio, e posteriormente cassada pelo Plenário do STF) foi cassada na mesma tarde em que ela estava internada. Voltou para casa e, durante quase 4 meses, peregrinou por tribunais e hospitais, à procura de autorização”. E, no fim, teve um bebê morto.

“Severina descreve seu sofrimento como ato de tortura do Estado contra ela”, afirma Débora, reportando-se ao filme. “Sua dor foi ignorada por quem tem o dever de protegê-la”. Ela relatou que, em muitos casos, há uma “luta desesperada contra os tribunais” para que a gravidez não atinja 20 semanas de gestação ou que o feto chegue ao peso de 500 gramas. Isto porque, a partir deste peso, ele tem que ser enterrado e ter atestado de óbito. “Essa é uma experiência das mais dilacerantes”, afirmou.

Abortos no Brasil

Questionada, durante os debates que se seguiriam a sua exposição, sobre qual o índice de abortos ilegais praticados no Brasil, a professora Débora Diniz disse que levantamentos feitos pelo Ministério da Saúde ao longo dos últimos 20 anos mostram que 3,7% das mulheres em idade reprodutiva, ou uma entre as mulheres com idade entre 15 e 49 anos, já realizou pelo menos um aborto.

Em relação a quantas mulheres se beneficiaram da liminar do ministro Marco Aurélio, durante os meses em que ela esteve em vigor, ela disse que a entidade por ela representada encontrou 58, em menos de 15 dias de busca em hospitais públicos, e gravou a história de todas elas.

FK/LF

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 16**Notícias STF**

Quinta-feira, 04 de setembro de 2008

Ministro da Saúde é favorável à antecipação do parto de anencéfalos

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, defendeu na manhã desta quinta-feira (4) durante audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) que a escolha de ter ou não um bebê sem cérebro (anencéfalo) pertence à mãe.

Ele explicou que a anencefalia é uma má formação incompatível com a vida fora do útero e que um feto com anencefalia não sobrevive ao parto. Essa é “uma certeza médica e científica atestada pela Organização Mundial de Saúde”, afirmou.

Temporão apóia a ação (ADPF 54) que visa a garantia do direito de escolha da mulher grávida sobre a antecipação do parto nesses casos. “O Ministério da Saúde defende essa garantia fundamentado, entre outras razões, na dolorosa experiência de manejo de situações em que mães são obrigadas a levar sua gestação a termo mesmo sabendo que o feto não sobreviverá após o parto”, sustenta.

Segundo o ministro, a definição de morte é a morte cerebral e esta condição autoriza a retirada de órgãos para transplantes mesmo que o coração continue batendo. Ele fez uma analogia com o bebê anencéfalo, considerado um natimorto cerebral.

A partir dessas informações, o ministro defendeu que a decisão sobre o momento do parto seja da mulher. Explicou que o Sistema Único de Saúde (SUS) é capaz de dar um diagnóstico seguro sobre anencefalia e que está preparado para acompanhar todas as fases com a gestante, desde o momento em que é informada sobre o problema até a orientação para procurar o Judiciário, fazer o enterro do natimorto ou como planejar uma nova gestação.

Ao final, o ministro falou que a tarefa de trabalhar por uma sociedade composta por brasileiros saudáveis física e mentalmente requer, no início desse terceiro milênio, sustentar a defesa da saúde como um processo que promove a civilidade. “Esta, absolutamente dependente do processo democrático e quase todos os países democráticos do mundo autorizam a antecipação do parto em caso de anencefalia.”

Esclarecimentos

O advogado Luis Roberto Barroso, autor da ADPF 54, questionou ao ministro Temporão se ele confirma que o diagnóstico é absolutamente seguro, que a anencefalia é letal em 100% dos casos e que a gravidez tem maior risco para a mãe. As respostas do ministro foram todas afirmativas.

CM/MG

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 17**Notícias STF**

Terça-feira, 16 de setembro de 2008

Chega ao fim audiência pública sobre interrupção de gravidez por anencefalia

Foram quatro dias de argumentos, opiniões, palestras e dados científicos. De um lado, defensores do direito das mulheres de decidir sobre prosseguir ou não com a gravidez de bebês anencéfalos. Do outro, aqueles que acreditam ser a vida intocável, mesmo no caso de feto sem cérebro.

Na audiência pública proposta pelo relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, ministro Marco Aurélio, foram ouvidos representantes de 25 diferentes instituições, ministros de Estado e cientistas, entre outros.

Eles expuseram suas posições na tentativa de trazer clareza ao tema, que será votado pelos onze ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Esta foi a terceira audiência pública promovida na história da Corte. As duas anteriores foram sobre pesquisa em células-tronco embrionárias e sobre importação de pneus usados.

Considerações Finais

O advogado Luis Roberto Barroso, que propôs a ADPF 54 em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, disse que foram quatro sessões longas e extremamente proveitosas e agradeceu às diferentes entidades religiosas, científicas, médicas e da sociedade civil que participaram do debate. Em nome da Confederação, Barroso destacou o privilégio de ter compartilhado essas sessões com “pessoas de grande qualificação técnica e moral”.

Ao final, ele fez suas considerações sobre o debate realizado e destacou que o diagnóstico é feito com 100% de certeza e é irreversível, além de dizer que a rede pública de saúde tem plenas condições de fazer o diagnóstico assim como realizar o procedimento médico adequado. Disse ainda que a anencefalia é letal em 100% dos casos, sendo que 50% morrem durante a gravidez.

Em sua opinião, prosseguir com a gravidez traz risco para a saúde da mulher e lembrou que não é possível transplantar órgãos de anencéfalos, além de afirmar que a interrupção deve ser tratada como antecipação terapêutica do parto e não aborto. Por fim,

disse que a anencefalia não se confunde com deficiência, pois não há crianças ou adultos com anencefalia.

Ministério Público

O representante do Ministério Público, o subprocurador-geral da República Mário Gisi, destacou que depois da criação da TV Justiça a realização de audiências públicas foi o segundo grande passo dado pelo Supremo Tribunal Federal para aproximar o Judiciário da sociedade.

Para ele, essas quatro sessões demonstraram o quão necessário é ouvir diversos segmentos, e a Corte, por mais sábia que seja, não teria condições de coletar tantos dados e tantas diferentes posições trazidas pelos especialistas.

Ministro Marco Aurélio

Ao encerrar o debate, o relator da ação, ministro Marco Aurélio registrou que a audiência pública foi “norteada pela espontaneidade e pela liberdade em seu sentido maior”. Avisou que tudo o que foi falado durante os debates será integrado ao processo com DVDs que serão encaminhados aos ministros do Supremo.

Ele agradeceu a todos os participantes da audiência e disse que com os elementos apresentados irá confeccionar o relatório e voto e pedir dia para julgamento da ação. “Sem elementos não há julgamento, não se julga”, afirmou.

Após o término da audiência pública, o ministro concedeu entrevista a jornalistas e confirmou a previsão de julgamento estimada para o mês de novembro deste ano, mas advertiu: “há quem diga que eu sou otimista em excesso quanto à agilização da máquina judiciária”. Ele disse que o processo esteve parado por quatro anos com a finalidade de aguardar um momento propício para a realização da audiência pública.

Marco Aurélio fez um balanço da audiência ao declarar que esta foi a que contou com a apresentação de mais esclarecimentos, o que vai permitir que a Corte conclua o processo com mais segurança e que atenda aos interesses da sociedade em geral. E quanto à previsão da decisão, o ministro assegurou que o STF visará a preservação da saúde física e psíquica da mulher.

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 18**Notícias STF**

Quinta-feira, 26 de fevereiro de 2009

Ministra Cármen Lúcia recebe memorial da CNBB contra antecipação do parto de anencéfalos

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia Antunes Rocha recebeu em audiência na tarde desta quinta-feira (26) representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para tratar da ação que discute a constitucionalidade da antecipação do parto terapêutico de fetos anencéfalos.

Antes do encontro com a ministra, o padre Luiz Antônio Bento, assessor da Comissão Vida e Família da CNBB, conversou com a imprensa. Acompanhado da doutora Lenise Garcia, professora do instituto de biologia da UnB, ele revelou que o interesse da Conferência é conseguir conversar com todos os ministros da Corte, para entregar um memorial com os argumentos da entidade a favor da vida humana e contra o que ele chama de “assassinato”.

A Corte está para julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, que discute o tema. Em setembro de 2008, a pedido do ministro Marco Aurélio, relator do processo, foi realizada audiência pública no STF, para que especialistas pudessem apresentar argumentos e fatos para ajudar os ministros a decidir a questão.

Vida

De acordo com o padre, o feto anencéfalo é um ser humano e deve ser respeitado como tal. “Se ele está respirando, ele tem vida”, disse o religioso, que lembrou o caso da menina mineira que nasceu em 2006 e, mesmo anencéfala, sobreviveu por um ano e oito meses. Conforme o padre, diversos cientistas comprovam que ela sofria de anencefalia – doença caracterizada pela ausência de parte do encéfalo e também da calota craniana.

Sobre a previsão dos cientistas de que crianças que sofrem dessa doença têm uma expectativa mínima de vida, “não significa que ela deva ser assassinada antes do tempo”, salientou. Ele citou como exemplo o caso de doentes terminais que se encontram em fases avançadas da doença, que segundo o padre, estão também caminhando para seu fim. “Mas

isso não significa que agora vamos assassinar todos os pacientes terminais”, arrematou o padre.

As políticas públicas devem ser voltadas para apoiar a mãe e o filho com o problema, com suporte médico e psicológico, disse o religioso, e não resolver o problema arrancando dela a criança, concluiu o padre Luiz Bento a caminho do encontro com a ministra Cármen Lúcia, a primeira a atender o pedido de audiência da CNBB.

MB/LF

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 19**Notícias STF**

Quarta-feira, 01 de julho de 2009

STF lamenta falecimento do deputado federal e médico José Aristodemo Pinotti

O Supremo Tribunal Federal manifesta profundo pesar ante a perda do Dr. José Aristodemo Pinotti, insígne brasileiro, cujo exemplo e obra ultrapassam as fronteiras nacionais.

Médico consagrado, mestre e pesquisador de renome, escritor dos mais produtivos, homem público de escol, Dr. Pinotti deixa legado de conquistas, sobretudo em prol da educação e da saúde pública. O Brasil inteiro de pé aplaude, agradece e reverencia filho de tão alta envergadura, de quem guardará indelével memória de honradez, descortino e benemerência.

Ministro Gilmar Mendes

Presidente do Supremo Tribunal Federal

Audiência Pública

No STF, José Aristodemo Pinotti participou de duas audiências públicas. Na primeira, que tratava da antecipação de parto de fetos anencéfalos (ADPF 54), contribuiu com sua experiência profissional na área de Ginecologia, sua especialidade médica.

No início deste ano, enviou memoriais à Presidência da Corte, na condição de especialista, para melhor subsidiar o julgamento de ações que tramitam no STF sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) - tema que foi discutido em audiência pública realizada no final de abril e início de maio últimos.

Em sua participação, em 28 de agosto de 2008, da audiência pública que discutiu a interrupção da gravidez de fetos com malformação cerebral, Pinotti defendeu que os fetos com anencefalia, não têm potencialidade de vida. Segundo ele, “a anencefalia é uma patologia letal em 100% dos casos”.

“O que se quer é simplesmente garantir a dignidade da pessoa humana, permitindo que a mulher escolha levar ou não esse tipo de gravidez até o fim, sempre de uma maneira

bastante informada”, ponderou o parlamentar na época. Para ele, a antecipação do parto de fetos anencéfalos não é aborto. “Aborto é a interrupção de uma potencialidade de vida, e um feto anencéfalo não tem potencialidade de vida.”, ressaltou.

Pinotti também ponderou que a gravidez de feto anencéfalo é de “altíssimo risco” e que muitas mulheres são compelidas a fazer abortos na ilegalidade por não suportarem prolongar o sofrimento por nove meses. Segundo ele, as estimativas são de que sejam realizados no Brasil cerca de 1,5 milhão de abortos clandestinos no país.

O deputado federal e médico ginecologista José Aristodemo Pinotti, falecido nesta madrugada em São Paulo, estava licenciado da Câmara dos Deputados, pois assumiu a Secretaria Especial da Mulher da Prefeitura paulista. Ele tinha 74 anos e lutava contra um câncer no pulmão.

Também era professor e chefe do Departamento de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). Nos anos 80, foi reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e secretário de estado da Educação.

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 20**Notícias STF**

Segunda-feira, 06 de julho de 2009

Parecer da PGR é favorável à antecipação terapêutica do parto em caso de anencefalia

Chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), nesta segunda-feira (6), parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) a favor da constitucionalidade da interrupção voluntária da gravidez no caso de anencefalia fetal. A matéria é discutida na Corte por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, relatada pelo ministro Marco Aurélio.

A procuradora-geral da República Deborah Duprat, que assina o documento, revela seu entendimento no sentido de que se a doença for diagnosticada por médico habilitado, deve ser reconhecido à gestante o direito de se submeter a esse procedimento, sem a necessidade de prévia autorização judicial.

Direito fundamental

A proibição de antecipar a gravidez de fetos com anencefalia vai contra o direito à liberdade, à privacidade e à autonomia reprodutiva, além de ferir o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito à saúde, salienta a procuradora. Para ela, a antecipação terapêutica do parto não reflete uma violação do direito à vida. A interrupção desse tipo de gravidez é direito fundamental da gestante, além de não lesar o bem jurídico tutelado pelos artigos 124 a 128 do Código Penal, no caso, a vida potencial do feto, conclui Deborah Duprat.

“A antecipação terapêutica do parto na anencefalia constitui exercício de direito fundamental da gestante. A escolha sobre o que fazer, nesta difícil situação, tem de competir à gestante, que deve julgar de acordo com os seus valores e a sua consciência, e não ao Estado. A este, cabe apenas garantir os meios materiais necessários para que a vontade livre da mulher possa ser cumprida, num ou noutro sentido”, revela a procuradora-geral.

Diagnóstico seguro

Ao tipificar o aborto, o Código Penal excluiu a sanção criminal nas hipóteses de gestação que enseje risco de vida para a gestante, e de gravidez resultante de estupro (art. 128 do CP). “O legislador do passado não contemplou a hipótese de interrupção da gravidez decorrente de grave anomalia fetal impeditiva de vida extrauterina porque não podia adivinhar que futuros avanços tecnológicos possibilitassem um diagnóstico seguro em tais casos.

O parecer sugere que o STF dê interpretação conforme a Constituição Federal aos artigos 124, 126, caput, e 128, I e II, do Código Penal, para declarar que tais dispositivos não criminalizam ou não impedem a interrupção voluntária da gravidez em caso de anencefalia fetal.

MB/LF

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 21**Notícias STF**

Sexta-feira, 29 de janeiro de 2010

Anencefalia, anistia, união homoafetiva e quilombos estão entre os temas previstos para julgamento no 1º semestre

Com a abertura do Ano Judiciário, em 1º de fevereiro, começa a expectativa para o julgamento de ações que envolvem uma série de temas de grande repercussão social. Questões como o direito previdenciário no contexto da união entre pessoas do mesmo sexo e a interrupção da gravidez para os casos de anencefalia do feto devem entrar na pauta de julgamentos do STF ainda neste primeiro semestre.

Com a previsão da aposentadoria compulsória do ministro Eros Grau, em agosto deste ano, quando completa 70 anos, os processos que estão sob a relatoria dele devem ser privilegiados na pauta, como é o caso da ação sobre a Lei de Anistia.

Confira abaixo os temas relevantes que podem ser julgados pelo Supremo ainda neste primeiro semestre:

Trancamento de pauta na Câmara

Um dos processos que pode ter o julgamento retomado já neste primeiro semestre é o Mandado de Segurança (MS 27931) em que os líderes partidários do PPS (Partido Popular Socialista), Fernando Coruja, do Democratas (DEM), Ronaldo Caiado e do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), José Aníbal, contestam ato do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Tal ato permite que mesmo com a pauta de votações da Câmara trancada por medidas provisórias pendentes de apreciação, outras matérias sejam votadas em plenário, como

Propostas de Emenda Constitucional (PEC), Projetos de Lei Complementar (PLC), Projetos de Resolução (PR) e Projetos de Decreto Legislativo (PDL).

O julgamento foi interrompido em dezembro do ano passado devido a um pedido de vista da ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha. O relator da matéria, ministro Celso de Mello, foi o único a votar até agora e considerou legítima a interpretação do presidente da Câmara ao dispositivo constitucional (Artigo 62, parágrafo 6º). Após o voto do relator contrário ao mandado de segurança, a ministra Cármen Lúcia pediu vista.

Câmara Legislativa

E a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4362, que trata da autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal para processar o governador também deverá ser julgada ainda neste primeiro semestre.

A ação foi ajuizada pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, contra o inciso XXIII do artigo 60 da Lei Orgânica do DF. O dispositivo só autoriza a abertura de ação contra o governador após o voto favorável de dois terços dos deputados distritais.

A ação está sob relatoria do ministro Dias Toffoli que, em dezembro do ano passado, decidiu levar o caso para julgamento de mérito pelo Plenário. O ministro aplicou ao processo o rito abreviado para análise de ADIs, previsto no artigo 12 da Lei 9.868/99 (Lei das ADIs).

GEAP

Outro julgamento que pode ser retomado também neste início de ano é o convênio de prestação de serviços de saúde da GEAP (Fundação de Seguridade Social) com outros órgãos e entidades da administração pública não participantes de sua gestão. A questão está em discussão no Supremo no Mandado de Segurança (MS 25855), em que a Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social contesta decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que proibiu a celebração de tais convênios.

O Plenário do Supremo terá de decidir se a GEAP é pessoa jurídica de direito privado; se os negócios jurídicos celebrados entre a fundação e os órgãos da administração pública que não lhe patrocinam têm natureza jurídica de contrato ou convênio, e se a GEAP pode prestar serviços de assistência à saúde aos servidores de órgãos e entidades, que não de seus patrocinadores, sem procedimento licitatório.

O julgamento será retomado com o voto-vista do ministro Ricardo Lewandowski. O ministro Carlos Ayres Britto (relator) votou anteriormente pela legalidade dos convênios e a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, contra a legalidade. Sobre o mesmo tema serão julgados os mandados de segurança 25919, 25934, 25928, 25922, 25901, 25891, 25866 e 25942.

Poder de investigação do MP

Até que ponto vai o poder de investigação do Ministério Público? A questão está em debate no Supremo Tribunal Federal e deverá ser decidida pelo Plenário, no julgamento do Habeas Corpus (HC) 84548, impetrado pela defesa de Sérgio Gomes da Silva, conhecido como "Sombra", acusado de ser o mandante do assassinato do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Dois ministros se pronunciaram sobre o tema até agora. O relator, ministro Marco Aurélio, considera que o MP não tem competência para realizar investigação. Já o ministro aposentado Sepúlveda Pertence votou no sentido contrário, entendendo que o MP tem como atribuição, também, realizar investigações. O julgamento deverá ser retomado com o voto-vista do ministro Cezar Peluso.

Lei de Anistia

A discussão sobre a questão de anistia para crimes políticos durante o regime militar sempre foi polêmica no Brasil. Mesmo após 30 anos de sua sanção, completados no ano passado, a constitucionalidade da Lei de Anistia está sendo questionada no Supremo.

A questão se apresenta na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153), em que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contesta o artigo primeiro da lei. A OAB defende uma interpretação mais clara do dispositivo relativo ao perdão dos crimes conexos “de qualquer natureza” quando relacionados aos crimes políticos ou praticados por motivação política.

Segundo a entidade, a lei “estende a anistia a classes absolutamente indefinidas de crime”, como aos autores de crimes comuns praticados por agentes públicos acusados de homicídio, desaparecimento forçado, abuso de autoridade, lesões corporais, estupro e atentado violento ao pudor contra opositores ao regime político da época. A ação está sob a relatoria do ministro Eros Grau.

Cartórios

A questão da realização de concursos públicos para serviços notariais e de registro também deve ser julgada pelo STF na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 14, ajuizada na Corte pela Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg).

A entidade pede que seja declarada a constitucionalidade do artigo 16 da Lei 8.935/94, com a redação alterada pela Lei 10.506/02. Com isso, pede a suspensão de todos os concursos públicos para remoção nos serviços notariais e de registro, que não atendam à determinação da nova redação do dispositivo. A ministra Ellen Gracie é a relatora da matéria.

Anencefalia

Um dos temas mais polêmicos em tramitação na Suprema Corte também deverá entrar em discussão no plenário: a possibilidade de interrupção da gravidez de fetos anencéfalos (sem cérebro). O caso será analisado na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, de relatoria do ministro Marco Aurélio.

A ação foi ajuizada em 2004 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS). A entidade quer a descriminalização da antecipação do parto em caso de gravidez de feto anencéfalo. A CNTS alega ofensa à dignidade humana da mãe, prevista no artigo 5º da Constituição Federal, o fato de ela ser obrigada a carregar no ventre um feto que ela sabe que não sobreviverá depois do parto.

Contudo a questão é bastante controversa e foi tema de audiência pública em 2008 com representantes do governo, de especialistas e entidades religiosas e da sociedade civil.

Quilombos

Um tema que afeta diretamente cerca de três mil comunidades formadas por pessoas remanescentes de quilombos no Brasil também pode ser debatido pelo Plenário do STF neste 1º semestre. Trata-se da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, em que o antigo Partido da Frente Liberal (PFL) e atual Democratas (DEM) contesta o Decreto 4.887/03, que regulamenta dispositivo constitucional sobre a ocupação de terras de quilombolas (artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT). Segundo o partido político, o decreto que trata da propriedade dos remanescentes das

comunidades de quilombos invade esfera reservada à lei e disciplina procedimentos que implicarão aumento de despesa. O relator da matéria é o ministro Cezar Peluso.

União homoafetiva

A discussão sobre o reconhecimento ou não dos direitos previdenciários para parceiros do mesmo sexo que vivem uma união homoafetiva também pode ser decidida pelo STF neste primeiro semestre. A questão será analisada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, proposta pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, em março de 2008.

O governador fluminense pede que o Supremo aplique o regime jurídico das uniões estáveis, previsto no artigo 1.723 do Código Civil, às uniões homoafetivas de funcionários públicos civis em todo o país. Sustenta Sérgio Cabral que os casais homossexuais devem ter os mesmos direitos que os casais heterossexuais em relação a dispositivos do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro. Tais dispositivos tratam de concessão de licença, previdência e assistência (incisos II e V do artigo 19 e artigo 33 do Decreto-Lei 220/75).

AR/LF//AM

* Acompanhe também o dia a dia do STF na página oficial no Twitter (twitter.com/stf_oficial)

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 22**Notícias STF**

Domingo, 13 de junho de 2010

Votos e decisões do ministro Marco Aurélio entraram para a história do STF e do Brasil

Marcante ao divergir da maioria e apresentar seus votos, o ministro Marco Aurélio já relatou processos importantes e polêmicos que entraram para a história do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Brasil.

Convicto da sua característica discordante, o ministro sustenta seus posicionamentos e não se importa de muitas vezes defender sozinho determinada tese em plenário.

Alguns de seus votos, inclusive, foram reunidos no livro *Vencedor e Vencido*, publicado pela Editora Forense em 2006. De acordo com o autor do prefácio, o advogado e amigo Sérgio Bermudes, os votos reunidos na publicação “são pedaços de uma judicatura luminosa de um juiz que a história dirá marcante porque, não importa se vencedor ou vencido, exerceu, destemidamente, a função de julgar, conforme seus princípios, a sua ciência e a sua fé”.

Anencefalia

Um dos principais julgamentos que têm o ministro como relator é a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, na qual se discute a possibilidade de interrupção da gravidez de fetos anencéfalos (sem cérebro).

A pedido da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), em 2004, o ministro Marco Aurélio concedeu liminar para autorizar a antecipação do parto de fetos anencéfalos por gestantes que assim decidissem, quando a deformidade fosse identificada por meio de laudo médico.

Para Marco Aurélio, “diante de uma deformação irreversível do feto, há de se lançar mão dos avanços médicos tecnológicos, postos à disposição da humanidade não para simples inserção, no dia-a-dia, de sentimentos mórbidos, mas, justamente, para fazê-los cessar”.

Pouco mais de três meses depois, o Plenário do STF decidiu, por maioria de votos, cassar a liminar concedida pelo relator. A questão é bastante controversa e foi tema de audiência pública em 2008 com representantes do governo, de especialistas e entidades religiosas e da sociedade civil. A análise do caso será retomada com a apresentação do voto do ministro Marco Aurélio sobre o mérito da questão, seguida da votação pelo Plenário.

Divergências

Em outros casos importantes que passaram pela Corte, o ministro também não se privou de divergir quando convencido de que o posicionamento a ser tomado deveria ser outro. No caso do julgamento da reserva indígena Raposa Serra do Sol, após longo debate, a maioria dos ministros da Corte decidiu pela demarcação da reserva de forma contínua a ser ocupada pelos índios e pela retirada dos não índios do local.

O julgamento da Petição 3388 foi finalizado em março do ano passado e apenas o ministro Marco Aurélio votou pela total procedência da ação. Ele dava razão ao senador Augusto Botelho que, ao ajuizar o pedido no Supremo, pedia a anulação da demarcação da reserva. A leitura de seu voto durou mais de seis horas e além de apontar correções que deveriam ser feitas no processo, votou pela anulação do decreto de demarcação.

Também em outros julgamentos marcantes na Corte, o ministro sustentou seu posicionamento contrário ao da maioria. Alguns exemplos:

ADPF 130 – o Plenário considerou a Lei de Imprensa incompatível com a Constituição Federal. O ministro Marco Aurélio foi o único a votar pela improcedência da ação e afirmou

na ocasião: “A não ser que eu esteja a viver em outro Brasil, não posso dizer que a nossa imprensa hoje é uma imprensa cerceada. Temos uma imprensa livre”.

ADIs 3999 e 4086 – O Plenário decidiu pela constitucionalidade da resolução que disciplina a perda do mandato por infidelidade partidária. O ministro ponderou que, ao reconhecer a inércia do Congresso sobre o tema, o TSE arrogou-se da competência do Supremo Tribunal Federal (STF), a quem, exclusivamente, compete julgar Mandado de Injunção (MI) - ação cabível para suprir lacunas na regulamentação de dispositivos constitucionais resultantes da inércia do Congresso.

Extradição 1085 – o Plenário decidiu pela extradição do italiano Cesare Battisti e o ministro Marco Aurélio foi um dos votos vencidos. A tese do ministro foi de que os crimes imputados ao italiano já teriam prescrito e concluiu seu voto afirmando: “É crime político, e não podemos incluir na Carta da República exceção nela não contemplada, afetando a vida da pessoa. Entendo prescrita a persecução executória. O Supremo não pode adentrar o campo dedicado ao presidente da República para que proceda desta ou daquela forma, na política internacional”.

ADC 12 – O ministro também foi dissidente no julgamento de liminar na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 12, que vedou a prática de nepotismo. Segundo o ministro, o Conselho Nacional de Justiça não tem poder normativo e não poderia substituir-se ao Congresso Nacional. “O CNJ, ao editar a Resolução, o fez totalmente à margem das atribuições previstas na Constituição Federal, e não vejo possibilidade de se deferir uma liminar que acaba potencializando a Resolução do próprio Conselho”, justificou. No entanto, fez questão de ressaltar seu posicionamento contrário ao nepotismo ao afirmar que o entendimento é unânime no STF. “O Supremo fala a uma só voz que o nepotismo é algo que conflita com ares democráticos e republicanos, considerada a Constituição Federal”, declarou o ministro.

Decisões como presidente

Enquanto presidente, o ministro também tomou decisões polêmicas. No processo de extradição da cantora mexicana Glória Trevi, que se tornou um dos mais célebres, Marco Aurélio concedeu um dos diversos habeas corpus analisados pela Corte e permitiu que ela

fosse transferida da prisão para um hospital. Depois, permitiu que ela cumprisse prisão domiciliar em um convento. Posteriormente, a cantora, acusada em seu país de rapto e corrupção de menores, voltou à prisão por ordem do ministro Carlos Velloso, que revogou a liminar do ministro Marco Aurélio, e logo depois Glória Trevi foi extraditada.

Salário para filhos de estupro

Em outra ocasião, o Plenário julgou inconstitucional uma lei que instituía o pagamento de um salário mínimo mensal para crianças geradas a partir de estupro. O então presidente ficou vencido ao sustentar que não havia conflito entre a lei estadual e a Constituição, uma vez que esta previa a competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção à infância e à juventude. “A lei revela avanço na responsabilidade do estado referente à segurança pública que deve assegurar”, disse na ocasião.

Membro da Corte há 20 anos, o ministro Marco Aurélio ainda irá proferir muitos votos que certamente entrarão para a história do Supremo. Ele completará 70 anos em 2016, quando terá de se aposentar compulsoriamente do cargo.

CM/EH

Notícia 23**Notícias STF**

Quarta-feira, 09 de março de 2011

Rádio Justiça traz especial sobre processo que definirá a possibilidade de interrupção da gravidez em anencefalia do feto**Jornal da Justiça traz especial sobre processo que definirá sobre aborto de feto anencéfalo**

O processo que definirá sobre a interrupção da gestação de fetos anencéfalos já pode ser levado para análise em plenário no Supremo Tribunal Federal. O ministro Marco Aurélio concluiu seu voto e liberou o processo para julgamento. O tema é considerado um dos mais polêmicos em tramitação na Suprema Corte. Os fetos anencéfalos têm má-formação grave do cérebro e apresentam grandes chances de morrer ainda na barriga da mãe. Hoje, o Código Penal brasileiro só autoriza o aborto em casos de estupro ou quando a gravidez põe em risco a vida da mãe. Acompanhe no Jornal da Justiça um especial sobre a discussão iniciada em 2004, quando a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 54) foi ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, que defende a descriminalização da antecipação do parto em caso de gravidez de feto anencéfalo. Confira também: Santa Catarina terá leilão de veículos apreendidos, seguindo recomendação do Conselho Nacional de Justiça. A iniciativa evitará que os produtos percam valor de mercado, uma vez que não ficarão perecendo em depósitos e pátios da polícia. Já no Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma decide que vistoria de compras após o pagamento, muito comum em algumas grandes redes, não é conduta abusiva. Jornal da Justiça, nesta quinta-feira (10), a partir das 6h.

Justiça na Manhã fala sobre concurso público

A suspensão de concursos públicos federais e de futuras nomeações acirrou ânimos e provocou debates. Muitos questionam o tempo e o investimento feitos até então para que o candidato tivesse a chance de conquistar uma vaga. Mas os que mais questionaram foram aqueles aprovados em concursos públicos, que aguardavam a nomeação, e descobriram que a

vaga deixou de existir. Alguns sustentam que há direito a indenização, moral e material. Confira nesta edição as razões para isso e também como fica a situação das pessoas que participaram de concurso cujos editais não foram cumpridos. Justiça na Manhã, nesta quinta-feira (10), a partir das 8h.

Justiça na Tarde destaca legislações que tratam da revista íntima

A Câmara dos Deputados aprovou em votação simbólica uma lei que proíbe a revista íntima de mulheres em empresas e órgãos públicos. O texto aprovado permite as revistas em presídios, se realizadas por funcionárias. A multa de R\$ 20 mil pelo descumprimento da lei será revertida aos órgãos de proteção dos direitos da mulher. Além disso, a Constituição indica que o ato é impróprio, uma vez ser inviolável a intimidade e a honra das pessoas. Também a legislação trabalhista tem artigo sobre o tema. Confira no Justiça na Tarde, nesta quinta-feira (10), a partir das 17h.

Justiça em Cena: direito de resposta é tema da radionovela “O remendo e o soneto”

Belisário fez uma música para Belinha, sua namorada. Mas não era bem uma homenagem. A composição chamava a moça de mão-de-vaca. E para completar, a canção foi apresentada em um programa de rádio. Por conta disso, uma amiga lhe deu uma ideia. Elisa sugeriu a Verinha que também criasse uma canção, para ser tocada na emissora, em nome do direito de resposta. Confira como terminará essa história na trama de “O remendo e o soneto”, a radionovela da Rádio Justiça, com apresentação em diversos horários.

Rádio Justiça

Emissoras interessadas podem receber boletins diários produzidos pela Radioagência Justiça. Basta um cadastro no site. São jornais com as principais notícias do Judiciário transmitidos diariamente.

A Rádio Justiça é sintonizada em 104,7 MHz, no Distrito Federal, pelo satélite ou pelo site www.radiojustica.jus.br.

Fonte: Rádio Justiça

Notícia 24**Notícias STF**

Terça-feira, 03 de abril de 2012

Plenário julga ADPF sobre anencefalia em sessão extraordinária na quarta-feira (11)

Na quarta-feira da próxima semana (11), os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) iniciam o julgamento de um dos temas de grande repercussão nacional que tramitam na Corte – a possibilidade legal de antecipação terapêutica de parto nos casos em que os fetos apresentem anencefalia. Para isso, será realizada sessão extraordinária, a partir das 9 horas. O julgamento prossegue no período da tarde.

O Plenário da Corte irá analisar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, ajuizada no Supremo em 2004 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS). A entidade defende a descriminalização da antecipação do parto em caso de gravidez de feto anencéfalo. A CNTS alega ofensa à dignidade humana da mãe o fato de ela ser obrigada a carregar no ventre um feto que não sobreviverá depois do parto.

Ainda em 2004, o ministro Marco Aurélio (relator) concedeu liminar para autorizar a antecipação do parto, nesses casos, para gestantes que assim decidissem, quando a deformidade fosse identificada por meio de laudo médico. À época, o ministro Marco Aurélio afirmou que, “diante de uma deformação irreversível do feto, há de se lançar mão dos avanços médicos tecnológicos, postos à disposição da humanidade não para simples inserção, no dia-a-dia, de sentimentos mórbidos, mas, justamente, para fazê-los cessar”.

Pouco mais de três meses depois, o Plenário do STF decidiu, por maioria de votos, cassar a liminar concedida pelo relator. A discussão, bastante controversa, foi tema de audiência pública no STF, conduzida pelo ministro Marco Aurélio, em 2008, ocasião em que estiveram presentes representantes do governo, especialistas em genética, entidades religiosas e da sociedade civil. Foram ouvidas 25 diferentes instituições, além de ministros de Estado e cientistas, entre outros, cujos argumentos servem de subsídio para a análise do caso por parte dos ministros do STF.

A análise do mérito da ação será iniciada com a apresentação de relatório sobre o caso, pelo relator, seguida da manifestação na tribuna do advogado da CNTS, do voto do relator e, por fim, do voto dos demais ministros.

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 25**Notícias STF**

Quarta-feira, 11 de abril de 2012

CNTS diz que mulher “é plena no seu direito de escolher”

Ao se manifestar em plenário nesta quarta-feira (11), o advogado da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), Luís Roberto Barroso, lembrou que a mulher atravessou gerações em busca de igualdade e reconhecimento de seus direitos fundamentais. “O direito de não ser propriedade do marido, o direito de se educar, o direito de votar e ser votada e, hoje, perante este Tribunal, estão em jogo os seus direitos reprodutivos”, ressaltou.

Em seu discurso no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, o advogado ressaltou o pedido da ação, no sentido de que a mulher tenha o direito de interromper a gestação se este for o seu desejo. “Levar ou não essa gestação a termo tem que ser escolha da mulher”, disse.

Luís Roberto Barroso defendeu a tese de que a interrupção da gestação nesse caso não é aborto e, portanto, constitui um fato atípico, fora do Código Penal. “Países modernos não criminalizam a interrupção da gestação”. Ele citou exemplos do Canadá, Estados Unidos, França, Alemanha, Reino Unido, Espanha, Portugal, Holanda, Japão e Rússia. “A criminalização é um fenômeno do subdesenvolvimento. Estamos atrasados e com pressa.”

Barroso citou quatro fundamentos que motivaram a formalização da ADPF ao Supremo. Além de defender a tese de que a interrupção da gestação nesse caso não é aborto

e, portanto, constitui um fato atípico, fora do previsto no Código Penal, mencionou, ainda, o princípio da dignidade da pessoa humana e a violação aos direitos reprodutivos da mulher.

Ao final, lembrou que este será um dia para não se esquecer, caso o Supremo reconheça e proclame que a mulher tem o direito de interromper a gestação, no caso de feto inviável, em nome dos seus direitos reprodutivos. “Será o marco zero de uma nova era para a condição feminina no Brasil”, concluiu.

JC/EH

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 26**Notícias STF**

Quarta-feira, 11 de abril de 2012

PGR: decisão sobre antecipação do parto cabe à mulher

Durante sua manifestação no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, defendeu que a própria gestante tenha autonomia para decidir sobre a antecipação do parto nos casos de fetos anencéfalos. Na opinião de Gurgel, nessa questão extremamente delicada, cabe à mulher decidir com sua própria consciência sobre a interrupção da gravidez, e essa decisão não pode ser proibida ou criminalizada pelo Estado.

“A antecipação terapêutica do parto na anencefalia constitui exercício de direito fundamental da gestante. Com isso, não se está afirmando que as mulheres devem ser obrigadas a interromper a gestação nesta hipótese, o que seria uma terrível violência para aquelas que, em decisão livre, preferissem levar sua gravidez até o final. O que se está sustentando é que a escolha sobre o que fazer, nessa difícil situação, tem de competir à gestante, que deve julgar de acordo com os seus valores e a sua consciência, e não ao Estado. A este cabe apenas garantir os meios materiais necessários para que a vontade da mulher possa ser cumprida, num ou noutro sentido”, sustentou.

Dois pareceres

Ao firmar esse posicionamento, o procurador-geral ratificou o parecer assinado anteriormente (2009) pela vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat, que defendeu a total procedência da ADPF 54. Em sentido contrário, houve também um parecer assinado, em 2004, pelo então chefe do Ministério Público, Claudio Fonteles.

De acordo com Gurgel, sua opinião no julgamento de hoje foi formada a partir do exame cuidadoso do volumoso material reunido nos dois sentidos propostos e, acima de tudo, baseada em muita reflexão.

“Essa convicção se lastreia na conjugação de fundamentos científicos e fundamentos jurídicos, notadamente constitucionais”, afirmou.

Dados científicos

Ao destacar dados científicos tratados no próprio pedido inicial da ADPF 54, o procurador-geral ressaltou que cerca de 65% dos fetos anencéfalos morrem no período intrauterino. Aqueles que chegam até o final da gestação, sobrevivem apenas algumas horas ou minutos após o parto.

Gurgel ainda destacou que depois de diagnosticada a anencefalia não há nada que a ciência médica possa fazer para salvar o feto e que a continuação da gravidez é potencialmente perigosa, colocando em risco a vida da gestante. Também ressaltou que esse julgamento não pressupõe o debate acerca do aborto e de sua criminalização no Brasil, pois a hipótese tratada é mais simples, na medida em que a antecipação do parto situa-se no campo da medicina, quando não há qualquer possibilidade de vida extrauterina.

Conduta atípica

Ao defender a descriminalização da antecipação do parto de anencéfalos, o procurador-geral destacou que a prática “não lesa os bens jurídicos tutelados pelos artigos 124 a 128 do Código Penal”. Isso porque o bem jurídico protegido pelas normas que tipificam o aborto é a vida do feto. E, na interrupção de gravidez de feto anencefálico, não é a ação da gestante ou de profissionais da saúde que impede o seu nascimento com vida.

“O anencéfalo é um natimorto cerebral e, portanto, o tipo não se caracteriza”, destacou Gurgel ao defender a procedência integral da ADPF 54.

CM/EH

Notícia 27**Notícias STF**

Quarta-feira, 11 de abril de 2012

Direto do Plenário: Relator vota pela possibilidade de interrupção de gravidez de feto anencéfalo

O relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, ministro Marco Aurélio, votou pela procedência da ação apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS). O ministro considerou "inconstitucional a interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de feto anencéfalo é conduta tipificada nos artigos 124, 126, 128, incisos I e II, do Código Penal brasileiro".

Em instantes, mais detalhes.

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 28**Notícias STF**

Quarta-feira, 11 de abril de 2012

Ministros Rosa Weber e Joaquim Barbosa seguem o relator e julgam procedente a ADPF 54

A ministra Rosa Weber acompanhou o voto do relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, ministro Marco Aurélio, também defendendo a exclusão da interrupção ou antecipação do parto de feto anencéfalo do rol dos crimes contra a vida, conforme previsto nos artigos 124 e 126 do Código Penal (CP). Por isso, julgou procedente a ação, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS).

Logo após o voto da ministra, votou no mesmo sentido o ministro Joaquim Barbosa, ao pedir a juntada, com algumas modificações, do voto por ele elaborado sobre esta matéria na análise do Habeas Corpus (HC) 84025.

Liberdade da gestante

Em seu voto, a ministra Rosa Weber sustentou que, para o direito, o que está em jogo, no caso, não é o direito do feto anencefálico à vida, já que, de acordo com o conceito de vida do Conselho Federal de Medicina (CFM), jamais terá condições de desenvolver uma vida com a capacidade psíquica, física e afetiva inata ao ser humano, pois não terá atividade cerebral que o qualifique como tal. O que está em jogo, portanto, segundo ela, é o direito da mãe de escolher se ela quer levar adiante uma gestação cujo fruto nascerá morto ou morrerá em curto espaço de tempo após o parto, sem desenvolver qualquer atividade cerebral, física, psíquica ou afetiva, própria do ser humano.

Embora, em seu voto, a ministra sustentasse a relatividade dos conceitos da ciência sobre o que é vida e sobre a aplicabilidade dos conceitos e paradigmas da ciência às demais áreas da vida humana, em virtude de sua mutabilidade, ela se reportou, em seu voto, à Resolução nº 1480/97 do Conselho Federal de Medicina, que estabeleceu como parâmetro para diagnosticar a morte de uma pessoa a ausência de atividade motora em virtude da morte cerebral, isto é, a certeza de que o indivíduo não apresentará mais capacidade cerebral. Este

é, segundo a ministra, “um critério claro, seguro e garantido” que pode ser aplicado, por analogia, ao feto anencefálico.

“A gestante deve ficar livre para optar sobre o futuro de sua gestação do feto anencéfalo”, sustentou a ministra Rosa Weber. “Todos os caminhos, a meu juízo, conduzem à preservação da autonomia da gestante para escolher sobre a interrupção da gestação de fetos anencéfalos”, sustentou ainda a ministra.

“A postura contrária, a meu juízo, não se mostra sustentável, em nenhuma dessas perspectivas e à luz dos princípios maiores dos direitos, como o da dignidade da pessoa humana, consagrada em nossa Carta Maior, no seu artigo 1º, inciso III”, afirmou ela.

“Diante do exposto, voto pela procedência da presente ação, para dar interpretação conforme aos artigos 124 e 126 do Código Penal, excluindo, por incompatível com a nossa Lei Maior, a interpretação que entende a interrupção ou antecipação do parto, em caso de anencefalia comprovada, como crime de aborto”, concluiu a ministra.

FK/AD

Notícia 29**Notícias STF**

Quarta-feira, 11 de abril de 2012

Para ministra Cármen Lúcia, interrupção da gravidez de fetos anencéfalos não configura crime

A ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha se uniu aos votos dos ministros que a antecederam, pela procedência do pedido feito na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, que teve o julgamento iniciado na tarde desta quarta-feira (11), pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF). Em seu voto, a ministra manifestou-se favorável quanto à possibilidade de interrupção da gravidez de fetos anencéfalos.

Segundo a ministra, todos – tanto as contribuições dadas durante a audiência pública realizada sobre o tema, bem como os ministros da Corte – estão preocupados com o direito à vida e à dignidade da pessoa humana, “com a visão que cada um tem de mundo e da própria vida”. Ela avaliou que essa situação reflete o momento democrático brasileiro, “de pluralidade e de respeito absoluto pelas opiniões contrárias, o qual precisa ser dito exatamente na perspectiva constitucional”.

A ministra frisou que o Supremo não está decidindo nem permitindo a introdução do aborto no Brasil, menos ainda a possibilidade de aborto em virtude de qualquer deformação. Para ela, essa é uma questão posta à sociedade e o STF está tratando, fundamentalmente, de saber qual interpretação que deve ser dada aos dispositivos do Código Penal no sentido de se considerar crime ou não a interrupção de gravidez de feto anencéfalo.

“Estamos discutindo o direito à vida, à liberdade e à responsabilidade”, ressaltou Cármen Lúcia. “Estamos deliberando sobre a possibilidade jurídica de uma pessoa ou de um médico ajudar uma mulher que esteja grávida de um feto anencéfalo, a fim de ter a liberdade de fazer a escolha sobre qual é o melhor caminho a ser seguido, quer continuando quer não continuando com essa gravidez”, explicou.

Dignidade da vida

O voto da ministra Cármen Lúcia foi fundamentado no direito à dignidade da vida e no direito à saúde. “Todas as opções, mesmo essa interrupção, são de dor. A escolha é qual a

menor dor, não é de não doer porque a dor do viver já aconteceu, a dor do morrer também”, disse a ministra, destacando que, para ela, a interrupção da gravidez de fetos anencéfalos não é criminalizável para que seja preservada a dignidade da vida “que é o que a Constituição assegura como o princípio fundamental do constitucionalismo contemporâneo”.

Ela lembrou, ainda, que “o pai também sofre barbaramente” e precisa ser levado em consideração na sua dignidade, assim como toda a família. Por essa razão, a ministra salientou que quando se fala em dignidade, todos estão envolvidos: a mãe, o pai e os irmãos mais velhos, os quais têm expectativas no nascimento do bebê.

Sociedade democrática

“Não há bem jurídico a ser tutelado como sobrevalor pela norma penal que possa justificar a impossibilidade total de a mulher fazer a escolha sobre a interrupção da gravidez, até porque talvez a maior indicação de fragilidade humana seja o medo e a vergonha”, ressaltou a ministra Cármen Lúcia. De acordo com ela, a mulher que não pode interromper a gravidez de feto anencéfalo “tem medo do que vai acontecer, medo físico, psíquico e de vir a ser punida penalmente por uma conduta que ela venha a adotar”.

A ministra frisou que nada fragiliza mais o ser humano do que o medo e a vergonha. Segundo ela, em um das cartas enviadas aos ministros, uma mulher contou que durante cinco meses de gravidez, após ter descoberto a anencefalia do seu feto, não saía mais de casa porque em toda fila, até mesmo na do banco, perguntavam quando o bebê ia nascer, qual o nome da criança e o que a mãe pensava para o filho, mas ela não podia responder. “Portanto, ela passou cinco meses dentro de casa se escondendo por vergonha de não ter escolhas numa sociedade que se diz democrática, com possibilidade de garantir liberdade para todos”, observou a ministra.

“Considero que na democracia a vida impõe respeito. Neste caso, o feto não tem perspectiva de vida e, de toda sorte, há outras vidas que dependem, exatamente, da decisão que possa ser tomada livremente por esta família [mãe, pai] no sentido de garantir a continuidade livre de uma vida digna”, concluiu a ministra Cármen Lúcia.

EC/AD

Notícia 30**Notícias STF**

Quarta-feira, 11 de abril de 2012

Ministro Luiz Fux vota para autorizar interrupção da gravidez de fetos anencéfalos

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux foi o quarto a votar na sessão Plenária desta quarta-feira (11) a favor da possibilidade da interrupção da gravidez de fetos anencéfalos. “Impedir a interrupção da gravidez sob ameaça penal efetivamente equivale a uma tortura, vedada pela Constituição Federal”, disse.

A questão está sendo debatida na Corte no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 54) ajuizada em 2004 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS). O objetivo da entidade é que seja declarada inconstitucional qualquer interpretação do Código Penal no sentido de criminalizar a antecipação terapêutica do parto de fetos anencéfalos.

Com base em inúmeros estudos e dados científicos, o ministro Luiz Fux afirmou ser possível chegar a “três conclusões lastimáveis” sobre a gestação de anencéfalos: que a expectativa de vida deles fora do útero é absolutamente efêmera, que o diagnóstico de anencefalia pode ser feito com razoável índice de precisão e que as perspectivas de cura da deficiência na formação do tubo neural são absolutamente inexistentes nos dias de hoje.

Diante dessas conclusões, o ministro ressaltou a importância de se proteger a saúde física e psíquica da gestante, dois componentes da dignidade humana da mulher. Ele desafiou a possibilidade de qualquer pessoa comprovar, à luz do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, que é justo relegar a gestante de um feto anencéfalo aos “bancos de um tribunal de júri” para responder penalmente por aborto. “Por que punir essa mulher que já padece de uma tragédia humana?”, questionou.

Para Luiz Fux, esse intuito punitivo que não só não se coaduna com a sociedade moderna, como está desconectado “da necessidade de se reservar para o direito penal apenas aquelas situações realmente aviltantes para a vida em comunidade”. O ministro enquadrou a interrupção da gravidez de fetos anencefálicos como matéria de saúde pública que aflige, em sua maioria, mulheres de menor poder aquisitivo, sendo, portanto, uma questão a ser tratada como política de assistência social.

Segundo ele, é importante dar à gestante “todo apoio necessário em uma situação tão lastimável” e não punir com uma repressão penal destituída de qualquer fundamento razoável. “(Esta hipótese) seria, no meu modo de ver, o punir pelo punir, como se o direito penal fosse a panaceia de todos os problemas sociais.”

No início de seu voto, que durou cerca de uma hora, o ministro Luiz Fux registrou a definição de anencefalia dada pelo *National Institute of Neurological Disorders and Stroke* (NINDS), entidade norte-americana. O NINDS define a malformação como um defeito do tubo neural do feto, assim, crianças com essa disfunção nascem sem a porção anterior do cérebro e a área responsável pelo pensamento e pela coordenação.

O ministro disse que a parte remanescente do cérebro dessas crianças fica exposta e, em geral, os bebês anencéfalos são cegos, surdos, inconscientes e incapazes de sentir dor. Ele registrou ainda que, apesar de alguns deles viverem minutos, a falta de um cérebro em funcionamento permanente descarta completamente a possibilidade de qualquer ganho de consciência. “Se o infante não é natimorto, falece horas após o nascimento”, disse.

O ministro Luiz Fux também destacou que não discutiria em seu voto qual a vida mais importante: se a da mulher ou a do feto. “Não me sinto confortável para fazer essa ponderação”, disse. Ele explicou que o debate é alvo de “significativo dissenso moral” e que, por isso mesmo, impõe uma postura “minimalista do Judiciário”, adstrita à questão da criminalização ou não da interrupção da gravidez de fetos anencéfalos. “No meu modo de ver, seria extremamente prematuro que o STF buscasse solucionar, como se legislador fosse, todas as premissas de um intenso debate que apenas se inicia na nossa sociedade, fruto do pluralismo que a caracteriza”, ponderou.

RR/AD

Notícia 31**Notícias STF**

Quarta-feira, 11 de abril de 2012

Interrupção de gestação de anencéfalos: ministro Lewandowski abre divergência

Sexto a votar no julgamento, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, o ministro Ricardo Lewandowski divergiu do relator, ministro Marco Aurélio, e votou pela improcedência do pedido formulado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) de que o STF fixe entendimento para que a antecipação terapêutica de feto anencefálico não configure crime. Com sua manifestação, o julgamento conta com cinco votos pela procedência da ADPF e um contra, até o momento.

Usurpação de poderes

O voto do ministro Lewandowski seguiu duas linhas de raciocínio. Na primeira, ele destacou os limites objetivos do controle de constitucionalidade das leis e da chamada interpretação conforme a Constituição, com base na independência e harmonia entre os Poderes. “O STF, à semelhança das demais cortes constitucionais, só pode exercer o papel de legislador negativo, cabendo a função de extirpar do ordenamento jurídico as normas incompatíveis com a Constituição”, afirmou. Mesmo este papel, segundo seu voto, deve ser exercido com “cerimoniosa parcimônia”, diante do risco de usurpação de poderes atribuídos constitucionalmente aos integrantes do Congresso Nacional. “Não é dado aos integrantes do Judiciário, que carecem da unção legitimadora do voto popular, promover inovações no ordenamento normativo como se fossem parlamentares eleitos”, ressaltou.

Nesse aspecto, o ministro observou que o Congresso Nacional, “se assim o desejasse”, poderia ter alterado a legislação para incluir os anencéfalos nos casos em que o aborto não é criminalizado, mas até hoje não o fez. O tema, assinalou, é extremamente controvertido, e ambos os lados defendem suas posições com base na dignidade da pessoa humana. “Nosso parlamento se encontra profundamente dividido, refletindo, aliás, a abissal cisão da própria sociedade brasileira em torno da matéria”, disse, acrescentando que pelo menos dois projetos de lei sobre o tema tramitam desde 2004 sem que se tenha chegado a consenso.

Ampliação das possibilidades

O segundo ponto enfatizado pelo ministro Lewandowski foi a possibilidade de que uma decisão favorável ao aborto de fetos anencéfalos torne lícita a interrupção da gestação de embriões com diversas outras patologias que resultem em pouca ou nenhuma perspectiva de vida extrauterina. Citando dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas, Lewandowski ressaltou que existem dezenas de patologias fetais em que as chances de sobrevivência são nulas ou muito pequenas – como acardia (ausência de coração), agenésia renal, hipoplasia pulmonar, atrofia muscular espinhal e outras.

Para o ministro, uma decisão judicial isentando de sanção o aborto de fetos portadores de anencefalia, “ao arrepio da legislação penal vigente”, além de “discutível do ponto de vista ético, jurídico e científico”, abriria a possibilidade de interrupção da gestação de inúmeros outros casos. “Sem lei devidamente aprovada pelo parlamento, que regule o tema com minúcias, precedida de amplo debate público, provavelmente retrocederíamos aos tempos dos antigos romanos, em que se lançavam para a morte, do alto de uma rocha, as crianças consideradas fracas ou debilitadas”, afirmou.

Finalmente, o voto destaca a existência de diversos dispositivos legais em vigor que resguardam a vida intrauterina – sobretudo o Código Civil, que, no artigo 2º, estabelece que a lei ponha a salvo, “desde a concepção”, os direitos do nascituro. Tais normas, segundo Lewandowski, também teriam de ser consideradas inconstitucionais ou merecer interpretação conforme a Constituição.

CF/AD

Notícia 32**Notícias STF**

Quinta-feira, 12 de abril de 2012

Ministro Ayres Britto é sexto a votar para autorizar interrupção da gravidez de fetos anencéfalos

O ministro Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi o sexto a votar favoravelmente à possibilidade de a mulher interromper a gravidez de um feto anencéfalo sem ser criminalizada. “Levar às últimas consequências esse martírio contra a vontade da mulher corresponde a tortura, a tratamento cruel. Ninguém pode impor a outrem que se assuma enquanto mártir. O martírio é voluntário”, disse.

Maioria

Com o voto do ministro Ayres Britto, formou-se uma maioria na Corte pela procedência da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, ajuizada em 2004 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS). O objetivo da entidade é que seja declarada inconstitucional qualquer interpretação do Código Penal no sentido de penalizar o que a entidade chama de “antecipação terapêutica de parto de fetos anencéfalos”.

O julgamento da matéria foi iniciado ontem (11), quando cinco ministros acolheram a tese da CNTS, e foi suspenso após o voto do ministro Ricardo Lewandowski, único a se posicionar até o momento contra a permissão da antecipação do parto na hipótese de o feto ser diagnosticado com anencefalia.

Lógica

Para o ministro Ayres Britto, a gravidez se destina à vida, e não à morte. Ele disse que é “até lógica” a opção da mulher no sentido de interromper a gestação de um feto anencéfalo. “É preferível arrancar essa plantinha ainda tenra do chão do útero do que vê-la precipitar no abismo da sepultura”, afirmou.

“No caso da gestação que estamos a falar, a mulher já sabe, por antecipação, que o produto da sua gravidez, longe de, pelo parto, cair nos braços aconchegantes da vida, vai se precipitar no mais terrível dos colapsos”, ponderou.

De acordo com o ministro Ayres Britto, o direito brasileiro protege a decisão da mulher que queira interromper a gestação de um feto anencéfalo. “Se (a mulher) for pela interrupção da gravidez, (essa decisão) é ditada pelo mais forte e mais sábio dos amores: o amor materno”. Ele argumentou que “o amor materno é tão forte, tão sábio, tão incomparável em intensidade com qualquer outro amor, que é chamado por todos de instinto materno”. E concluiu: essa decisão da mulher é “mais que inviolável, é sagrada”.

Por fim, o ministro ressaltou que a mulher, mesmo se sabendo portadora de um feto anencéfalo, poderá assumir sua gravidez até as últimas consequências. “Ninguém está proibindo. É opcional“, disse.

RR/AD

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 33**Notícias STF**

Quinta-feira, 12 de abril de 2012

ADPF 54 é julgada procedente pelo ministro Gilmar Mendes

O ministro Gilmar Mendes foi o sétimo a votar pela procedência da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, em análise pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele considerou a interrupção da gravidez de feto anencefalo como hipótese de aborto, mas entende que essa situação está compreendida como causa de excludente de ilicitude, já prevista no Código Penal, por ser comprovado que a gestação de feto anencefalo é perigosa à saúde da gestante.

No entanto, o ministro ressaltou ser indispensável que as autoridades competentes regulamentem de forma adequada, com normas de organização e procedimento, o reconhecimento da anencefalia a fim de “conferir segurança ao diagnóstico dessa espécie”. Enquanto pendente de regulamentação, disse o ministro, “a anencefalia deverá ser atestada por, no mínimo, dois laudos com diagnósticos produzidos por médicos distintos e segundo técnicas de exames atuais e suficientemente seguras”.

Apesar de entender que a regra do Código Penal é a vedação do aborto, o ministro Gilmar Mendes avaliou que a hipótese específica de aborto de fetos anencéfalos está compreendida entre as excludentes de ilicitude, estabelecidas pelo Código Penal. Ele citou que, conforme a legislação brasileira, o aborto não é punido em duas situações: quando não há outro meio de salvar a vida da mãe (aborto necessário ou terapêutico) e quando a gravidez é resultante de estupro, caso em que se requer o consentimento da gestante, porque a intenção é proteger a saúde psíquica dela.

“Todavia, era inimaginável para o legislador de 1940 [ano da edição do Código Penal], em razão das próprias limitações tecnológicas existentes”, disse. Com o avanço das técnicas de diagnóstico, prosseguiu o ministro, “tornou-se comum e relativamente simples descobrir a anencefalia fetal, de modo que a não inclusão na legislação penal dessa hipótese de excludente de ilicitude pode ser considerada uma omissão legislativa, não condizente com o Código Penal e com a própria Constituição”.

De acordo com o ministro, a inconstitucionalidade da omissão legislativa está na ofensa à integridade física e psíquica da mulher, bem como na violação ao seu direito de

privacidade e intimidade, aliados à ofensa à autonomia da vontade. “Competirá [como na hipótese do aborto de feto resultante de estupro] a cada gestante, de posse do seu diagnóstico de anencefalia fetal, decidir que caminho seguir”, ressaltou. Por essa razão, o ministro destacou a necessidade de o Estado disciplinar, “com todo zelo, a questão relativa ao diagnóstico de anencefalia fetal, visto que ele é condição necessária à realização deste tipo de aborto”.

Assim, o ministro Gilmar Mendes votou pela procedência da ADPF 54 por entender que não se deve punir aborto praticado por médico, com sentimento da gestante, se o feto é anencefalo. Até o momento, também votaram desse modo os ministros Marco Aurélio (relator), Rosa Weber, Joaquim Barbosa, Luiz Fux, Cármen Lúcia Antunes Rocha e Ayres Britto.

Prevenção à anencefalia

Conforme o ministro Gilmar Mendes, o Brasil já possui medidas que priorizam a prevenção e não apenas a repressão da interrupção da gravidez. Ele contou que o Ministério da Saúde homologou resolução do Plenário do Conselho Nacional de Saúde na qual se atribui ao próprio ministério a responsabilidade de promover ações que visem à prevenção de anencefalia, disponibilizando ácido fólico na rede básica de saúde para acesso de todas as mulheres no período pré-gestacional e gestacional, além de garantir a inclusão de ácido fólico nos insumos alimentícios.

EC/AD

Notícia 34**Notícias STF**

Quinta-feira, 12 de abril de 2012

Decano vota pela descriminalização da interrupção de gravidez de feto anencefálico

Oitavo ministro a se pronunciar pela possibilidade da interrupção, por desejo da mãe, do parto em caso de gestação de feto anencefálico, o decano do Supremo Tribunal Federal, ministro Celso de Mello, julgou procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, ajuizada na Corte pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS).

“Julgo integralmente procedente a ação, para confirmar o pleno direito da mulher gestante de interromper a gravidez de feto comprovadamente portador de anencefalia, dando interpretação conforme a Constituição Federal aos artigos 124, 126, cabeça, e 128, incisos I e II, todos do Código Penal, para que, sem redução de texto, seja declarada a inconstitucionalidade, com eficácia erga omnes (para todos) e efeito vinculante, de qualquer outra interpretação que obste a realização voluntária de antecipação terapêutica de parto de feto anencefálico”.

Ele condicionou, entretanto, esta interrupção da gravidez a que “esta malformação fetal seja diagnóstica e comprovadamente identificada por profissional médico legalmente habilitado”, reconhecendo à gestante “o direito de submeter-se a tal procedimento, sem necessidade de prévia obtenção de autorização judicial ou permissão outorgada por qualquer outro órgão do Estado”, afirmou o ministro, ao concluir seu voto.

Em seu voto, ele endossou proposta do ministro Gilmar Mendes no sentido de que seja solicitada ao Ministério da Saúde e ao Conselho Federal de Medicina a adoção de medidas que possam viabilizar a adoção desse procedimento.

Direito da mulher

Após lembrar que a Suprema Corte julga o caso imparcialmente, ancorada na própria Constituição Federal (CF), nos tratados internacionais sobre direitos humanos, particularmente da mulher, de que o Brasil é signatário, bem como na legislação ordinária do país, o ministro disse que a Corte não estava impondo nada, mas reconhecendo pleno direito à

mulher de escolher o caminho a seguir, em casos de anencefalia, inclusive o de conduzir a gravidez até o fim.

“O STF, no estágio em que já se acha este julgamento, está a reconhecer que a mulher, apoiada em razões fundadas nos seus direitos reprodutivos e protegida pela eficácia incontestável dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da autodeterminação pessoal e da intimidade, tem o direito insuprimível de optar pela antecipação terapêutica de parto nos casos de comprovada malformação fetal por anencefalia; ou então, legitimada por razões que decorrem de sua autonomia privada, o direito de manifestar sua liberdade individual, em clima da absoluta liberdade, pelo prosseguimento natural do processo fisiológico de gestação”, observou ele.

Importância

Ao iniciar seu voto, o ministro Celso de Mello disse que, em quase 44 anos de atuação na área jurídica, nunca participou de um julgamento de tamanha magnitude, envolvendo o alcance da vida e da morte. Posteriormente, ele considerou este julgamento e o da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3510 (pesquisa com células tronco embrionárias), relatada pelo ministro Ayres Britto, dos “mais importantes julgamentos que o Supremo Tribunal Federal já realizou, em toda a histórica republicana”.

Aborto

“Nós não estamos autorizando práticas abortivas, legitimando a prática do aborto”, disse o ministro, observando que “esta é outra questão que poderá ser submetida à apreciação desta Corte, em outro momento, mas não é o caso”. Ele fez questão de afirmar que há uma grande diferença entre legalização do aborto e a antecipação terapêutica do parto em caso de anencefalia.

Em seu voto, ele lembrou que há diversos conceitos de vida, sobre seu início e fim, e que a Constituição não define quando ela se inicia. Lembrou, inclusive, que na Assembleia Nacional Constituinte foram apresentadas diversas emendas definindo o início da vida humana a partir do momento da concepção, mas elas foram todas rejeitadas.

Entretanto, o ministro Celso de Mello mencionou a palestra de um médico durante a audiência pública de 2008 que antecedeu o julgamento desta ADPF, segundo o qual o critério deve ser o mesmo previsto na Lei 9.434/97 (que trata da remoção de órgãos, partes e tecidos

para fins de transplante) e na Resolução 1.752/97 do Conselho Federal de Medicina (CFM), que consideram morto um ser humano quando cessa completamente sua atividade cerebral, ou seja, a morte encefálica. Por analogia, segundo ele, o feto anencéfalo não é um ser humano vivo, porque não tem cérebro e nunca vai desenvolver atividade cerebral.

Portanto, sequer haveria tipicidade de crime contra a vida na interrupção antecipada de tal parto. “Se não há vida a ser protegida, não há tipicidade”, sustentou.

Ainda em seu voto, o ministro citou depoimentos dados na audiência pública sobre o caso, por médicos especialistas, segundo os quais há um elevado índice de mortalidade das mulheres com gravidez de feto anencefálico, bem como de transtornos psiquiátricos.

FK/AD

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 35**Notícias STF**

Quinta-feira, 12 de abril de 2012

Ministro Cezar Peluso julga improcedente a ADPF 54

Último a votar, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, manifestou-se pela total improcedência da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, que discute a possibilidade de interrupção da gestação de fetos anencéfalos. O ministro frisou a “diferença abissal” entre este caso e a discussão sobre o uso de células tronco embrionárias em pesquisas. De acordo com o ministro, no caso dos embriões não havia processo vital – ao contrário do feto anencéfalo, o qual, em seu entendimento, é portador de vida e, portanto, tem de ter seus direitos tutelados.

“O anencéfalo morre, e ele só pode morrer porque está vivo”, assinalou. O ministro lembrou, ainda, que a questão dos anencéfalos tem de ser tratada com “cautela redobrada”, diante da imprecisão do conceito, das dificuldades do diagnóstico e dos dissensos em torno da matéria.

Do ponto de vista jurídico, o presidente do STF afirmou que, para que o aborto possa ser considerado crime, basta a eliminação da vida, “abstraída toda especulação quanto à sua viabilidade futura ou extrauterina”. Nesse sentido, o aborto do feto anencéfalo é “conduta vedada de forma frontal pela ordem jurídica”. O princípio da legalidade e a cláusula geral da liberdade “são limitados pela existência das leis”, e, nos casos tipificados como crime, não há, a seu ver, espaço de liberdade jurídica.

Os apelos para a liberdade e autonomia pessoais são “de todo inócuos” e “atentam contra a própria ideia de um mundo diverso e plural”. A discriminação que reduz o feto “à condição de lixo”, a seu ver, “em nada difere do racismo, do sexismo e do especismo”. Todos esses casos retratam, de acordo com o voto, “a absurda defesa e absolvição da superioridade de alguns sobre outros”.

Competência do Legislativo

Ao encerrar seu voto, o presidente do STF ressaltou ainda que não cabe ao STF atuar como legislador positivo, e que o Legislativo não incluiu o caso dos anencéfalos nas hipóteses

que, no artigo 124 do Código Penal, autorizam o aborto. “Se o Congresso não o fez, parece legítimo que setores da sociedade lhe demandem atualização legislativa, mediante atos lícitos de pressão”, afirmou. “Não temos legitimidade para criar, judicialmente, esta hipótese legal. A ADPF não pode ser transformada em panaceia que franqueie ao STF a prerrogativa de resolver todas as questões cruciais da vida nacional”.

Para o ministro Peluso, a ADPF ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde representa “uma tentativa de contornar a má vontade” do Legislativo em regulamentar a questão. “É o Congresso Nacional que não quer assumir essa responsabilidade, e tem motivos para fazê-lo”, concluiu.

CF/AD

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900 Telefone: 55.61.3217.3000

Notícia 36**Notícias STF**

Sábado, 13 de junho de 2015

Exposição marca 25 anos de STF do ministro Marco Aurélio

Uma exposição retratando a trajetória pessoal e profissional do ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, marca os 25 anos de sua atuação como ministro na Corte. A visitação será aberta na próxima quarta-feira (17), no Hall dos Bustos do STF, onde serão expostos documentos e fotografias que marcam sua carreira na Justiça do Trabalho, no Tribunal Superior Eleitoral e no STF, além de objetos pessoais. As homenagens ao ministro incluem ainda a edição de um livro comemorativo, editado pelo STF, e a exibição de um documentário, na TV Justiça, e um programa especial na Rádio Justiça. O ministro Marco Aurélio completa os 25 anos desde a posse no STF neste sábado, 13 de junho.

Em recente entrevista à TV Justiça, o ministro contou que esse período passou rápido, mas o encantamento e o entusiasmo são os mesmos do início, apesar de ter se aperfeiçoado na missão de julgar. “É impressionante quando olho a trajetória já percorrida. Nada gratifica mais o homem do que servir ao seu semelhante e, quando servimos como Estado-juiz, a realização como pessoa humana é insuplantável”, disse.

Indicado para a cadeira no Supremo por Fernando Collor de Mello, o ministro Marco Aurélio foi o primeiro integrante da Justiça do Trabalho a atuar no STF. Ele deixaria

compulsoriamente a Corte em julho do ano que vem, quando completa 70 anos, mas, com a aprovação da EC 88/2015, pretende permanecer no cargo por mais cinco anos. “Não me vejo virando as costas a essa cadeira. Aliás, não compreendo como alguém vocacionado para a arte de julgar deixe uma cadeira no Supremo, onde temos a última palavra sobre o alcance e a concretude da Constituição Federal e da legislação que vigora no país”, afirmou.

Perguntado sobre o que faz de um cidadão um bom juiz, o ministro Marco Aurélio foi enfático: sua formação humanística. É claro que a formação técnica de todo operador do Direito, e principalmente daquele que tem a missão de julgar, é fundamental, mas não a mais importante, em sua opinião. “As leis são feitas para os homens, e não o inverso. Não podemos atuar nesse campo, exercendo a missão sublime de julgar, olvidando que o direito é direcionado ao restabelecimento da paz social, à boa convivência entre os cidadãos. Aprendi desde cedo que não devemos partir da legislação para o caso concreto, mas sim no sentido oposto, idealizando a solução mais justa para o caso, a partir da análise das leis de regência”, ensinou.

O ministro Marco Aurélio foi o relator de um dos casos mais marcantes julgados pelo Supremo: a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, na qual se discutiu a possibilidade de interrupção da gravidez de fetos anencéfalos (sem cérebro). Numa decisão emblemática, em 2004, concedeu liminar para autorizar a antecipação do parto de fetos anencéfalos por gestantes que assim decidissem, quando a deformidade fosse identificada por meio de laudo médico. Três meses depois, a liminar foi cassada, mas, no julgamento do mérito da ação, em 2012, por maioria de votos, o Plenário decidiu pela possibilidade de interrupção da gestação nesses casos.

Nos anos de atuação que ainda terá pela frente, caberá ao ministro Marco Aurélio conduzir, na condição de relator, mais julgamentos históricos no STF. Entre eles, está a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275, na qual a Procuradoria Geral da República (PGR) pede que seja reconhecido o direito dos transexuais mudarem de nome e de sexo no registro civil, mesmo que não tenham feito cirurgia de transgenitalização.

VP/EH

Análise 2

Análise 3

Análise 4

Análise 6

Análise 7

Análise 8

Análise 9

Análise 10

Análise 11

Análise 12

Análise 13

Análise 14

Análise 15

Análise 16

Análise 17

Análise 18

Análise 19

Análise 20

Análise 21

Análise 22

Análise 23

Análise 24

Análise 25

Análise 26

Análise 27

Análise 28

Análise 29

Análise 30

Análise 31

Análise 32

Análise 33

Análise 34

Análise 35

Análise 36